Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Histórico e Contexto Operacional

O Instituto Aerus de Seguridade Social – em Liquidação Extrajudicial (AERUS, Instituto ou Entidade) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº. 109, de 29/05/2001, com autorização de funcionamento aprovada pela Portaria MPAS nº 3.083, de 20/10/1982.

Em abril de 2006 foi decretada a intervenção na Entidade, por meio da Portaria SPC/MPS nº 372, de 11/04/2006, publicada no Diário Oficial da União em 12/04/2006, da então Secretaria de Previdência Complementar – SPC, sucedida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, nas atividades de supervisão e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, nos termos da Lei nº 12.154, de 23/12/2009.

O regime especial de intervenção foi convolado em liquidação extrajudicial pela PREVIC por meio da Portaria nº 41 de 03/02/2014, publicada no Diário Oficial da União nº 24, de 04/02/2014, seção 1, página 18.

O regime especial de liquidação extrajudicial determina a organização do Quadro Geral de Credores, a realização do ativo (transformação em dinheiro) e a liquidação do passivo (pagamento das obrigações) pelo liquidante nomeado pela PREVIC, conforme dispõe o artigo 50 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001.

Com isso, foram obrigatoriamente levantados, na data da decretação da liquidação, o balanço geral de liquidação e as demonstrações contábeis e atuariais necessárias à determinação do valor das reservas individuais.

O AERUS tinha como objetivo a instituição e administração de planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma estabelecida no artigo 202 da Constituição Federal (CF/88), na Lei Complementar nº. 109, de 29/05/2001, no Estatuto e nos Regulamentos dos planos de benefícios.

Os recursos necessários para a consecução desses objetivos, de forma que seriam constituídas reservas que garantiria o pagamento futuro dos benefícios, eram obtidos através de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, além dos rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimentos, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, sendo os recursos aplicados integralmente no país.

O Instituto está isento de imposto sobre a renda da pessoa jurídica e de contribuição social sobre o lucro líquido sobre os rendimentos produzidos pelos recursos garantidores, de acordo com o art. 5º da Lei nº 11.053, de 29/12/2004 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 588, de 21/12/2005.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Planos de Benefícios

O AERUS administra dezesseis planos de benefícios, sendo quinze planos de benefícios patrocinados por empresas e entidades ligadas ao setor aéreo nacional e um plano de benefícios autopatrocinado.

Os planos de benefícios são estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV) e estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB, mantido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, nos termos da Resolução CGPC nº 14, de 01/10/2004.

Dos planos de benefícios administrados, todos estão em liquidação extrajudicial (situação especial de funcionamento).

A seguir um breve histórico de cada plano de benefícios administrado pelo AERUS.

2.1. Planos de Benefícios em Liquidação Extrajudicial

A quantidade de credores dos planos de benefícios em liquidação extrajudicial, em 31 de dezembro, é apresentada no quadro a seguir:

Plano de Benefícios	2024			2023		
	Ativos	Assistidos	Outros*	Ativos	Assistidos	Outros*
Plano I - Varig	1,969	4,976	132	1,973	4,976	128
Plano II - Varig	5,158	2,984	541	5,160	2,984	541
Plano I - Transbrasil	3	515	23	3	515	23
Plano II - Transbrasil	21	296	408	21	296	408
Plano I - Rio Sul	7	102	4	7	102	4
Plano II - Rio Sul	29	60	57	29	60	57
Plano I - Sata	89	234	10	89	234	10
Plano II - Sata	765	404	478	765	404	478
Plano I - Nordeste	-	16	-	-	18	-
Plano I - Aeromot	1	4	-	1	4	-
Plano II - Aeromot	21	15	14	21	15	14
Plano II - Interbrasil	1	4	22	1	4	22
Plano II - FRB	28	109	37	28	109	37
Plano II - VarigLog	329	160	90	329	160	90
Plano II - Tropical	304	142	1	304	142	1
PPCHT	41	-	1	41	-	1
Total	8,766	10,021	1,818	8,772	10,023	1,814

*Credores quirografários.

- Plano de Benefícios I – Varig – CNPB nº 20.020.042-18, patrocinado pela Varig Viação Rio-Grandense S.A., adesão em 01/01/1983, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 371, de 11/04/2006, publicada no Diário Oficial da União em 12/04/2006. Vide Nota 16.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Plano de Benefícios II – Varig – CNPB nº 20.020.044-47, patrocinado pela Varig Viação Rio-Grandense S.A., adesão em 17/04/1995, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 371, de 11/04/2006, publicada no Diário Oficial da União em 12/04/2006. Vide Nota 16.
- Plano de Benefícios I – Transbrasil – CNPB nº 19.820.017-47, patrocinado pela Transbrasil S.A. Linhas Aéreas, adesão em 01/01/1983, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 346, de 15/03/2006, publicada no Diário Oficial da União em 16/03/2006. Vide Nota 16.
- Plano de Benefícios II – Transbrasil – CNPB nº 19.940.039-11, patrocinado pela Transbrasil S.A. Linhas Aéreas, adesão em 17/04/1995, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 346, de 15/03/2006, publicada no Diário Oficial da União em 16/03/2006. Vide Nota 16.
- Plano de Benefícios I – Rio Sul – CNPB nº 20.020.027-38, patrocinado pela Rio Sul Linhas Aéreas S.A., adesão em 01/01/1983, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 2.740, de 10/02/2009, publicada no Diário Oficial da União em 12/02/2009. Vide Nota 16.
- Plano de Benefícios II – Rio Sul – CNPB nº 20.020.034-83, patrocinado pela Rio Sul Linhas Aéreas S.A., adesão em 17/04/1995, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 2.741, de 10/02/2009, publicada no Diário Oficial da União em 12/02/2009. Vide Nota 16.
- Plano de Benefícios I – Sata – CNPB nº 20.020.028-19, patrocinado pela Sata Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A., adesão em 01/01/1983, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 2.737, de 10/02/2009, publicada no Diário Oficial da União em 12/02/2009. Vide Nota 16.
- Plano de Benefícios II – Sata – CNPB nº 20.020.035-56, patrocinado pela Sata Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A., adesão em 17/04/1995, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 2.738, de 10/02/2009, publicada no Diário Oficial da União em 12/02/2009. Vide Nota 16.
- Plano de Benefícios I – Nordeste – CNPB nº 20.020.026-65, patrocinado pela Nordeste Linhas Aéreas Regionais S.A., adesão em 01/01/1983, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 2.742, de 10/02/2009, publicada no Diário Oficial da União em 12/02/2009. Vide Nota 16.
- Plano de Benefícios I – Aeromot – CNPB nº 19.820.013-56, patrocinado pela Aeromot Aeronaves e Motores S.A. e Aeromot Indústria Mecânica Metalúrgica Ltda., adesão em 01/01/1983, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 3.165, de 18/11/2009, publicada no Diário Oficial da União em 19/11/2009. Vide Nota 16.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Plano de Benefícios II – Aeromot – CNPB nº 19.940.033-83, patrocinado pela Aeromot Aeronaves e Motores S.A., Aeromot Indústria Mecânica Metalúrgica Ltda. e Aeroespaço Serviços e Representações Ltda., adesão em 17/04/1995, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 3.164, de 18/11/2009, publicada no Diário Oficial da União em 19/11/2009. Vide Nota 16.
- Plano de Benefícios II – Interbrasil – CNPB nº 19.940.038-47, patrocinado pela Interbrasil Star S.A., adesão em 17/04/1996, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 392, de 04/05/2006, publicada no Diário Oficial da União em 08/05/2006. Vide Nota 16.
- Plano de Benefícios II – FRB – CNPB nº 20.020.032-38, patrocinado pela Fundação Ruben Berta, adesão em 17/04/1997, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 3.163, de 18/11/2009, publicada no Diário Oficial da União em 19/11/2009. Vide Nota 16.
- Plano de Benefícios II – VarigLog – CNPB nº 20.020.037-18, patrocinado pela Varig Logística S.A., adesão em 01/11/2000, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 2.739, de 10/02/2009, publicada no Diário Oficial da União em 12/02/2009. Vide Nota 16.
- Plano de Benefícios II – Tropical – CNPB nº 20.020.043-74, patrocinado pela Companhia Tropical de Hotéis e Companhia Tropical de Hotéis da Amazônia, adesão em 01/01/2001. Em virtude do descumprimento pelo patrocinador de exigências apresentadas pela PREVIC no processo de retirada de patrocínio (processo nº 15312791/2004) e diante da situação de insolvência e da falta de cumprimento de obrigações pela Tropical, a PREVIC decretou a liquidação extrajudicial do Plano, por meio da Portaria nº 413, de 27/07/2012, publicada no Diário Oficial da União nº 146, de 30/07/2012, seção 1, página 106. Vide Nota 16.
- PPCHT – CNPB nº 19.840.003-65, plano autopatrocinado, liquidação extrajudicial decretada pela Portaria SPC nº 585, de 28/07/2006, publicada no Diário Oficial da União em 31/07/2006. Vide Nota 16.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, com observância das normas estabelecidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, em especial a Resolução CNPC nº 43 e nº 48, de 06/08/21 e de 08/12/21, Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, que revogou as Resoluções CNPC nº29 de 13/04/2018 e CNPC nº37, de 13/03/2020, Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020 e a Resolução nº1272, do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou o ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme dispõe a Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, aplicam-se às entidades sob intervenção e Liquidação Extrajudicial e aos planos de benefícios em liquidação extrajudicial, subsidiariamente, os dispositivos da Lei nº 6.024, de 13/03/1974.

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$) e as Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais, salvo quando indicado de outra forma, e as eventuais diferenças nas somas de grupos e subgrupos, bem como, na evolução dos saldos são resultado de arredondamentos oriundos da conversão efetuada.

As demonstrações contábeis foram autorizadas em 31/03/2025 para divulgação e publicação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo AERUS estão resumidas a seguir:

(a) A contabilidade é elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios administrados, bem como, do plano de gestão administrativa.

(b) Os lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência.

(c) Os direitos a receber, registrados na gestão previdencial e administrativa e nos investimentos, são contabilizados pelo valor original, acrescidos da remuneração e dos encargos por atraso e deduzidos das provisões para perdas prováveis na realização e de créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis.

(d) Os investimentos em renda fixa, em carteira própria e os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento financeiro, com gestão externa, estão classificados na categoria de “títulos para negociação” e são avaliados pelo valor de mercado.

(e) Os investimentos em renda variável são avaliados pelo valor de mercado, considerada a cotação de fechamento em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores. As ações que não tenham sido negociadas em bolsa de valores por período superior a seis meses, são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor.

(f) Os Fundos de Investimentos são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

(g) Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição e demais encargos incidentes sobre as operações. Os imóveis são reavaliados anualmente de acordo com a legislação vigente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(h) As operações de empréstimos com participantes são demonstradas pelo principal, acrescidas da variação monetária e dos juros auferidos até a data do balanço e deduzidas da provisão para perdas na realização. A concessão de novos empréstimos a participantes está suspensa desde junho de 2002.

(i) A entidade constituiu provisão para perdas na realização sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, determinada em função do tempo de atraso, de acordo com a Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023 e suas alterações.

(j) Os depósitos judiciais e recursais da administrativa e dos investimentos são registrados pelo valor principal e atualizados pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos judiciais vinculados a débitos tributários e fiscais que são atualizados pela Selic. Os depósitos judiciais e recursais da gestão previdencial deixam de ser atualizados monetariamente, a partir de 2021, de acordo com a Instrução nº 31, de 30/08/2020

(k) O grupo de classe, ativo permanente deixa de ser divulgado na estrutura do balanço patrimonial, para agrupar os bens corpóreos e incorpóreos, que a partir de 2021, passam a ser divulgados no Imobilizado e Intangível, respectivamente, de acordo com a Instrução PREVIC nº31, de 20/08/2020. No imobilizado estão registrados os bens necessários ao funcionamento do AERUS, pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. No Intangível estão registrados, os gastos com licenças de uso de programas de computador (*software*), amortizados pelo método linear à taxa de 20% a.a. ou pelo prazo da licença.

(l) O exigível operacional registra as obrigações decorrentes de cada gestão, em cada plano de benefícios e no PGA, nas operações normais do AERUS.

(m) O exigível operacional – liquidação extrajudicial – registra o Quadro Geral de Credores relativo ao saldo das obrigações com os credores (participantes ativos, assistidos e ex-participantes) dos planos de benefícios em liquidação extrajudicial, atualizadas de acordo com a nota técnica atuarial de liquidação.

(n) No exigível operacional - outras exigibilidades - estão também registrados os compromissos de natureza previdencial dos planos de benefícios em retirada de patrocínio para com os seus participantes, atualizados de acordo com o Termo de Retirada.

(o) O exigível contingencial registra as provisões para atender a eventuais perdas no desfecho de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal, trabalhista e previdenciária. Para a atualização das provisões são utilizados indicadores previstos na legislação, para cada espécie de contingência. Na falta de previsão legal, são adotados indicadores avaliados pela assessoria jurídica e pela administração do AERUS, que possam garantir, com a prudência necessária, a satisfação do valor envolvido no litígio.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(p) O exigível atuarial registrava (até a decretação da Liquidação Extrajudicial) as provisões matemáticas dos planos de benefícios em situação normal de funcionamento, calculadas por atuário externo, de acordo com a nota técnica atuarial e com os parâmetros técnico-atuariais estabelecidos pela legislação em vigor na data da Liquidação Extrajudicial, Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

(q) O equilíbrio técnico registra o excedente (superávit) ou a insuficiência (déficit) patrimonial em relação aos compromissos totais dos planos de benefícios, demonstrados na conta de “superávit técnico acumulado” ou “déficit técnico acumulado”, conforme o caso.

(r) O fundo da gestão previdencial registra de forma segregada, por plano de benefícios, os recursos para a garantia de suporte do processo de liquidação extrajudicial e custeio de encargos da massa.

(s) O fundo administrativo é constituído ou revertido com base no resultado do Plano de Gestão Administrativa (sobras ou faltas).

(t) As operações administrativas são registradas de forma consolidada no Plano de Gestão Administrativa – PGA e, no final de cada mês, a participação de cada um dos planos de benefícios no fundo administrativo é demonstrada no balancete de cada plano de benefícios.

(u) As despesas administrativas são rateadas entre a gestão previdencial e investimentos com a utilização de rateio de 50% para cada programa e dependendo da natureza das despesas, estas são alocadas diretamente na gestão envolvida.

(v) As despesas administrativas previdenciais são custeadas pelos recursos transferidos dos fundos previdenciais para gastos com o processo de liquidação extrajudicial dos planos de benefícios (encargos da massa).

(x) As despesas com a administração dos investimentos são custeadas com recursos transferidos do resultado dos investimentos, utilizando como critério de rateio, quanto à alocação nos planos de benefícios, a proporcionalidade em relação aos recursos garantidores de cada plano.

(z) Os recursos garantidores dos planos de benefícios são aplicados de acordo com as disposições da legislação de regência em vigor e da política de investimentos, com observância dos requisitos de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Ressalta-se que parcela representativa do patrimônio dos planos de benefícios em liquidação extrajudicial é composta por ativos financeiros de baixa liquidez e foram adquiridos anteriormente ao processo de liquidação extrajudicial.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Disponível

Descrição	2024	2023
Numerários em caixa	6	6
Contas correntes bancárias	1	-
Total	7	6

6. Realizável

6.1. Gestão Previdencial

A gestão previdencial apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2024	2023
Outros recursos a receber	43	61
Depósitos judiciais / recursais	10,145	7,591
Outros realizáveis	136	44
Total	10,324	7,696

Valores líquidos de provisão, quando aplicável. Vide notas adiante com a abertura dos saldos.

6.1.1. Contribuições em atraso

Estão registrados os recursos a receber referentes às contribuições previdenciais normais e extraordinárias de anos anteriores. As contribuições em atraso são atualizadas pela variação do IGP-M (FGV), acrescidas de juros de 6% a.a. A composição por plano de benefícios em 31 de dezembro é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de Benefícios	Patrocinador				Participante			
	2024		2023		2024		2023	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	2023	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	2023
Plano I - Varig	4,091	(4,091)	-	-	4,890	(4,890)	-	-
Plano II - Varig	5,517	(5,517)	-	-	4,155	(4,155)	-	-
Plano I - Transbrasil	-	-	-	-	76,171	(76,171)	-	-
Plano II - Transbrasil	86,404	(86,404)	-	-	108,368	(108,368)	-	-
Plano I - Rio Sul	1,928	(1,928)	-	-	-	-	-	-
Plano II - Rio Sul	3,474	(3,474)	-	-	-	-	-	-
Plano I - Sata	190	(190)	-	-	-	-	-	-
Plano II - Sata	1,253	(1,253)	-	-	-	-	-	-
Plano I - Nordeste	110	(110)	-	-	-	-	-	-
Plano I - Aeromot	328	(328)	-	-	24	(24)	-	-
Plano II - Aeromot	2,153	(2,153)	-	-	330	(330)	-	-
Plano II - Interbrasil	3,367	(3,367)	-	-	1,905	(1,905)	-	-
Plano II - FRB	118	(118)	-	-	35	(35)	-	-
Plano II - VarigLog	7,778	(7,778)	-	-	96	(96)	-	-
Plano II - Tropical	6,685	(6,685)	-	-	-	-	-	-
Total	123,396	(123,396)	-	-	195,974	(195,974)	-	-

Em 2023 valor líquido de provisão, quando aplicável.

Resumo	2024	2023
Patrocinador	-	-
Participante	-	-
Total	-	-

6.1.2. Contribuições contratadas

6.1.2.1. Contribuições em atraso contratadas

Estão registrados os recursos a receber referentes às contribuições passadas, repactuadas através de instrumentos particulares, assinados com as respectivas patrocinadoras. Vide Nota 16, em cada plano de benefícios, outras informações sobre dívidas das patrocinadoras Varig e Transbrasil. A composição por plano de benefícios em 31 de dezembro é como segue:

Plano de Benefícios	2024			2023
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	
Plano I - Varig	7,973,791	(7,973,791)	-	-
Plano II - Varig	3,358,389	(3,358,389)	-	-
Plano I - Transbrasil	3,696,781	(3,696,781)	-	-
Plano II - Transbrasil	1,460,559	(1,460,559)	-	-
Total	16,489,519	(16,489,519)	-	-

Em 2023 valor líquido de provisão.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.1.2.2. Déficit técnico contratado

Estão registrados os recursos a receber referentes aos contratos de déficit formalizados com as patrocinadoras, decorrentes de medidas adotadas com vistas ao equilíbrio financeiro e atuarial dos planos de benefícios. Vide Nota 16, em cada plano de benefícios, outras informações sobre a cobrança de déficit das patrocinadoras de planos de benefícios em liquidação extrajudicial. A composição por plano de benefícios em 31 de dezembro é como segue:

Plano de Benefícios	2024			2023
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	
Plano I - Varig	10.366.963	(10.366.963)	-	-
Plano II - Varig	5.167.871	(5.167.871)	-	-
Plano I - Sata	34.649	(34.649)	-	-
Plano II - Sata	98.764	(98.764)	-	-
Plano II - FRB	191.017	(191.017)	-	-
Total	15.859.264	(15.859.264)	-	-

Em 2023 valores líquidos de provisão.

6.1.2.3. Outras contratações

Estão registrados os recursos a receber referentes à parcela do déficit técnico dos Planos de Benefícios I e II – Varig, com apuração prevista no Plano de Recuperação Judicial da patrocinadora Varig, além do déficit técnico do Plano de Benefícios II – VarigLog, apurado na data do decreto de liquidação extrajudicial do plano e atualizado nos termos da nota técnica atuarial de liquidação. A composição por plano de benefícios em 31 de dezembro é como segue:

Plano de Benefícios	2024			2023
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	
Plano I - Varig	2,563,013	(2,563,013)	-	-
Plano II - Varig	2,337,724	(2,337,724)	-	-
Plano II - VarigLog	255,767	(255,767)	-	-
Total	5,156,504	(5,156,504)	-	-

Em 2023 valores líquidos de provisão.

A inadimplência por parte das patrocinadoras é comunicada formal e tempestivamente à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, atendendo ao disposto no § 1º do art. 62 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003.

Informações sobre cobrança de patrocinadoras de planos de benefícios em liquidação extrajudicial, vide Nota 16 – liquidação extrajudicial de planos de benefícios, no respectivo plano.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.1.3. Outros recursos a receber

Estão registrados os tributos a recuperar e os recursos a receber referentes às contribuições da terceira fonte de custeio. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024			2023
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	
Tributos a recuperar	43	-	43	61
Terceira fonte de custeio	65,977	(65,977)	-	-
Total	66,020	(65,977)	43	61

Em 2023 valores líquidos de provisão.

6.1.3.1. Tributos a Recuperar

Estão registrados os recursos a recuperar referentes à Imposto de Renda, sobre pagamentos oriundos da folha de benefícios, retidos na fonte. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Plano de Benefícios	2024			2023
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	
Plano I - Varig	0	-	0	14
Plano II - Varig	23	-	23	26
Plano I - Transbrasil	4	-	4	4
Plano II - Rio Sul	16	-	16	16
Total	43	-	43	60

Em 2023 valores líquidos de provisão.

6.1.3.2. Contribuições da terceira fonte de custeio

Estão registrados os recursos a receber da VASP, referentes às contribuições da terceira fonte de custeio (3% sobre as passagens aéreas de vôos domésticos). O saldo a receber está totalmente provisionado para perda, diante da remota probabilidade de êxito no recebimento do crédito. A composição da dívida da VASP por plano de benefícios em 31 de dezembro é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de Benefícios	2024			2023
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	
Plano I - Varig	39,746	(39,746)	-	-
Plano II - Varig	15,115	(15,115)	-	-
Plano I - Transbrasil	5,771	(5,771)	-	-
Plano II - Transbrasil	2,223	(2,223)	-	-
Plano I - Rio Sul	1,315	(1,315)	-	-
Plano II - Rio Sul	674	(674)	-	-
Plano I - Sata	434	(434)	-	-
Plano II - Sata	431	(431)	-	-
Plano I - Nordeste	138	(138)	-	-
Plano I - Aeromot	26	(26)	-	-
Plano II - Aeromot	104	(104)	-	-
Total	65,977	(65,977)	-	-

Em 2023 valores líquidos de provisão.

A dívida da VASP decorre do não pagamento das contribuições da terceira fonte de custeio, equivalentes a 3% sobre o total das receitas de passagens aéreas de vôos nacionais (mercado doméstico), no período de 05/07/1990 a 06/06/1991, contribuição essa prevista no Termo de Concessão firmado em 29/10/1973 entre o Ministério da Aeronáutica e as empresas concessionárias do serviço de transporte aéreo de âmbito nacional, instituída com a finalidade de viabilizar a criação do AERUS.

Foi celebrado, em 05/04/1991, um Termo de Acordo consolidando a dívida da VASP e prevendo o pagamento em 24 prestações mensais, cuja atualização é a variação da TR, acrescida de juros de 1% a.m. Foram emitidas, em garantia ao pagamento da dívida, 24 Notas Promissórias, avalizadas pelo Sr. Wagner Canhedo.

A partir do vencimento da 12ª parcela, que se deu em 15/09/1992, a VASP não mais honrou os pagamentos acordados.

Foram aforadas ações judiciais de execução por quantia certa contra devedor solvente, ambas tendo como executados a VASP e o Sr. Wagner Canhedo.

Foram penhorados bens imóveis do avalista e o AERUS acompanha o desfecho dos processos para a execução das penhoras.

Em julho/2005 a VASP ingressou com o pedido de recuperação judicial, aprovado pelos credores em julho/2006. O Plano de Recuperação Judicial – PRJ não se mostrou factível e a Assembleia de Credores, em assembleia realizada em julho/2008 opinou pela decretação da falência da companhia, o que foi aprovado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Judiciais de São Paulo, conforme sentença proferida em 04/09/2008. O crédito do AERUS foi classificado no Quadro Geral de Credores como “crédito com privilégio geral”.

Com o pedido de recuperação judicial, as ações judiciais contra a VASP foram suspensas, prosseguindo apenas em relação ao acionista controlador Sr. Wagner Canhedo, avalista das notas promissórias representativas do crédito, cujo valor correspondia em 08/08/2007 à R\$ 17.304 mil.

Em 2005 a VASP ingressou com ação ordinária no Juízo de Direito da 16ª Vara Cível da Capital (Proc. nº 2005.001.131097-0), em que cobra a devolução de valores pagos ao AERUS, no período de novembro/1982 a março/2002, relativo às contribuições da terceira fonte de custeio (3% sobre as passagens aéreas de vôos domésticos), o que está sendo devidamente contestado pelo AERUS. A ação foi julgada improcedente. Entretanto, a Vasp apresentou Recurso de Apelado, o qual foi provido. Dessa decisão foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial por parte do AERUS.

Além disso, a VASP, ajuizou ação (processo nº 0129235-42.2005-8-19.0001) pleiteando o ressarcimento das contribuições repassadas ao AERUS, correspondentes à chamada “terceira fonte de custeio”, além dos supostos rendimentos obtidos com a aplicação dos recursos recebidos.

A sentença julgou improcedente o pedido, porém a apelação interposta pela VASP foi acolhida, em parte, pela 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Segundo o acórdão, o AERUS deverá devolver à VASP os valores recebidos, corrigidos monetariamente, mas sem os rendimentos (frutos) pleiteados.

De acordo com a perícia, os valores repassados ao AERUS, considerando os expurgos inflacionários, atingiam o montante de R\$ 496.842 mil em 31/05/2009. O AERUS interpôs Embargos de Declaração, após a publicação do acórdão, mas não obteve êxito, levando assim à interposição de recurso especial e extraordinário.

A massa falida da VASP também interpôs recurso especial e extraordinário pleiteando a anulação do acórdão que negou a condenação ao pagamento dos supostos rendimentos obtidos com a aplicação dos recursos recebidos, que podem atingir o montante de R\$ 1.663.104 mil, de acordo com os cálculos da perícia, posicionado em 31/05/2009. Além dos valores já citados, nos recursos interpostos, a VASP pleiteia a incidência de juros na devolução das contribuições e honorários de sucumbência.

Em abril de 2012 foi publicada decisão que inadmitiu os recursos interpostos pela VASP e admitiu o Recurso Especial interposto pelo AERUS. Os consultores jurídicos acreditam na possibilidade de êxito pelo AERUS, baseado na tese de defesa envolvendo aspectos processuais e de direito material, sustentando inclusive a nulidade da perícia e alegando que a VASP não

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

incorreu em nenhum custo ou despesa, pois apenas repassava valores retidos de clientes na venda de passagens aéreas.

Em agosto de 2012 foi remetido ao STJ os Agravos em Recurso Especial e Extraordinário interpostos pela Vasp e o Recurso Especial interposto pelo AERUS e em novembro de 2012 o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a decisão que converteu a recuperação judicial em falência.

Em janeiro de 2013 houve baixa definitiva dos autos físicos do Recurso Especial do AERUS e dos Agravos em Recursos Especial e Extraordinário da Vasp e em março de 2015, o AERUS realizou o levantamento do depósito judicial no valor de R\$ 538 mil.

Em janeiro de 2019, foi publicado despacho que designou a realização de hasta pública do imóvel sob matrícula 85.952, 2º CRI, mas o AERUS não tem interesse na participação no produto da arrematação desse imóvel, tendo em vista as penhoras trabalhistas registradas na matrícula do imóvel.

Tendo em vista a ação de execução movida pela Shell Brasil Ltda., contra a Viação Aérea São Paulo S/A – VASP, Sr. Wagner Canhedo Azevedo, Sra. Isaura Valério Azevedo e Viplan – Viação Planalto Ltda, e considerando a penhora e posterior alienação judicial dos imóveis lotes 17 a 28 da QI 08, Setor Industrial, Taguatinga-DF, pelo valor de R\$ 1.905.000,00, cujo referidos imóveis já foram produto de penhora em ação anteriormente movida pelo AERUS, do devedor comum, Sr. Wagner Canhedo Azevedo, o AERUS ingressou nos autos da execução, e o Juízo de primeiro grau acolheu o concurso de credores instaurado a pedido do Aerus, para posicioná-lo em primeiro lugar na ordem da entrega do dinheiro proveniente da alienação judicial, com isso o Aerus requereu a expedição de mandado de levantamento de depósito judicial, referente a metade do produto da alienação, que diz respeito à meação do Sr. Wagner Canhedo Azevedo.

Em fevereiro de 2019, o AERUS protocolizou petição requerendo a expedição do alvará de levantamento de depósito judicial. O juiz indeferiu o levantamento depois que foi informado pelo reclamante Ronaldo de Oliveira, sobre nulidade em relação à arrematação do imóvel que estava gravado com penhora trabalhista e em janeiro de 2020, foi publicada decisão dando ciência ao AERUS e a Shell sobre a petição do reclamante requerendo o levantamento do valor do crédito trabalhista.

Em novembro de 2020, o AERUS e o reclamante apresentaram petição conjunta requerendo o levantamento do depósito judicial e em setembro de 2021, o juiz acolheu os pedidos das petições formuladas por Ronaldo, AERUS e exequente e requisitou ao banco depositário a transferência de R\$1.432.152,00, com acréscimos proporcionais a partir de 27/11/19, à disposição da 75ª Vara da Justiça do Trabalho (autos 09116-2006-016-10-00-9 ou 2824/2001). Determinou ainda que, em seguida, fosse liberado o restante para AERUS e exequente.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em novembro de 2021, a Fazenda Pública, o Sr. Wagner Canhedo Azevedo e a Sra. Izaura Valério Azevedo interpuseram recursos de agravos de instrumento, que foram desprovidos. O juiz determinou o cumprimento do acórdão, com expedição de ofício o Banco de Brasília apontou a transferência de R\$ 3.861.291,39.

Em fevereiro de 2023, o juiz determinou a expedição de ofício ao Banco de Brasília requisitando informações sobre o dinheiro depositado pelo Banco Rural de Brasília e em agosto de 2023, o AERUS levantou o depósito judicial no valor de R\$ 1.072 mil referente ao mandado de pagamento expedido na Ação de Execução proposta pelo AERUS em face da Vasp e do Sr. Wagner Canhedo Azevedo, processo original nº 0204332-33.1994.8.26.0003 (3ª Vara Cível do Fórum Regional III – Jabaquara) e foi publicada certidão confirmando a expedição de mandado de levantamento.

6.1.4. Adiantamentos

Estão registrados os recursos a receber de participantes dos planos de benefícios administrados pelo AERUS. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024			2023
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	
Créditos de participantes	180	(180)	-	-
Total	180	(180)	-	-

Em 2023 valores líquidos de provisão, quando aplicável.

A composição dos adiantamentos por plano de benefícios em 31 de dezembro é como segue:

Plano de Benefícios	2024			2023
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	
Plano I - Transbrasil	77	(77)	-	-
Plano II - FRB	93	(93)	-	-
PPCHT	10	(10)	-	-
Total	180	(180)	-	-

Em 2023 valores líquidos de provisão, quando aplicável.

6.1.5. Depósitos judiciais / recursais

Estão registrados os depósitos judiciais para interposição de recursos relativos a processos de participantes/credores dos planos de benefícios. A partir de 2021, os depósitos somente são atualizados de acordo com disposto no art. 23 da Instrução PREVIC nº 31/2020 por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário.

A composição por plano de benefícios em 31 de dezembro é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de Benefícios	2024	2023
Plano I - Varig	5,827	4,484
Plano II - Varig	4,188	2,977
Plano I - Transbrasil	23	23
Plano II - Transbrasil	1	1
Plano I - Rio Sul	34	34
Plano II - Sata	12	12
Plano II - FRB	8	8
Plano II - VarigLog	48	48
Plano II - Tropical	4	4
Total	10,145	7,591

6.2. Gestão Administrativa

A gestão administrativa apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2024	2023
Contas a receber	249	245
Despesas antecipadas	97	89
Depósitos judiciais / recursais	6,724	7,242
Total	7,070	7,576

Em contas a receber estão registrados os adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros.

Em despesas antecipadas estão registrados os gastos que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes, especificamente as despesas com vale transporte, vale refeição e cesta alimentação.

Em depósitos judiciais/recursais estão registrados os bloqueios e depósitos para interposição de recursos relativos a litígios da gestão administrativa, em discussão na esfera judicial. Os valores são atualizados de acordo com disposto no art. 23 da Instrução PREVIC nº 31/2020 por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário.

6.3. Investimentos

O AERUS utiliza a estrutura de gestão “UNIFUNDO” para os investimentos nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e de Investimentos Imobiliários, situação em que caracteriza a gestão compartilhada dos recursos pertencentes aos planos de benefícios.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recursos dos planos de benefícios administrados pelo AERUS são aplicados conjuntamente (estrutura unifundo), mas são devidamente segregados entre si, sendo que a posição de cada plano de benefícios é movimentada diariamente, em consonância com o fluxo e a necessidade de recursos de cada plano.

O resultado obtido na aplicação de recursos em cada carteira de investimento é alocado nos planos de benefícios e representa o retorno pela parcela investida por cada um desses planos de benefícios.

Os investimentos detidos pelos planos de benefícios, com exceção de empréstimos a participantes, estão estruturados em carteiras, de acordo com o segmento e a liquidez atribuída a cada ativo que compõe a carteira de investimento e são aqueles demonstrados anteriormente nos quadros relativos aos investimentos.

As carteiras são: Renda Fixa Mercado (alta liquidez), Renda Fixa Outros (baixa liquidez), Renda Variável Especiais (baixa liquidez) e Imóveis Escritórios (imóveis para renda). O patrimônio líquido de cada carteira é composto pelo valor dos ativos, acrescido dos proventos e deduzidos das obrigações e das provisões.

Os títulos mantidos pelo AERUS em carteira própria, bem como, os títulos da carteira do fundo de investimento exclusivo estão classificados como “títulos para negociação”, precificados a mercado, mediante adoção de técnica ou modelo de precificação, e demonstrados pelo valor líquido provável de realização.

A carteira consolidada dos investimentos corresponde ao somatório da participação de cada plano de benefícios e do PGA. Os investimentos são integralmente segregados por plano de benefícios. A posição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024	2023
Créditos privados e depósitos (i)	-	-
Ações	150	639
Fundos de investimento	757.050	706.893
Investimentos imobiliários	41.525	58.597
Empréstimos	4.204	4.332
Depósitos judiciais / recursais	6.370	6.315
Total	809.299	776.776

(i) Totalmente provisionados p/ perda.

6.3.1. *Créditos privados e depósitos*

Estão registradas as aplicações em títulos privados e valores a receber de empresas privadas. A composição, posição consolidada em 31 de dezembro, é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2024	2023
Instituições financeiras	-	-
Banco Agrimisa - crédito habilitado	7,684	7,624
(-) Provisão Agrimisa	(7,684)	(7,624)
Companhias abertas	-	-
Chapecó S/A - confissão de dívida	39,539	37,738
(-) Provisão Chapecó	(39,539)	(37,738)
Total	-	-

6.3.1.1. Banco Agrimisa – crédito habilitado

Trata-se de valor aplicado em Certificado de Depósito Bancário (CDB) em 22/03/1995, com data de resgate em 26/04/1995, acrescido de juros pré-fixados de 73,5% a.a. Porém, em 12/04/1995 foi decretada a liquidação extrajudicial do referido banco, pelo Banco Central do Brasil.

A partir dessa data os créditos passaram a fazer parte do quadro geral de credores e sujeitos às normas aplicadas à época, dentro do processo de liquidação extrajudicial. Diante da situação patrimonial do banco, de total insolvência, os créditos foram considerados de difícil recebimento, sendo totalmente provisionados em dezembro/1998.

Em 06/06/2001 foi celebrado o “Termo de Compromisso e Outras Avenças” com o controlador do banco, tendo como objeto a quitação e extinção do crédito do AERUS, mediante pagamento de R\$ 1.500 mil. Esse valor representava, aproximadamente, 27% do crédito total a ser recebido (R\$ 5.600 mil, atualizado até 30/04/2001). O referido acordo não foi cumprido e o AERUS procedeu à habilitação no passivo de liquidação (massa falida) para o recebimento total do crédito. Desde a liquidação extrajudicial da instituição, o AERUS vem utilizando a TR (Bacen) para a correção do crédito, conforme orientação da assessoria jurídica.

O crédito habilitado na massa falida do Banco Agrimisa “Falido” é originário de investimentos realizados em março/1995, portanto, os recursos investidos pertencem aos planos de benefícios existentes à época. Considerando a época em que o investimento foi realizado, a participação de cada plano de benefícios administrado pelo AERUS foi redefinida de acordo com a participação de cada plano de benefícios nos compromissos atuariais totais da Entidade (direitos dos participantes e assistidos constituídos pela reserva matemática), conforme balancete contábil de março/1995.

O valor do crédito em 31 de dezembro de 2024 monta em R\$ 7.684 mil (Em 2023, R\$ 7.624 mil) e está totalmente provisionado para perda em virtude da situação falimentar do devedor.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.3.1.2. Chapecó S/A – confissão de dívida

O valor a receber da Chapecó é referente ao Instrumento Particular de Cessão, Repactuação e Confissão de Dívida, relativo às debêntures adquiridas em janeiro/1996. Devido à falência da companhia, decretada em abril/2005, o valor da dívida foi habilitado no Quadro Geral de Credores e vem sendo atualizado pela tabela de correção divulgada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP.

Em virtude do estado falimentar da companhia, o valor foi totalmente provisionado. O AERUS habilitou o crédito em juízo e acompanha a execução do processo de falência, sendo que as chances de recebimento são remotas.

O crédito habilitado na massa falida da Chapecó “Falida” é originário de investimentos realizados em janeiro/1996, portanto, os recursos investidos pertencem aos planos de benefícios existentes à época. Considerando a época em que o investimento foi realizado, a participação de cada plano de benefícios administrado pelo AERUS foi redefinida de acordo com a participação de cada plano de benefícios nos compromissos atuariais totais da Entidade (direitos dos participantes e assistidos constituídos pela reserva matemática), conforme balancete contábil de janeiro/1996.

Após a homologação do laudo de avaliação de ativos no valor de R\$615.056 mil, o Síndico da Massa Falida, com a aprovação de 2/3 dos credores, requereu autorização para venda extraordinária de ativos, e apresentou o Quadro Geral de Credores Consolidado, em que apurado o total de créditos no valor de R\$681.512 mil, não abrangidos os créditos sub judice.

No Quadro Geral de Credores consta entre os créditos com direito real de garantia, o crédito do AERUS no valor de R\$63.210 mil (Sessenta e três milhões e duzentos e dez mil).

Em maio de 2023, o Instituto AERUS recebeu da Chapecó o valor de R\$ 2.433,55 (dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos) referente a alvará de levantamento do valor correspondente a venda das ações da companhia como pagamento aos credores com garantias reais e em outubro de 2023, recebeu o valor de R\$ 29.257.681,88 (vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e oitenta e um reais, oitenta e oito centavos) como pagamento de parte dos créditos habilitados no processo de falência da Chapecó.

O valor do crédito em 31 de dezembro de 2024 monta em R\$ 39.539 mil (Em 2023, R\$ 37.738 mil) e está totalmente provisionado para perda em virtude da situação falimentar do devedor.

6.3.2. Ações

A composição dos investimentos em ações em 31 de dezembro, posição consolidada, é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2024	2023
Companhias Abertas	150	639
Ações - especiais	150	639
Companhias Fechadas	-	-
Ações - especiais	2,893	2,893
(-) Provisão - especiais	(2,893)	(2,893)
Total	150	639

Companhias Abertas

A carteira de Renda Variável Especiais é composta pela ação da empresa Paranapanema S.A. adquirida antes do processo de intervenção/liquidação. A participação de cada plano de benefícios no patrimônio líquido da carteira, em 31 de dezembro, é como segue:

RVE	2024			2023		
	Qte de Cotas	Cota - R\$	PL (i)	Qte de Cotas	Cota - R\$	PL (i)
Plano I - Varig	3,055.085716	3.622141	11	3,053.945418	15.417733	47
Plano II - Varig	25,991.888667	3.622141	94	25,982.282316	15.417733	401
Plano I - Transbrasil	1,216.500715	3.622141	4	1,216.052581	15.417733	19
Plano II - Transbrasil	2,631.212979	3.622141	10	2,630.243440	15.417733	41
Plano I - Rio Sul	2,016.964075	3.622141	7	2,016.218115	15.417733	31
Plano II - Rio Sul	1,520.181742	3.622141	6	1,519.622191	15.417733	23
Plano I - Sata	588.124052	3.622141	2	587.904898	15.417733	9
Plano II - Sata	1,292.804617	3.622141	5	1,292.326672	15.417733	20
Plano I - Nordeste	185.101402	3.622141	1	185.032551	15.417733	3
Plano I - Aeromot	20.860558	3.622141	0	20.856305	15.417733	0
Plano II - Aeromot	230.144346	3.622141	1	230.059725	15.417733	4
Plano II - FRB	788.534845	3.622141	3	788.241342	15.417733	12
Plano II - VarigLog	918.969889	3.622141	3	918.632935	15.417733	14
Plano II - Tropical	56.324822	3.622141	0	56.303772	15.417733	1
Administrativo (PGA)	958.901336	3.622141	3	958.547954	15.417733	15
Total	41,471.599762		151	41,456.270214		639

(i) Patrimônio Líquido, (+) Ativo (-) Passivo). Valores em milhares de reais.

A carteira de ações de companhias especiais abertas é composta por ações de emissão da empresa Paranapanema e ações das empresas Varig S/A, Varig Serviços e Varig Transportes.

Em 2024 a redução no patrimônio, observada na carteira de ações, deu-se pela desvalorização das ações da companhia Paranapanema.

As ações das companhias Varig S/A, Varig Serviços e Varig Transportes foram avaliadas pelo último valor patrimonial publicado, por não ter havido negócios na bolsa de valores em período superior a seis meses, sendo precificado valor zero, face ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas companhias.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em ações de companhias especiais fechadas está registrada a participação na companhia TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A., recebidas em 26/03/2007, conforme Termo de Transferência nº 030, em função da execução de garantia para pagamento de dívida – “dação em pagamento” – previsto no Instrumento Particular de Repactuação de Dívidas de 10/04/2003 e ratificado no Plano de Recuperação Judicial da Varig, consolidado e aprovado em 17/07/2006.

O valor conferido às ações foi o mesmo estabelecido para as ações da companhia adquiridas pela Aero-LB. A participação inicial era de 5%, mas foi diluída posteriormente para 0,7%, em virtude do aumento do capital social da companhia, não acompanhado pelo AERUS. Essas ações pertencem exclusivamente aos Planos de Benefícios I e II – Varig.

A participação acionária detida pelo AERUS na companhia TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A., sociedade anônima de capital fechado, foi avaliada pelo último valor patrimonial publicado na forma da legislação em vigor. Com a adoção do valor patrimonial para a precificação das ações, o valor da participação acionária na companhia TAP foi integralmente provisionado, em dezembro/2009, como perda provável na realização desse investimento, no total de R\$ 2.893 mil.

Em dezembro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 100.000 mil, sendo integralizados R\$ 51.000 mil e em março de 2018, o acionista TAP SGPS S.A. subscreveu as sobras existentes do aumento de capital, homologado em dezembro de 2017, integralizando o montante de R\$ 49.000 mil.

Mediante os sucessivos aumentos de capital a participação do AERUS na empresa passou a ser representada por 0,29% (p.p) do capital da TAP M&E Brasil.

6.3.3. Fundos de investimento

Está registrado o valor aplicado em quota de fundo de investimento exclusivo. O fundo é administrado por instituição avaliada como de primeira linha e custodiada pelo Itaú Unibanco S/A.

A composição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024	2023
BB RJ Fundo de Investimento Multimercado (i)	757,050	706,893
Total	757,050	706,893

(i) Fundo multimercado, administrado pela BB DTVM S.A.

A participação de cada plano de benefícios no patrimônio líquido da carteira de Renda Fixa Mercado, **BB RJ Fundo de Investimento Multimercado**, deduzido das obrigações em 31 de dezembro, é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RFM	2024			2023		
	Plano de Benefícios	Qte de Cotas	Cota - R\$	PL (i)	Qte de Cotas	Cota - R\$
Plano I - Varig	85,273.999832	1402.298534	119,580	90,436.199952	1266.103112	114,502
Plano II - Varig	333,626.588954	1402.298534	467,844	342,060.948839	1266.103112	433,084
Plano I - Transbrasil	23,187.065795	1402.298534	32,515	23,613.290807	1266.103112	29,897
Plano II - Transbrasil	25,931.334465	1402.298534	36,363	26,440.022646	1266.103112	33,476
Plano I - Rio Sul	6,683.940693	1402.298534	9,373	7,408.359139	1266.103112	9,380
Plano II - Rio Sul	5,583.325477	1402.298534	7,829	5,740.925812	1266.103112	7,269
Plano I - Sata	4,401.232596	1402.298534	6,172	4,861.859391	1266.103112	6,156
Plano II - Sata	3,675.106031	1402.298534	5,154	4,314.092673	1266.103112	5,462
Plano I - Nordeste	838.717159	1402.298534	1,176	966.382206	1266.103112	1,224
Plano I - Aeromot	334.223394	1402.298534	469	337.547119	1266.103112	427
Plano II - Aeromot	1,239.084050	1402.298534	1,738	1,242.493667	1266.103112	1,573
Plano II - Interbrasil	455.681071	1402.298534	639	464.589781	1266.103112	588
Plano II - FRB	3,970.550447	1402.298534	5,568	4,655.159893	1266.103112	5,894
Plano II - VarigLog	2,316.754442	1402.298534	3,249	3,270.082643	1266.103112	4,140
Plano II - Tropical	90.934383	1402.298534	128	72.187311	1266.103112	91
Administrativo (PGA)	42,246.033852	1402.298534	59,242	42,432.342789	1266.103112	53,724
Total	539,854.572641		757,038	558,316.484666		706,885

(i) Patrimônio Líquido, (+) Ativo (-) Passivo). Valores em milhares de reais.

6.3.4. Investimentos imobiliários

A composição dos investimentos no segmento imobiliário, posição consolidada em 31 de dezembro, é como segue:

Descrição	2024	2023
Aluguel e renda - Edificações	35,588	35,537
Locados a terceiros	35,588	35,537
Aluguel e renda - Direitos Creditórios	-	-
Aluguéis e encargos a receber	40,710	53,023
(-) PCLD de aluguéis e encargos a receber	(40,710)	(53,023)
Direitos em alienações	5,937	23,060
Escritórios	5,937	5,671
Participações - <i>Shopping Center</i>	-	17,389
Total	41,525	58,597

A carteira de Imóveis para Renda inclui os imóveis locados a terceiros e os valores a receber da carteira, além dos direitos em alienação de investimentos imobiliários, deduzidos das obrigações vinculadas, no montante de R\$ 953 mil (R\$ 7.646 mil em 2023). A participação de cada plano de benefícios no patrimônio líquido da carteira, em 31 de dezembro, é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IES	2024			2023			
	Plano de Benefícios	Qte de Cotas	Cota - R\$	PL (i)	Qte de Cotas	Cota - R\$	PL (i)
Plano I - Varig		2.821,508373	1.784,340835	5.035	2.846,259017	2.221,289123	6.322
Plano II - Varig		10.549,452218	1.784,340835	18.823	10.641,993492	2.221,289123	23.639
Plano I - Transbrasil		1.077,947969	1.784,340835	1.923	1.087,403894	2.221,289123	2.415
Plano II - Transbrasil		1.068,006158	1.784,340835	1.906	1.077,374831	2.221,289123	2.393
Plano I - Rio Sul		818,645985	1.784,340835	1.461	825,827279	2.221,289123	1.834
Plano II - Rio Sul		617,043160	1.784,340835	1.101	622,455959	2.221,289123	1.383
Plano I - Sata		238,706422	1.784,340835	426	240,800407	2.221,289123	535
Plano II - Sata		524,761689	1.784,340835	936	529,364960	2.221,289123	1.176
Plano I - Nordeste		75,131235	1.784,340835	134	75,790291	2.221,289123	168
Plano I - Aeromot		8,467409	1.784,340835	15	8,541676	2.221,289123	19
Plano II - Aeromot		93,341533	1.784,340835	167	94,160314	2.221,289123	209
Plano II - Interbrasil		17,488380	1.784,340835	31	17,641817	2.221,289123	39
Plano II - FRB		320,068476	1.784,340835	571	322,876188	2.221,289123	717
Plano II - VarigLog		613,078774	1.784,340835	1.094	618,456748	2.221,289123	1.374
Plano II - Tropical		37,021487	1.784,340835	66	37,346264	2.221,289123	83
Administrativo (PGA)		3.857,408035	1.784,340835	6.883	3.891,245763	2.221,289123	8.644
Total		22.738,077303		40.572	22.937,538899		50.951

(i) Patrimônio Líquido, (+) Ativo (-) Passivo). Valores em milhares de reais.

Em “Aluguéis e Renda – Edificações”, estão representados os imóveis locados a terceiros ou colocados para locação, os custos de aquisição são apresentados líquidos da depreciação.

A provisão de **Direitos Creditórios** de liquidação duvidosa referente a aluguéis e encargos foi constituída de acordo com os critérios da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023 . A posição em 31 de dezembro é como segue:

Imóvel	Locatário	2024	2023
Loja São Bento	Contagem Regressiva	-	19,113
Ed. Dornier Merkur - 3º andar - A e B	Globalbix	7,712	6,474
Ed. Dornier Merkur - 2º andar - A	Nova Mobilcom	9,453	7,835
Ed. Dornier Merkur - 10º andar - A	Mastec	1,097	966
Ed. São Luiz - Torre I - Unid. 21 e 31	Parmalat	14,132	11,749
Ed. Dornier Merkur - 9º andar - A	Prolan	8,316	6,886
Total		40,710	53,023

O AERUS ingressou com ação de cobrança na esfera judicial em face dos locatários para o recebimento dos valores e aguarda o desfecho para a recuperação dos créditos.

(a) Locatário Contagem Regressiva – em outubro/2004 o AERUS ingressou com ação de despejo cumulada com ação de cobrança do débito de aluguéis e encargos locatícios (processo nº 0123528-30.2004.8.19.0001). O despejo ocorreu em 2008 e ação foi julgada procedente, com sentença transitada em julgado. Foi dado início à execução da sentença, mas não foram encontrados bens passíveis de penhora. Considerando que as tentativas de recebimento desse crédito pelo AERUS se mostraram infrutíferas e o processo foi arquivado

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Locatário Globalbix – o AERUS ingressou com ação de cobrança em face da referida empresa a qual foi distribuída sob o nº. 0073541-83-2008. O Juiz determinou o arresto dos bens do devedor. Foi requerido pelo AERUS o arresto dos bens do fiador Aparecido Jorge Toqueti, o mesmo deu em garantia o imóvel situado à Rua Antônio de Andrade Rebello, 481, Ribeirão Morumbi – SP, mas o fiador alienou o referido imóvel em 15/02/2006.

Apesar de várias tentativas de citação do executado e de seu fiador, estas restaram infrutíferas, sendo assim, o Juízo determinou medida cautelar, determinando o arresto “on line”, nas contas dos executados. Assim sob o ID.396/397, no dia 14/03/12, foi realizada penhora BACENJUD nas contas da executada Globalbix, com bloqueio de R\$ 350,06.

Requerida a transferência dos valores bloqueados para a conta de titularidade do AERUS e juntada planilha para prosseguimento da execução e em junho de 2020 foi transferido o valor de R\$343,07 para o AERUS.

Tendo em vista as pesquisas de bens realizadas, foi requerida a expedição de ofício à Bovespa, CVM e CBLC para verificar cotas e ações que possam satisfazer a execução, bem como, a inclusão do executado no rol de maus pagadores. O Juiz deu nova decisão deferindo pesquisa dos bens do Executado.

(c) Locatário Nova Mobilcom – o AERUS ingressou com ação de despejo e cobra o débito na esfera judicial – processo nº 583.00.2005.029642-6 em tramitação na 1ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo e em julho de 2015, o AERUS protocolizou petição requerendo a expedição de mandado para penhora e avaliação de alguns bens do réu.

Em outubro de 2020, o AERUS protocolizou petição requerendo a penhora através do sistema RENAJUD e a expedição do ofício à Receita Federal para acesso ao DOI, DIMOP e DIPTR; ofício a BOVESP e CENSEC.

Em setembro de 2021, foi proferida decisão deferindo o pedido de pesquisa de bens em nome dos executados. Após a juntada dos resultados, a parte exequente será intimada para manifestar-se em termos de prosseguimento no prazo de dez dias. Por fim, deferiu-se também o pedido de expedição de ofício para busca de eventuais atas notarias de negócios jurídicos celebrados pelos executados.

Em janeiro de 2022, foi determinado a juntada de planilha do débito atualizado e indicação de bens à penhora e em novembro de 2022, foi protocolizado petição requerendo a decretação de fraude em relação a alienação de terreno na Cidade de Guaíba-RS, de propriedade do executado Olinto Antonio Schmit Sant’ana e foi publicado no DJE decisão determinando a averbação na matrícula do imóvel a existência de ação e do pedido de fraude.

Em dezembro de 2022, foi proferida decisão determinando a suspensão da execução e em janeiro de 2023 o AERUS protocolizou a contestação.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 11/04/2023, o AERUS protocolizou petição requerendo busca, pelo sistema SNIPER, de ativos em nome dos executados e em 20/07/2023, foi publicado no DJE decisão determinando a consulta.

Em 20/09/2023, o AERUS protocolizou petição requerendo a expedição de carta precatória para Comarca de Guaíba-RS, para penhora, avaliação e alienação do imóvel e em 30/11/2023, foi proferida decisão determinando o recolhimento de custas, a juntada de planilha atualizada do débito e certidão atualizada da matrícula. Aguarda-se a expedição da carta precatória.

(d) Locatário Mastec – foi impetrada ação de despejo com cobrança de débito na esfera judicial – processo nº 583.00.2004.052396-4 – suspenso em virtude da falência do locatário. Em 16/08/2005, habilitação ao quadro de credores, crédito do AERUS R\$ 91 mil. O crédito foi classificado como quirografário.

O Juízo da 7ª Vara Cível do Fórum Central arrecadou o montante de R\$ 1.380 mil, onde parte desses recursos R\$ 489 mil, foram rateados para o síndico, perito avaliador, perito contador e outras perícias, e o pagamento do saldo de R\$ 891 mil, para os credores trabalhistas. Ainda não houve qualquer pagamento para credores quirografários, mas em 12/02/2021, foi publicada no Diário Oficial os cálculos de remuneração dos auxiliares, além das contas de rateio dos credores da massa.

Em dezembro de 2021, foi publicada no Diário Oficial os cálculos de remuneração dos auxiliares, além das contas de rateio dos credores da massa e em fevereiro de 2022, foi publicado decisão homologando o QGC apresentado. O AERUS continua no quadro com mesmo valor inicialmente apresentado. Com novos valores disponíveis, poderá ser iniciado o pagamento dos credores trabalhistas, no entanto, sem previsão de pagamento a outros credores.

Em fevereiro/2024, foi publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico), decisão determinando a apresentação das contas de liquidação suplementar pelo síndico.

Em novembro/2024, foi publicado no DJE para que os pagamentos aos credores possam ser realizados por MLE (Mandado de Levantamento Eletrônico), o síndico deverá providenciar conta de liquidação, com base no saldo atual de R\$ 1.584.252,27, com acréscimos legais a partir de 23/10/2024.

(e) Locatário Parmalat – o AERUS ingressou com ação de cobrança em face da referida empresa a qual foi distribuída sob o nº 0219365.10.2007.8.19.0001. A ação encontra-se suspensa em decorrência da exceção de incompetência proposta pela Parmalat. O AERUS já obteve sentença transitada em julgado que lhe foi favorável tanto em sua ação de execução, quanto nos embargos à execução que lhe foram movidos pela Parmalat. O AERUS está executando os valores atinentes à cobrança decorrente de alugueres e encargos relativos aos meses de dezembro de 2006, além dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2007, assim como está executando, também, honorários advocatícios que lhe são devidos em decorrência da sucumbência da Parmalat.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A fim de verificar a existência de valores e/ou bens que possam satisfazer a execução, foram requeridas pesquisas juntos aos sistemas BACENJUD, RENAJUD E INFOJUD, todas com retorno negativo.

Sendo juntada planilha atualizada de débito no valor total de R\$4.409 mil.

Foram incluídas no polo passivo as empresas COMPANHIA DE ALIMENTOS GLÓRIA S/A e LACTALIS DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LATICÍNIOS LTDA. Tendo em vista que os documentos ora anexados nos autos, se defluiu que a LACTALIS DO BRASIL exerce atualmente o controle acionário da PARMALAT BRASIL S/A. Requerida assim realização de pesquisa de bens das empresas acima citadas, determinado primeiramente a citação das referidas empresas. Aguardando cumprimento dos mandados.

(f) Locatário Prolan – o débito foi objeto de habilitação na recuperação judicial da locatária, aguardando o desfecho do processo para a cobrança – processo nº 100.06.135108-5. Como não houve cumprimento do Plano de Recuperação Extrajudicial, o AERUS deu início ao cumprimento da sentença, que envolve o crédito do montante de R\$ 183 mil, acrescida de correção monetária no valor de R\$ 119 mil e juros moratórios de 12% a.a., no valor de R\$ 109 mil totalizando o montante de R\$ 412 mil.

Em junho de 2020 foi protocolada petição requerendo a penhora e em setembro de 2020 foi juntada aos autos a resposta da tentativa. Em julho de 2021 foi protocolizada petição do AERUS requerendo a suspensão da execução, diante da não localização de bens passíveis de penhora e em agosto de 2021 foi publicada no Diário Oficial que foram esgotadas as diligências junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, e havendo evidências concretas da ausência de bens penhoráveis, determinando a suspensão do processo, pelo prazo de 1 ano, durante o qual se suspenderá a prescrição.

Após o fim do prazo da suspensão, foi protocolizada petição requerendo a busca de bens pelo Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (SNIPER) e em junho/2023, foi proferida decisão deferindo o pedido de pesquisa de eventuais ativos patrimoniais em nome da executada. Aguarda-se o resultado da pesquisa.

Em novembro/24, considerando que o exequente não localizou bens passíveis de penhora, o Aerus protocolizou petição requerendo a Suspensão do Processo por 360 dias e sendo deferido. Fica assim suspenso o presente feito por 1 ano.

Em “**Direitos em Alienações**”, são registrados os valores referentes aos imóveis vendidos a prazo (vendas realizadas antes da liquidação extrajudicial), de acordo com a política de desmobilização da carteira de investimentos, na época, e para adequação aos limites legais para aplicação neste segmento. A composição do saldo a receber em 31 de dezembro é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Ano da Venda	2024	2023
Ed. Camp Tower - 11 e 12º andar	2002	5,937	5,671
Crystal Plaza Shopping	2005	-	17,389
Total		5,937	23,060

6.3.4.1. Ed. Camp Tower

O imóvel denominado Edifício Camp Tower foi declarado de utilização pública e desapropriado pela União Federal, com imissão de posse em janeiro de 2002. O preço do imóvel desapropriado foi questionado judicialmente pelo AERUS, em conjunto com os demais proprietários, por meio do processo judicial nº 0613429-52.1998.4.03.6105, na 2ª Vara Federal de São Paulo, Seção Judiciária de Campinas, julgado procedente em sentença proferida em junho de 2011. Com a sentença, o valor das unidades de propriedade do AERUS, compostas pelo 11º e 12º andares, foi estabelecido em R\$ 4.095 mil, na data-base de março/2002.

O depósito prévio realizado pela União em janeiro/2002 foi levantado pelo AERUS, sendo uma parcela em dezembro/2002, cujo valor corrigido pela TR resultou em R\$ 2.101 mil, e o restante do saldo remanescente em março/2012, em montante corrigido de R\$ 624 mil.

O AERUS entrou com recurso questionando a aplicação de correção monetária, juros compensatórios e honorários advocatícios, aguardou-se o julgamento da apelação para expedição de precatório para o recebimento do saldo remanescente do crédito (1.532 mil) que será corrigido de acordo com a sentença. O processo aguardou julgamento da apelação do AERUS e das outras expropriadas.

Em janeiro/2014, o AERUS reiterou o pedido de prioridade na tramitação do feito, que foi deferido pelo Juiz e em novembro/2015, os autos foram conclusos ao relator, o precatório será expedido após o trânsito em julgado da sentença. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação do AERUS e das outras expropriadas.

Em outubro/2017, em sessão de julgamento das apelações, a 11ª turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região deu parcial provimento ao recurso do AERUS, para determinar: (i) que a correção monetária observe os critérios adotados pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, aprovado pela Resolução CJF nº 267/2013, (ii) que os juros compensatórios incidam sobre a diferença entre 80% do valor ofertado em juízo e o fixado pela sentença. Com base na sentença acima o AERUS ajustou, por estimativa, o valor do crédito.

O processo aguardou o julgamento dos embargos de declaração interpostos pela União e pela Construtora Lix da Cunha. O precatório será expedido após o trânsito em julgado da sentença.

Em julho/2019, foi publicada decisão da 11ª turma rejeitando os embargos de declaração opostos pela União Federal. Contra essas decisões a União Federal interpôs recurso especial e

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

extraordinário e em agosto/2019, o processo foi suspenso por decisão da vice-presidência, em razão dos recursos repetitivos.

Em julho/2020, o AERUS protocolizou contrarrazões de agravo interno em Resposta da União Federal e em março/2022, O TRF 3ª Região negou seguimento aos recursos interpostos pela União Federal.

Em novembro/2022, o AERUS protocolizou petição requerendo a remessa dos autos para contadoria judicial para apresentar os cálculos de Liquidação. A Jatiúna Empreendimentos e Participações deu início ao cumprimento da sentença, requerendo o pagamento do precatório no valor de R\$ 12.645 mil e a construtora Lix da Cunha requereu o pagamento do precatório no valor de R\$ 11.592 mil.

Em fevereiro/2023, foi disponibilizado no DJE decisão determinando que as partes apresentem os cálculos do valor da condenação e em março/2023, AERUS protocolizou petição dando início ao cumprimento de sentença.

Em janeiro/2024, AERUS protocolizou petição requerendo a expedição de precatório da parte incontroversa (Indenização Expropriatória de R\$ 24.045 mil e Honorários advocatícios de R\$ 884 mil).

Em novembro/2024, foi disponibilizado no DJE, decisão dando ciência de que as requisições de pagamento foram transmitidas ao TRF3. Foi expedido requisitório em nome Aerus no valor de R\$ 24.049. No mesmo mês, o Aerus protocolizou petição requerendo a desconsideração dos novos cálculos da contadoria.

Aguardando decisão do juiz.

6.3.4.2. Crystal Plaza Shopping

Em 21/10/2009 foi firmada Escritura de Novação e Confissão de Dívida relativa ao saldo remanescente da venda no Crystal Plaza Shopping, atualizada pelo INPC (IBGE) e juros de 8,5% a.a. A dívida confessada encontra-se com exigibilidade suspensa, até que os débitos de IPTU do período de 1997 a 2002, relativos ao empreendimento, sejam regularizados, nos termos da Escritura firmada.

Após diligência junto à prefeitura de Curitiba, obtivemos informação de que os IPTU's dos exercícios 1997 a 2002 estão quitados/extintos. Sendo assim, foi sugerido pelo nosso Jurídico e autorizado pelo Liquidante a baixa do saldo remanescente. O registro contábil foi efetuado em dez/24.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.3.4.3. Reavaliações

Os imóveis são reavaliados de acordo com a legislação vigente e o resultado, positivo ou negativo, incorporado ao patrimônio. No quadro a seguir é apresentada a última reavaliação realizada no imóvel constante da carteira imobiliária, em consonância com a legislação em vigor:

<u>Imóvel</u>	<u>Avaliador</u>	<u>Data de avaliação</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Valor do laudo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Resultado</u>
Centro Empresarial Varig	Análítica	mai-24	25	36.200	35.192	1.008

Vida útil em anos.

Avaliador:

Análítica Engenharia de Avaliações Ltda. CNPJ - 01.439.730/0001-56.

O resultado da reavaliação dos escritórios do Edifício Centro Empresarial Varig no valor de R\$ 1008 mil foi registrado no resultado dos investimentos imobiliários no balancete de maio/2024.

A carteira imobiliária do AERUS é composta pela seguinte edificação, posição consolidada em 31 de dezembro (valores líquidos de depreciação):

<u>Imóvel</u>	<u>Unidades</u>	<u>Localização</u>	<u>Valor Contábil</u>	
			<u>2024</u>	<u>2023</u>
Centro Empresarial Varig	804, 904, 1004, 1104, 1204, 1302-M e 1404	Brasília - DF	35,588	35,537
Total			35,588	35,537

6.3.5. Empréstimos – participantes dos planos de benefícios

Estão registrados valores dos empréstimos concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pelo AERUS, os quais são corrigidos pela variação da TR mais juros de 1% a.m. (contratos celebrados até setembro/2000) e pela variação do INPC mais juros de 1% a.m. (contratos celebrados após setembro/2000). Embora a carteira de empréstimos permaneça fechada para novas concessões, foram permitidos refinanciamentos dos saldos devedores utilizando como índice de atualização o IGP-M até 31/12/2006 e, a partir dessa data, o INPC (IBGE), ambos acrescidos de juros de 1% a.m.

6.3.5.1. Provisão para perdas no recebimento de empréstimos a participantes

A provisão para perda no recebimento de empréstimos foi constituída em função do longo período de inadimplência, o critério do valor estimado, atende ao disposto da Resolução Previ nº 23, de 14/08/2023. Para os planos de benefícios em liquidação extrajudicial, os saldos de

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empréstimos de participantes ativos foram totalmente provisionados para perda. Em 2024 a provisão consolidada da carteira monta, R\$ 282.184 mil (Em 2023, R\$ 243.074 mil).

Os Planos de Benefícios I e II da Patrocinadora Varig, tiveram variação significativa em seus saldos líquidos de Empréstimo nos últimos exercícios, visto que, com o advento do pagamento de Indenização da União na forma de benefício (Folha de Ativos - Vide Nota 19.3.2), os Participantes puderam repactuar seus contratos de mútuo em atraso, através de acordos homologados, gerando transferência do saldo de Provisão (-) PCLD para Carteira Principal.

A composição da carteira de empréstimos a participantes por plano de benefícios em 31 de dezembro é como segue:

Plano de Benefícios	2024			2023
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	
Plano I - Varig	24.877	(22.534)	2.343	2.602
Plano II - Varig	82.358	(80.867)	1.491	1.203
Plano I - Transbrasil	2.703	(2.699)	4	2
Plano II - Transbrasil	45.400	(45.386)	14	11
Plano I - Rio Sul	2.302	(2.302)	-	-
Plano II - Rio Sul	18.491	(18.475)	16	8
Plano I - Sata	1.738	(1.738)	-	-
Plano II - Sata	59.188	(58.918)	270	408
Plano I - Nordeste	105	(104)	1	1
Plano II - Aeromot	1.722	(1.721)	1	15
Plano II - Interbrasil	5.862	(5.862)	-	-
Plano II - FRB	5.323	(5.312)	11	11
Plano II - VarigLog	5.928	(5.919)	9	8
Plano II - Tropical	30.391	(30.347)	44	63
Total	286.388	(282.184)	4.204	4.332

Em 2023, valor líquido de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O AERUS promoveu esforços para a recuperação dos créditos de empréstimos, com o envio dos débitos para protesto e inscrição dos mutuários inadimplentes nos órgãos de proteção ao crédito. Adicionalmente ingressou com ações ordinárias de cobrança e ações monitórias, na tentativa de recuperação dos recursos alocados neste segmento que, em sua maioria, estão provisionados para perda.

6.3.6. Depósitos judiciais / recursais

Estão registrados os depósitos judiciais em garantia de débitos tributários e fiscais em discussão na esfera judicial. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2024	2023
IRPJ - Auto de Infração de 2005	3,842	3,809
PIS - Auto de Infração de 2005	2,528	2,506
Total	6,370	6,315

Os depósitos judiciais/recursais são corrigidos pela Selic e os débitos em discussão relativos aos depósitos efetuados estão registrados no exigível contingencial dos investimentos. Vide Nota 9.3.

6.3.7. Outros realizáveis

A composição dos créditos registrados nessa rubrica, em 31 de dezembro, é como segue:

Descrição	2024	2023
Amadeus Brasil - Quotas de Participação	787,829	787,829
(-) Provisão Amadeus	(787,829)	(787,829)
Total	-	-

6.3.7.1. Amadeus Brasil – Quotas de Participação

Está registrado o valor correspondente à 12.384.150 cotas do capital social da Amadeus Brasil Ltda., representativas de 15% do capital social da referida, adquiridas em decorrência de “dação em pagamento” feita pela Transbrasil S.A. Linhas Aéreas, como forma de amortização de parte da dívida de contribuições dos Planos de Benefícios I e II – Transbrasil, administrados pelo AERUS, objeto do Contrato Particular de Confissão de Dívida, Dação em Pagamento com Cessão e Transferência de Quotas em Pagamento de parte da Dívida, Direito de Recompra e Outras Avenças, de 16/05/2001. No referido Instrumento havia previsão de recompra em 36 meses, o que não aconteceu, permanecendo as quotas com o AERUS.

Tendo em vista a existência de contestação no judiciário por outros credores da Transbrasil sobre a operação de “dação em pagamento” realizada, com decisão já proferida determinando o desfazimento da ação em pagamento e indisponibilidade das quotas de propriedade do AERUS, foi efetuado o provisionamento no valor total deste ativo. Aguarda-se o desfecho do litígio que envolve a operação.

Em 23/12/2015, conforme Assembleia de Sócios Quotistas foi formalizada a exclusão da sócia quotista Varig S.A. Viação Aérea Rio-Grandense – Falida com conseqüente redução do capital social. Mediante alteração do quadro societário, o AERUS passou a deter 16,481% de representação do capital social.

O STJ manteve o acórdão do TJ/SP, julgando improcedente os embargos promovidos pelo Aerus, em 2018 foi publicado pelo juiz a decisão de arquivamento do processo sendo remetido

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao arquivo geral. Aguarda-se eventual manifestação da parte vencedora, General Electric International - GE.

7. Permanente

A composição do ativo permanente em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024	2023
Imobilizado	138	146
Intangível	32	68
Total	170	214

No imobilizado está registrado o conjunto de bens necessários à manutenção das atividades do AERUS, principalmente, móveis e utensílios, equipamentos de escritório e computadores e periféricos.

No intangível estão registrados os gastos na aquisição de licenças de uso de programas de computador (*software*) e gastos na implantação de rede de internet e intranet.

Os valores apresentados são líquidos de depreciação e amortização.

8. Exigível Operacional

8.1. Gestão Previdencial

Estão registradas as obrigações da gestão previdencial. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024	2023
Benefícios a pagar	994	981
Retenções a recolher	10,134	9,568
Antecipação de Tutela (APORTE UNIÃO)	55,651	55,183
Liquidação extrajudicial	595,073	554,564
Outras exigibilidades	44	44
Total	661,896	620,340

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.1.1 Benefícios a pagar

Descrição	2024	2023
Aposentadorias e pensões	742	728
Pecúlios	252	253
Total	994	981

8.1.2. Retenções a recolher

Descrição	2024	2023
Pensão alimentícia	552	421
Impostos e contribuições retidos	9.580	9.147
Decisão Judicial	2	-
Total	10.134	9.568

A composição dos benefícios a pagar e retenções a recolher por plano de benefícios em 31 de dezembro é como segue:

Plano de Benefícios	Benefícios a Pagar		Retenções a Recolher	
	2024	2023	2024	2023
Plano I - Varig	452	448	5.135	4.694
Plano II - Varig	138	139	4.151	4.053
Plano I - Transbrasil	179	179	386	400
Plano II - Transbrasil	113	110	353	354
Plano I - Rio Sul	16	16	-	-
Plano II - Rio Sul	-	-	63	24
Plano I - Sata	55	48	31	31
Plano II - Sata	39	38	-	-
Plano I - Nordeste	-	-	1	1
Plano II - Aeromot	2	2	-	-
Plano II - FRB	-	-	9	6
Plano II - VarigLog	-	1	5	5
Total	994	981	10.134	9.568

8.1.3. Antecipação de Tutela

Estão registrados os saldos de aportes de recursos efetuados pela União Federal, para pagamento de benefícios, em atendimento a determinação judicial. Vide Nota 19.3.

A posição em 31 de dezembro é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de Benefícios	Antecipação de Tutela	
	2024	2023
Plano I - Varig	25,025	24,737
Plano II - Varig	18,755	18,629
Plano I - Transbrasil	1,986	1,972
Plano II - Transbrasil	1,506	1,467
Plano I - Rio Sul	1,910	1,910
Plano II - Rio Sul	1,306	1,306
Plano I - Sata	617	617
Plano II - Sata	1,140	1,139
Plano II - FRB	1,492	1,492
Plano II - VarigLog	1,914	1,914
Total	55,651	55,183

8.1.4 Liquidação extrajudicial

Descrição	2024	2023
Quadro geral de credores - obrigações com participantes	18.350.599	17.146.372
Participantes/credores assistidos e equiparados	14.939.026	13.979.550
Principal	324.652	333.166
Correção monetária	1.365.922	1.503.908
Juros	13.248.452	12.142.476
Participantes/credores ativos	3.140.729	2.923.852
Principal	98.557	164.300
Correção monetária	704.722	699.136
Juros	2.337.450	2.060.416
Demais credores (ex-participantes e quirografários)	243.465	216.754
Principal	31.997	31.565
Correção monetária	53.894	49.136
Juros	157.574	136.053
Antecipação/rateio de créditos	27.379	26.216
(-) Insuficiência de patrimônio (déficit técnico)	(17.755.526)	(16.591.808)
Total	595.073	554.564

O “Principal” registra o somatório da reserva matemática individual dos credores dos planos de benefícios, apurado na data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria de liquidação extrajudicial e ainda pendente de pagamento.

O crédito previdenciário habilitado no Quadro Geral de Credores (principal da reserva matemática) é corrigido pela variação do INPC (IBGE), conforme estabelecido na nota técnica

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atuarial de liquidação dos planos de benefícios. A correção monetária será paga aos credores, conforme a classe e ordem de privilégio.

Os juros de 6% a.a. observam a taxa de capitalização estabelecida na avaliação atuarial de dimensionamento do passivo previdenciário e constantes da nota técnica atuarial de liquidação. Na forma do inciso IV, do artigo 49, da Lei Complementar nº 109/2001, os juros não serão exigidos, enquanto o passivo não for integralmente pago.

As antecipações/rateio de créditos correspondem à parcela dos créditos rateados entre os participantes credores dos planos de benefícios em liquidação extrajudicial, de forma isonômica e dentro da classe de privilégio, ainda pendentes de pagamento, que serão efetuadas depois de cumpridas as exigências cadastrais e legais inerentes ao processo de liquidação extrajudicial.

Esses créditos, em geral, pertencem aos participantes credores equiparados aos assistidos, que em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001, concorrem na mesma classe de privilégio, e a participantes falecidos, cujo crédito caberá aos herdeiros legais devidamente habilitados.

Vide Nota 16 para outras informações sobre o processo de liquidação extrajudicial dos planos de benefícios.

A composição do Quadro Geral de Credores por plano de benefícios em liquidação extrajudicial em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	PPCHT		Plano I - Varig		Plano II - Varig		Plano I - Transbrasil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Quadro geral de credores - obrigações com participantes	28.686	26.018	10.923.186	10.152.969	5.661.766	5.353.191	644.354	606.159
Participantes/credores assistidos e equiparados	28.618	25.957	9.229.215	8.574.496	4.098.451	3.903.697	639.620	601.539
Principal	3.847	3.991	261.497	264.118	21.849	23.505	14.833	15.284
Correção monetária	6.300	5.846	1.028.505	1.171.579	155.438	155.725	49.658	48.428
Juros	18.471	16.120	7.939.213	7.138.799	3.921.164	3.724.467	575.129	537.827
Participantes/credores ativos	-	-	1.583.795	1.480.696	1.481.920	1.375.650	2.261	2.035
Principal	-	-	34.632	71.692	51.632	80.315	272	272
Correção monetária	-	-	356.520	355.651	330.714	327.371	486	451
Juros	-	-	1.192.643	1.053.353	1.099.574	967.964	1.503	1.312
Demais credores (ex-participantes e quirografários)	68	61	104.516	91.713	76.358	68.727	847	762
Principal	8	8	12.942	12.508	9.328	9.329	102	102
Correção monetária	15	14	22.972	20.509	16.617	15.418	182	169
Juros	45	39	68.602	58.696	50.413	43.980	563	491
Antecipação/rateio de créditos	-	-	5.660	6.064	5.037	5.117	1.626	1.823
(-) Insuficiência de patrimônio	(28.686)	(26.018)	(10.830.211)	(10.065.804)	(5.242.910)	(4.966.831)	(619.530)	(582.984)
Total	-	-	92.975	87.165	418.856	386.360	24.824	23.175

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Plano II - Transbrasil		Plano I - Rio Sul		Plano II - Rio Sul		Plano I - Sata	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Quadro geral de credores - obrigações com participantes	377,566	360,306	111,537	101,186	48,917	44,191	45,655	41,527
Participantes/credores assistidos e equiparados	367,540	351,270	104,562	95,337	44,101	39,108	38,595	35,286
Principal	1,026	1,060	-	-	-	-	-	-
Correção monetária	10,335	10,928	17,740	18,386	157	199	5,444	5,948
Juros	356,179	339,282	86,822	76,951	43,944	38,909	33,151	29,338
Participantes/credores ativos	2,276	2,048	2,186	1,967	2,090	1,880	3,442	3,098
Principal	274	274	359	359	343	343	565	565
Correção monetária	490	454	510	470	488	449	803	740
Juros	1,512	1,320	1,317	1,138	1,259	1,088	2,074	1,793
Demais credores (ex-participantes e quirografários)	7,627	6,864	1,280	1,151	1,489	1,339	227	205
Principal	921	921	210	210	244	244	37	37
Correção monetária	1,641	1,523	299	275	348	320	53	49
Juros	5,065	4,420	771	666	897	775	137	119
Antecipação/rateio de créditos	123	124	3,509	2,731	1,237	1,864	3,391	2,938
(-) Insuficiência de patrimônio	(349,208)	(334,244)	(105,655)	(94,744)	(44,037)	(39,376)	(40,559)	(36,372)
Total	28,358	26,062	5,882	6,442	4,880	4,815	5,096	5,155

Descrição	Plano II - Sata		Plano I - Nordeste		Plano I - Aeromot		Plano II - Aeromot	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Quadro geral de credores - obrigações com participantes	116,749	105,518	14,129	13,471	3,472	3,124	6,902	6,210
Participantes/credores assistidos e equiparados	89,036	80,599	13,252	12,379	2,837	2,543	2,258	2,026
Principal	-	746	-	-	218	218	-	-
Correção monetária	21,329	20,260	2,258	2,206	697	650	66	60
Juros	67,707	59,593	10,994	10,173	1,922	1,675	2,192	1,966
Participantes/credores ativos	22,111	19,897	-	-	544	490	4,306	3,874
Principal	3,630	3,630	-	-	96	96	759	759
Correção monetária	5,160	4,755	-	-	130	120	1,029	946
Juros	13,321	11,512	-	-	318	274	2,518	2,169
Demais credores (ex-participantes e quirografários)	2,536	2,283	-	-	-	-	285	257
Principal	417	417	-	-	-	-	50	50
Correção monetária	592	546	-	-	-	-	68	63
Juros	1,527	1,320	-	-	-	-	167	144
Antecipação/rateio de créditos	3,066	2,739	877	1,092	91	91	53	53
(-) Insuficiência de patrimônio	(111,816)	(99,831)	(12,819)	(12,112)	(3,006)	(2,695)	(5,114)	(4,540)
Total	4,933	5,687	1,310	1,359	466	429	1,788	1,670

Descrição	Plano II - Interbrasil		Plano II - FRB		Plano II - VarigLog		Plano II - Tropical	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Quadro geral de credores - obrigações com participantes	5,415	4,873	147,511	133,342	207,681	187,891	7,074	6,396
Participantes/credores assistidos e equiparados	4,258	3,832	143,210	130,199	127,582	115,960	5,891	5,323
Principal	-	-	15,032	16,599	4,955	6,251	1,395	1,395
Correção monetária	797	761	35,703	33,252	29,938	28,261	1,557	1,419
Juros	3,461	3,071	92,475	80,348	92,689	81,448	2,939	2,509
Participantes/credores ativos	219	197	2,105	1,894	32,336	29,097	1,138	1,029
Principal	27	27	371	371	5,307	5,307	290	290
Correção monetária	47	44	503	463	7,546	6,953	296	269
Juros	145	126	1,231	1,060	19,483	16,837	552	470
Demais credores (ex-participantes e quirografários)	938	844	260	234	47,026	42,305	9	8
Principal	114	114	46	46	7,574	7,574	4	4
Correção monetária	203	189	62	57	10,841	10,002	2	2
Juros	621	541	152	131	28,611	24,729	3	2
Antecipação/rateio de créditos	-	-	1,936	1,015	737	529	36	36
(-) Insuficiência de patrimônio	(4,975)	(4,468)	(144,655)	(130,405)	(205,507)	(185,230)	(6,838)	(6,154)
Total	440	405	2,856	2,937	2,174	2,661	236	242

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.1.5. Outras exigibilidades – recursos de terceiros

Estão registrados os aportes de recursos efetuados pela patrocinadora SATA a título de Déficit Técnico dos Planos de Benefícios I e II. Vide Nota 16.

A posição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024	2023
Plano I - Sata	22	22
Plano II - Sata	22	22
Total	44	44

8.2. Gestão Administrativa

Estão registradas as obrigações correntes do AERUS na gestão dos planos de benefícios. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024	2023
Provisão para férias e encargos sociais	2,949	2,857
Contas a pagar de fornecedores de bens e serviços	102	103
Impostos e contribuições retidos	336	329
Receitas antecipadas	3,546	5,532
Depósitos judiciais	1,090	1,111
Outras obrigações	7,336	7,393
Total	15,359	17,325

8.2.1. Outras obrigações

Estão registradas as obrigações da gestão previdencial com patrocinadores e/ou planos de benefícios excluídos e/ou transferidos. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Patrocinadores / Plano de Benefícios	2024	2023
Plano II - Nordeste	582	639
Plano I - SNA	1	1
Plano II - GE Rio	1,780	1,780
Plano II - Amadeus	624	624
Plano II - VEM	4,347	4,347
PGA	3	3
Total	7,336	7,393

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.3. Investimentos

Estão registradas as obrigações correntes dos investimentos, inclusive custos e serviços diretos. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024	2023
Fundos de investimento	13	7
Investimentos imobiliários	953	7,646
Outras Exigibilidades	119	54
Total	1,085	7,707

O valor das obrigações do grupo de investimentos imobiliários contempla a provisão para pagamento de IPTU do Shopping Crystal, em 31/12/2023, no valor de R\$ 6.756 mil, em 2024, após diligência junto à prefeitura de Curitiba, o Aerus obteve a informação de que os IPTU's dos exercícios 1997 a 2002 foram quitados/extintos. Sendo assim, foi sugerido pelo nosso Jurídico e autorizado pelo Liquidante a baixa da obrigação em nossos registros contábeis. Também contempla neste quadro os recursos recebidos a título de garantia locatícia, no valor de R\$ 953 mil (Em 2023 R\$ 890 mil).

9. Exigível Contingencial

Estão registrados os valores para cobertura de obrigações futuras, oriundas de eventos incertos e que poderão acarretar desembolso pelo AERUS. Os valores provisionados são referentes a processos judiciais cujo desfecho se mostra desfavoráveis ao AERUS, de acordo com o julgamento da probabilidade de perda da Assessoria e Escritórios Jurídicos.

9.1. Gestão Previdencial

Está registrada a provisão para fazer face aos litígios de participantes, cujos processo foram classificados como “perdas prováveis”, com chances de desembolso.

Os objetos, em sua maioria, visam o recebimento de diferenças de contribuições resgatadas e recomposição de benefícios, em virtude dos expurgos inflacionários. O saldo em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024	2023
Ações de participantes	10,921	12,641
Total	10,921	12,641

O valor provisionado envolve as ações judiciais de participantes com probabilidade de perda provável atribuída pela consultoria jurídica.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em março e abril de 2013 foram constituídas provisões para contingências no valor de R\$ 706 mil, correspondentes a 12 (doze) processos de participantes dos Planos de Benefícios I e II – Nordeste e Plano de Benefícios II – Varig Log, por serem ações judiciais de diversas comarcas foi adotado o INPC (IBGE) para a evolução do valor da provisão, além de juros simples de 12% a.a.

Em julho/14, com o encerramento do Plano de Benefícios II – Nordeste, foi transferida para o PGA (Plano de Gestão Administrativa) as provisões para contingências no valor de R\$ 524 mil, correspondente a 3 (três) processos de participantes.

Em 2019, tendo em vista o aumento considerável de litígios de natureza previdencial, dos quais muitos dos processos sendo executados de forma intempestiva, ocasionando bloqueios judiciais nas contas-correntes e fundo de investimento do AERUS e comprometendo o fluxo financeiro da entidade, foram provisionados, após levantamentos com os advogados externos, uma quantidade relevante de processos que tem como características obrigações prováveis de realização.

Em Dez/22, foram realizadas reversões das provisões de 11 processos, sendo 7 (sete) da Varig log II, 2 (dois) da Nordeste I e 2 (dois) da Nordeste II, visto que, alguns foram arquivados e outros apresentaram possibilidades remotas de êxito.

A composição das ações de participantes por plano de benefícios em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024	2023
Plano I - Varig	7,803	7,953
Plano II - Varig	2,851	4,141
Plano II - Transbrasil	-	250
Plano I - Rio Sul	-	30
Plano II - Rio Sul	201	201
Plano II - Sata	50	50
Plano II - Interbrasil	16	16
Total	10,921	12,641

Desde junho/2012, com a transferência de gestão do Plano II – VEM (TapmePrev), a correção das provisões para contingências vem sendo feita com base na rentabilidade dos recursos retidos para a garantia e cumprimento destas obrigações (investimentos da carteira de Renda Fixa Mercado).

Em agosto/14, com o fim do processo de transferência de gestão do Plano de Benefícios II – VEM (TapmePrev), foi transferida para o PGA (Plano de Gestão Administrativa) provisões para contingências no valor de R\$ 1.287 mil, correspondente a 20 (vinte) processos de participantes.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Gestão Administrativa

Estão registradas as provisões de participantes da Gestão Previdencial (Item 9.1) cujos planos de benefícios foram encerrados em 2014. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024	2023
Plano II - Nordeste	20	20
Plano II - VEM	10	10
Total	30	30

9.3. Investimentos

Estão registradas as contingências de natureza cível e tributária, em discussão na esfera administrativa e judicial, oriundas de fatos diretamente relacionados aos investimentos. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024	2023
PIS - AI 2005	2.528	2.506
IRPJ	3.842	3.809
Outras – Tributária e Fiscais	4	-
Total	6.374	6.315

9.3.1. PIS – Programa de Integração Social – Auto de Infração de 2005

Em dezembro/2005 o AERUS foi autuado e intimado a recolher as contribuições relativas ao PIS do período de fevereiro/1999 a julho/2002, no valor de R\$ 1.783 mil. O AERUS entrou com pedido de impugnação e em 23/06/2008 a Delegacia da Receita Federal, através do Acórdão 13-20.331, acolheu em parte o recurso, reconhecendo a decadência das contribuições de fevereiro/1999 a novembro/2000 e extinguindo o débito relativo ao período. Os lançamentos referentes aos meses de dezembro/2000 a julho/2002 foram mantidos, para os quais o AERUS interpôs Recurso Voluntário no Conselho de Contribuintes, atual Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, com a contestação sobre a legalidade do débito objeto do Auto de Infração. A provisão vem sendo corrigida pela Selic.

Em maio/2015, o AERUS realizou depósito judicial de R\$ 1.917.629,34, valor do crédito na Ação Anulatória de Débito Fiscal. A execução foi extinta em razão do cancelamento da inscrição em dívida ativa.

Na ação judicial, o pedido ainda não foi julgado. Em contestação, a União Federal reconheceu a procedência do pedido na parte relativa à exclusão da multa e dos juros de mora incidentes a partir da liquidação extrajudicial.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O AERUS também está discutindo a exigibilidade do PIS na Ação Ordinária nº 2006.51.01.005847-3.

Na ação judicial, o pedido foi julgado improcedente pelo juízo de primeira instância, condenando-se o AERUS ao pagamento de honorários de sucumbência de R\$170.605,90, acrescidos de atualização monetária a contar de 12/05/2017, e de juros a partir da data do trânsito em julgado da sentença.

Foi interposta a apelação, que foi desprovida no TRF 2ª Região pela 3ª Turma Especializada. Todavia, foram manejados Embargos de Declaração parcialmente providos para esclarecer que “a partir do decreto de liquidação extrajudicial, não correm juros de mora contra a instituição liquidanda, sejam legais ou contratuais, até o pagamento do passivo. Nesse contexto, conclui-se que os juros moratórios devem ficar suspensos a partir do decreto de liquidação da entidade, voltando a ser exigíveis caso o ativo seja suficiente para o pagamento do principal, respeitada a ordem estabelecida no quadro geral de credores.”

Foi interposto Recurso Especial pelo AERUS, que foi inadmitido, em seguida foi interposto Agravo de Recurso Especial, para o qual foi negado provimento da decisão da Ministra relatora no STJ e por essa razão, foi interposto Agravo Interno, que foi desprovido, por decisão transitada em julgada. Posteriormente, os autos foram encaminhados ao STF para julgamento do agravo extraordinário e o presidente da Corte determinou o retorno dos autos ao TRF2.

A probabilidade de êxito é possível.

9.3.2. IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

Está registrada a provisão para fazer face ao Auto de Infração aplicado pela Secretaria da Receita Federal, em 07/12/2005, por insuficiência de recolhimento de IRPJ nos trimestres findos em 31/03/2002 e 30/06/2002, o débito atualizado em 30/11/2005 era de R\$ 1.673 mil e foi contestado mediante recurso administrativo. A Delegacia de Julgamento, através do Acórdão 12-20.646, de 27/08/2008, julgou improcedente o pedido de impugnação e manteve o lançamento do débito. O AERUS interpôs, tempestivamente, Recurso Voluntário no Conselho de Contribuintes, atual Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para a contestação da legalidade e da origem do Auto de Infração. Para a atualização da provisão está sendo utilizada a Selic.

Em julho/2016 o AERUS, após intimação, realizou Depósito Judicial no valor de R\$ 3.085 mil, referente à ação anulatória de lançamento tributário nº 0093679-26.2016.4.02.5101 e após depósito ingressou com ação judicial, pois não teve êxito no processo Administrativo nº 19740.000490/2005-21. A União Federal já apresentou contestação à ação judicial e o AERUS já apresentou a réplica.

Em setembro/2020, a perita do juízo apresentou seu Laudo Pericial, ao qual concordamos em parte, sendo assim, apresentamos petição solicitando esclarecimentos à perita.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente o pedido do AERUS, para reconhecer a legitimidade da compensação das contribuições extraordinárias efetuadas no 2º trimestre de 2002, bem como o pagamento de R\$ 360,00, ocorrido em 06/01/2006, e determinar que a multa de ofício e os juros incidentes a partir da decretação da liquidação extrajudicial da entidade deverão ser excluídos.

Após oposição de Embargos de Declaração, que foram parcialmente acolhidos, foi definido que as partes pagarão honorários com base no valor da sucumbência de cada uma. Foram interpostos recursos de Apelação pelo AERUS e pela União, para os quais foi negado provimento.

A União Federal interpôs recurso especial e os autos foram remetidas ao STJ.

A probabilidade de êxito é possível.

10. Fundos

10.1. Gestão Previdencial

Fundo para a cobertura das despesas administrativas no curso do processo de liquidação, foi constituído nas respectivas datas base de liquidação e tem por objetivo garantia de suporte do processo de liquidação extrajudicial e custear os encargos da massa.

As eventuais sobras existentes ao final do processo de liquidação extrajudicial do plano de benefícios serão levadas a rateio de créditos, entre os credores do respectivo plano de benefícios, observadas as classes, níveis de privilégio e isonomia de concurso. O saldo em 31 de dezembro, por plano de benefícios, é como segue:

Patrocinadora	2024	2023
Plano I - Varig	1,398	2,951
Plano II - Varig	47,647	47,997
Plano I - Transbrasil	7,097	6,634
Plano II - Transbrasil	7,960	7,676
Plano I - Rio Sul	3,067	2,880
Plano II - Rio Sul	2,505	2,350
Plano I - Sata	776	825
Plano II - Sata	183	136
Plano I - Nordeste	1	36
Plano I - Aeromot	18	17
Plano II - Aeromot	115	126
Plano II - Interbrasil	213	207
Plano II - FRB	1,924	2,249
Plano II - VarigLog	316	1,002
Total	73,220	75,086

Os fundos para a cobertura de gastos são atualizados pela variação do IGP-M (FGV).

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2. Gestão Administrativa

O fundo administrativo tem por objetivo a cobertura de insuficiências que venham ocorrer na gestão administrativa, quando as despesas superarem as receitas, e seu saldo não deve ser inferior ao saldo do ativo permanente. É uma fonte de custeio administrativo e está registrado de forma consolidada no Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Descrição	2024	2023
Fundo administrativo mínimo	170	214
Fundo administrativo disponível	57,816	52,609
Total	57,986	52,823

Conforme dispõe a Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, ao final de cada mês calendário, a participação devida por cada um dos planos de benefícios no fundo administrativo do PGA, é demonstrada no balancete do plano de benefícios.

Em 2010 foi constituída “Reserva de Contingência” para suprir desequilíbrios na adequação da estrutura administrativa, em função de retirada de patrocínio e transferência de gerenciamento de planos de benefícios administrados pelo AERUS. Em 2024 o saldo monta R\$ 52.190 mil (Em 2023, R\$ 48.552 mil). A partir de junho/2012, para a adequação às regras de consistência e validação dos balancetes mensais enviados à PREVIC, o saldo mensal da “Reserva de Contingência” foi rateado entre os diversos planos de benefícios, tendo como base a quantidade de participantes do plano.

A participação de cada plano de benefícios no fundo administrativo do PGA em 31 de dezembro é como segue:

Plano de Benefícios	2024	2023
Plano I - Varig	19,220	17,234
Plano II - Varig	23,470	21,216
Plano I - Transbrasil	2,641	2,590
Plano II - Transbrasil	1,894	1,768
Plano I - Rio Sul	661	644
Plano II - Rio Sul	680	665
Plano I - Sata	872	809
Plano II - Sata	4,318	3,995
Plano I - Nordeste	110	111
Plano I - Aeromot	147	138
Plano II - Aeromot	140	123
Plano II - Interbrasil	76	70
Plano II - FRB	1,596	1,390
Plano II - VarigLog	1,532	1,405
Plano II - Tropical	629	665
Total	57,986	52,823

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Resultado da Gestão Previdencial

11.1. Adições da gestão previdencial

A composição das adições da gestão previdencial em 31 de dezembro, posição consolidada, é como segue:

Descrição	2024	2023
Outros recursos correntes	1,611	3,127
Remuneração das contribuições em atraso	43,299	36,133
Recursos provenientes de contribuições contratadas	4,484,959	2,241,803
Outras adições da gestão previdencial	15	43
Total	4,529,884 (I)	2,281,120

(I) Vide Nota 11.2

A variação em adições decorre, basicamente, pelos ajustes de atualização dos recursos provenientes de contribuições contratadas, principalmente, pelo acréscimo ou decréscimo na variação acumulada do IGP-M (FGV) de -3,18% em 2023 e 6,54% em 2024, índice utilizado para a atualização dos contratos de déficit com os patrocinadores dos planos de benefícios: Plano I e II – Sata e Plano II – FRB, além da dívida de contribuições em atraso contratadas e do déficit técnico contratado dos Planos de Benefícios I e II – Varig, habilitado no PRJ e na massa falida da patrocinadora Varig S/A.

A composição das adições da gestão previdencial por plano de benefícios, em 31 de dezembro, é como segue:

Descrição	Plano I - Varig		Plano II - Varig		Plano I - Transbrasil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contribuições normais	-	-	-	14	-	-
Participantes	-	-	-	14	-	-
Outros recursos correntes	970	1,884	369	716	141	274
Remuneração das contribuições em atraso	46	444	49	478	11,778	9,382
Recursos provenientes de contribuições contratadas	2,411,089	1,034,091	1,253,077	537,431	569,730	453,779
Outras adições da gestão previdencial	-	32	5	-	5	4
Total	2,412,105	1,036,451	1,253,500	538,639	581,654	463,439

Descrição	Plano II - Transbrasil		Plano I - Rio Sul		Plano II - Rio Sul	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contribuições normais	-	-	-	-	-	-
Participantes	-	-	-	-	-	-
Outros recursos correntes	54	105	32	62	16	32
Remuneração das contribuições em atraso	30,115	23,990	145	90	252	160
Recursos provenientes de contribuições contratadas	225,094	179,283	-	-	-	-
Outras adições da gestão previdencial	-	2	-	-	-	-
Total	255,263	203,380	177	152	268	192

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Plano I - Sata		Plano II - Sata		Plano I - Nordeste	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contribuições normais	-	-	-	-	-	-
Participantes	-	-	-	-	-	-
Outros recursos correntes	11	21	11	20	3	7
Remuneração das contribuições em atraso	1	9	6	62	1	5
Recursos provenientes de contribuições contratadas	176	1,714	501	4,886	-	-
Outras adições da gestão previdencial	-	-	-	-	-	-
Total	188	1,744	518	4,968	4	12

Descrição	Plano I - Aeromot		Plano II - Aeromot		Plano II - Interbrasil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contribuições normais	-	-	-	-	-	-
Participantes	-	-	-	-	-	-
Outros recursos correntes	1	1	3	5	-	-
Remuneração das contribuições em atraso	2	17	14	123	815	649
Recursos provenientes de contribuições contratadas	-	-	-	-	-	-
Outras adições da gestão previdencial	-	-	-	-	-	-
Total	3	18	17	128	815	649

Descrição	Plano II - FRB		Plano II - VarigLog		Plano II - Tropical	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contribuições normais	-	-	-	-	-	-
Participantes	-	-	-	-	-	-
Outros recursos correntes	-	-	-	-	-	-
Remuneração das contribuições em atraso	1	8	40	385	34	331
Recursos provenientes de contribuições contratadas	1,356	9,582	23,936	21,037	-	-
Outras adições da gestão previdencial	5	5	-	-	-	-
Total	1,362	9,595	23,976	21,422	34	331

11.2. Demonstração da Mutaço do Patrimnio Social – DMPS

A seguir quadro com os ajustes efetuados no resultado, posiço consolidada em 31 de dezembro:

Descrição	2024	2023
Contribuições previdenciais - DMPS	5,693,421	3,148,826
(+) Custeio administrativo previdencial	5,966	3,636
(-) Ajuste no resultado - planos em liquidação extrajudicial	(1,169,503)	(871,342)
Receita Previdencial Ajustada (Adições)	4,529,884	2,281,120

Em relaço ao total das contribuiçes previdenciais apresentadas na Demonstraco da Mutaço do Ativo Lquido – DMAL de cada plano de benefcios – planos de benefcios em liquidaço extrajudicial – os ajustes efetuados no resultado esto demonstrados a seguir:

Descrição	PPCHT		Varig Plano I		Varig Plano II		Transbrasil Plano I	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contribuições previdenciais - DMPS	2.668	2.764	3.176.512	1.615.426	1.533.946	740.434	618.200	490.113
(-) Ajuste no resultado - planos em liquidação extrajudicial	(2.668)	(2.764)	(764.408)	(578.976)	(280.447)	(201.794)	(36.546)	(26.674)
Receita Previdencial Ajustada (Adições)	-	-	2.412.104	1.036.450	1.253.499	538.640	581.654	463.439

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Transbrasil Plano II		Rio Sul Plano I		Rio Sul Plano II		Sata Plano I	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contribuições previdenciais - DMPS	270.788	213.956	11.088	7.397	4.930	3.020	4.374	4.413
(-) Ajuste no resultado - planos em liquidação extrajudicial	(15.523)	(10.577)	(10.911)	(7.245)	(4.661)	(2.828)	(4.186)	(2.668)
Receita Previdencial Ajustada (Adições)	255.265	203.379	177	152	269	192	188	1.745

Descrição	Sata Plano II		Nordeste Plano I		Aeromot Plano I		Aeromot Plano II	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contribuições previdenciais - DMPS	12.503	12.942	1.211	782	314	237	653	499
(-) Ajuste no resultado - planos em liquidação extrajudicial	(11.985)	(7.974)	(1.207)	(771)	(311)	(218)	(637)	(371)
Receita Previdencial Ajustada (Adições)	518	4.968	4	11	3	19	16	128

Descrição	Interbrasil Plano II		FRB Plano II		VarigLog Plano II		Tropical Plano II	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contribuições previdenciais - DMPS	1.321	996	15.612	20.790	44.253	37.799	1.014	894
(-) Ajuste no resultado - planos em liquidação extrajudicial	(506)	(347)	(14.250)	(11.196)	(20.277)	(16.376)	(980)	(563)
Receita Previdencial Ajustada (Adições)	815	649	1.362	9.594	23.976	21.423	34	331

11.3. Deduções da gestão previdencial

A composição das deduções da gestão previdencial em 31 de dezembro, posição consolidada, é como segue:

Descrição	2024	2023
Benefícios de prestação continuada	3	1
Créditos de liquidação duvidosa provisionados	4,571,115	1,441,816
Liquidação extrajudicial	1,210,902	957,831
Outras deduções da gestão previdencial	(41,236)	838,351
Total	5,740,784	3,237,999

A variação no total das deduções decorre principalmente pelo aumento ou decréscimo em “Créditos de Liquidação Duvidosa”, na contabilização de encargos de contribuições contratadas em atraso em “Liquidação Extrajudicial”, na apropriação de juros e C.M. do Quadro Geral de Credores. Ocasionalmente pelos ajustes na variação acumulada do IGP-M (FGV) de -3,18% em 2023 e 6,54% em 2024.

A composição das provisões lançadas nos exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 é como segue:

Descrição	2024	2023
Contribuições em atraso	47.461	35.147
Contribuições em atraso contratadas	2.101.904	897.964
Déficit técnico contratado	2.420.129	506.479
Outros recursos	1.621	2.226
Total	4.571.115	1.441.816

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da provisão das contribuições em atraso por plano de benefícios, em 31 de dezembro, é como segue:

Plano de Benefícios	2024	2023
Plano I - Varig	1.036	210
Plano II - Varig	1.116	226
Plano I - Transbrasil	11.778	9.381
Plano II - Transbrasil	30.116	23.989
Plano I - Rio Sul	169	74
Plano II - Rio Sul	252	160
Plano I - Sata	22	4
Plano II - Sata	144	29
Plano I - Nordeste	13	3
Plano I - Aeromot	41	8
Plano II - Aeromot	285	59
Plano I - Interbrasil	815	649
Plano II - FRB	18	4
Plano II - VarigLog	885	195
Plano II - Tropical	771	156
Total	47.461	35.147

A composição da provisão das contribuições em atraso contratadas por plano de benefícios, em 31 de dezembro, é como segue:

Plano de Benefícios	2024	2023
Plano I - Varig	919.715	186.396
Plano II - Varig	387.364	78.506
Plano I - Transbrasil	569.731	453.779
Plano II - Transbrasil	225.094	179.283
Total	2.101.904	897.964

A composição da provisão de déficit técnico contratado por plano de benefícios, em 31 de dezembro, é como segue:

Plano de Benefícios	2024	2023
Plano I - Varig	1.491.373	302.253
Plano II - Varig	865.712	175.451
Plano I - Sata	3.996	810
Plano II - Sata	11.392	2.309
Plano II - FRB	21.974	4.704
Plano II - VarigLog	25.682	20.952
Total	2.420.129	506.479

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da provisão de outros recursos por plano de benefícios, em 31 de dezembro, é como segue:

Plano de Benefícios	2024	2023
Plano I - Varig	971	1,335
Plano II - Varig	369	508
Plano I - Transbrasil	145	198
Plano II - Transbrasil	54	75
Plano I - Rio Sul	32	44
Plano II - Rio Sul	16	23
Plano I - Sata	11	15
Plano II - Sata	11	14
Plano I - Nordeste	3	5
Plano I - Aeromot	1	1
Plano II - Aeromot	3	3
Plano II - FRB	5	5
Total	1,621	2,226

O déficit contratado, as contribuições contratadas, as contribuições em atraso e outros créditos da gestão previdencial, com atraso superior a 61 dias, foram provisionadas obedecendo ao disposto na Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009 até o exercício 2020, a partir do exercício 2021 de acordo com o disposto na Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020. Para os planos de benefícios em liquidação extrajudicial, além dos prazos estabelecidos na referida Instrução, foram avaliadas a situação patrimonial e financeira dos patrocinadores na determinação do nível de provisão dos créditos pertencentes aos planos de benefícios e, adotando a prudência necessária, foram avaliados e registrados como perda provável.

A atualização das contribuições em atraso, dos contratos de dívida e déficit e demais créditos totalmente provisionados são integralmente levados à conta de provisão para perda.

A composição das deduções da gestão previdencial por plano de benefícios, em 31 de dezembro, é como segue:

Descrição	PPCHT		Plano I - Varig		Plano II - Varig		Plano I - Transbrasil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Benefícios de prestação continuada	-	-	1	1	1	-	-	-
Créditos de liquidação duvidosa provisionados	-	-	2.413.095	490.194	1.254.561	254.692	581.653	463.358
Liquidação extrajudicial	2.668	2.764	770.535	612.355	310.852	240.186	38.191	30.407
Outras deduções da gestão previdencial	-	-	(990)	545.677	(1.066)	283.730	-	-
Total	2.668	2.764	3.182.641	1.648.227	1.564.348	778.608	619.844	493.765

Descrição	Plano II - Transbrasil		Plano I - Rio Sul		Plano II - Rio Sul		Plano I - Sata	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Benefícios de prestação continuada	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos de liquidação duvidosa provisionados	255.265	203.347	201	118	268	183	4.029	829
Liquidação extrajudicial	17.402	12.637	11.214	9.313	4.918	4.051	4.602	3.836
Outras deduções da gestão previdencial	-	-	(24)	16	-	-	(3.842)	909
Total	272.667	215.984	11.391	9.447	5.186	4.234	4.789	5.574

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Plano II - Sata		Plano I - Nordeste		Plano I - Aeromot		Plano II - Aeromot	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Benefícios de prestação continuada	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos de liquidação duvidosa provisionados	11.547	2.352	16	7	41	9	288	62
Liquidação extrajudicial	11.724	9.702	846	1.245	348	286	691	569
Outras deduções da gestão previdencial	(11.030)	2.610	(12)	3	(39)	9	(271)	64
Total	12.241	14.664	850	1.255	350	304	708	695

Descrição	Plano II - Interbrasil		Plano II - FRB		Plano II - VarigLog		Plano II - Tropical	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Benefícios de prestação continuada	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos de liquidação duvidosa provisionados	815	649	21.996	4.712	26.567	21.147	771	156
Liquidação extrajudicial	543	446	14.814	12.233	20.878	17.244	678	558
Outras deduções da gestão previdencial	-	-	(20.634)	4.883	(2.591)	276	(737)	174
Total	1.358	1.095	16.176	21.828	44.854	38.667	712	888

Semelhante aos ajustes efetuados nas adições, os totais da despesa previdencial apresentados na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, na rubrica “benefícios” divergem dos totais apresentados no quadro “deduções da gestão previdencial” dessa Nota devido a ajustes realizados na adequação dos registros contábeis à nova planificação contábil padrão, aprovada pela Instrução SPC nº 34/09, em obediência às regras de consistência na validação dos balancetes contábeis mensais obrigatórios (Regras de Negócio para o Módulo Contábil) relativamente aos planos de benefícios em liquidação extrajudicial. A seguir quadro com os ajustes efetuados no resultado, posição consolidada em 31 de dezembro:

Descrição	2024	2023
Benefícios - DMPS	5,746,570	3,266,091
(-) Ajuste no resultado - planos em liquidação extrajudicial	(5,786)	(28,092)
Despesa Previdencial Ajustada (Deduções)	5,740,784	3,237,999

Em relação ao total dos benefícios apresentados na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL de cada plano de benefícios – planos de benefícios em liquidação extrajudicial e em retirada de patrocínio – os ajustes efetuados no resultado estão demonstrados a seguir:

Descrição	PPCHT		Varig Plano I		Varig Plano II		Transbrasil Plano I	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Benefícios - DMPS	2.668	2.765	3.182.641	1.648.226	1.568.716	800.733	619.845	496.091
(-) Ajuste no resultado - planos em liquidação extrajudicial	-	-	-	-	(4.368)	(22.125)	-	(2.326)
Despesa Previdencial Ajustada (Deduções)	2.668	2.765	3.182.641	1.648.226	1.564.348	778.608	619.845	493.765

Descrição	Transbrasil Plano II		Rio Sul Plano I		Rio Sul Plano II		Sata Plano I	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Benefícios - DMPS	273.226	218.776	11.391	9.447	5.186	4.366	4.789	5.949
(-) Ajuste no resultado - planos em liquidação extrajudicial	(559)	(2.792)	-	-	-	(132)	-	(376)
Despesa Previdencial Ajustada (Deduções)	272.667	215.984	11.391	9.447	5.186	4.234	4.789	5.573

Descrição	Sata Plano II		Nordeste Plano I		Aeromot Plano I		Aeromot Plano II	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Benefícios - DMPS	12.241	14.681	1.350	1.255	350	314	771	937
(-) Ajuste no resultado - planos em liquidação extrajudicial	-	(18)	(500)	-	-	(10)	(63)	(242)
Despesa Previdencial Ajustada (Deduções)	12.241	14.663	850	1.255	350	304	708	695

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Interbrasil Plano II		FRB Plano II		VarigLog Plano II		Tropical Plano II	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Benefícios - DMPS	1.358	1.096	16.176	21.828	44.854	38.667	1.008	960
(-) Ajuste no resultado - planos em liquidação extrajudicial	-	-	-	-	-	-	(296)	(71)
Despesa Previdencial Ajustada (Deduções)	1.358	1.096	16.176	21.828	44.854	38.667	712	889

12. Resultado da Gestão Administrativa - PGA

A composição das receitas e despesas da gestão administrativa em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2024	2023
Receitas	18,032	17,993
Custeio administrativo da gestão previdencial	5,996	3,636
Custeio administrativo dos investimentos	5,742	5,191
Receitas diretas	2,014	2,010
Resultado positivo dos investimentos	4,160	7,143
Outras receitas	120	13
Despesas	12,840	11,609
Pessoal e encargos	6,053	5,662
Viagens e estadias	103	18
Serviços de terceiros	3,251	2,665
Despesas gerais	669	567
Depreciação/Amortização	148	146
Outras despesas	2,616	2,551

A variação na receita decorre, basicamente, pelo aumento na transferência de recursos para custeio das despesas administrativas da gestão previdencial e aumento no resultado positivo dos investimentos.

Em despesas houve variação significativa em contingências, ocasionada pelo ajuste na apropriação de encargos contabilizados a maior em anos anteriores.

13. Resultado dos Investimentos

A composição do rendimento líquido dos investimentos em 31 de dezembro, posição consolidada, é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2024	2023
Créditos privados e depósitos	-	29,260
Ações	(489)	(47)
Fundos de investimento	70,238	73,730
Investimentos imobiliários	(9,922)	(714)
Locados a terceiros	7,200	(969)
Alienação de investimentos imobiliários	(17,123)	255
Empréstimos a participantes	1,241	2,586
Outros investimentos	54	-
Constituição/reversão de contingências	(54)	-
Custeio administrativo dos investimentos	(5,743)	(5,192)
Resultado líquido dos investimentos	55,324	99,623

Principais fatores para a variação no resultado dos investimentos:

(a) O resultado negativo em Ações deve-se exclusivamente a desvalorização patrimonial, pela cotação de seu valor de mercado da Cia. Paranapanema S/A – PMAM3, no percentual de -76,50%.

(b) Fundo de Investimentos - Conforme benchmark estabelecido no mandato, o gestor buscou alocações em títulos públicos. A rentabilidade auferida pelo FI BB RJ em 2024 ficou abaixo do CDI em 0,10% (pontos percentuais).

(c) O resultado em “Investimento Imobiliário” ocorreu pela contabilização de encargos. Conforme segue:

Descrição	2024	2023
Resultado total dos investimentos imobiliários	(9.922)	(714)
Resultados não recorrentes	(9.358)	1.059
Ganho/perda na reavaliação de imóveis (Vide Nota 6.3.4)	1.008	804
Encargos financeiros p/ vendas de imóveis a prazo	(10.366)	255
Resultado recorrente dos investimentos imobiliários	(564)	(1.773)

14. Custeio Administrativo e Critério de Rateio das Despesas Administrativas

As despesas incorridas na gestão dos planos de benefícios (pessoal e encargos, serviços de terceiros, despesas gerais, depreciação/amortização e outras), são registradas diretamente no Balancete do Plano de Gestão Administrativa - PGA, de forma consolidada.

Para o rateio das despesas administrativas entre a gestão previdencial e de investimentos são analisadas a natureza e a atividade envolvida, podendo ser classificada diretamente na gestão previdencial ou investimentos, dependendo da especificidade, ou rateada com a utilização de percentuais de mão-de-obra aplicada direta ou proporcional em cada atividade do AERUS.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recursos para custeio das despesas administrativas previdenciais foram oriundos de parcela das contribuições dos planos de benefícios quando em regular funcionamento, definidas no plano de custeio anual, pela taxa administrativa cobrada dos planos de benefícios em retirada de patrocínio e por recursos do fundo de custeio administrativo de encargos da massa dos planos de benefícios em liquidação extrajudicial.

O plano de custeio administrativo previdencial foi determinado pelo atuário e para os planos de benefícios em regular funcionamento foi de 15% sobre as receitas de contribuições.

As despesas administrativas dos investimentos são custeadas pelo resultado dos investimentos. As despesas administrativas de cada gestão, previdencial ou investimentos, são classificadas em despesas comuns e despesas específicas, em relação ao conjunto de planos de benefícios administrados.

As despesas comuns da gestão previdencial são rateadas entre os planos de benefícios proporcionalmente à quantidade de participantes/credores e as despesas específicas são custeadas diretamente pelo plano de benefícios demandante da despesa.

As despesas comuns com a gestão dos investimentos são rateadas pelos diversos planos de benefícios administrados pelo AERUS proporcionalmente aos recursos garantidores detidos por cada plano e as despesas específicas são custeadas pelo plano de benefícios demandante. Os recursos garantidores apurados para efeito de rateio das despesas comuns da gestão dos investimentos correspondem à soma do disponível e dos investimentos, deduzidos das exigibilidades.

O fundo administrativo é uma fonte de custeio utilizada para suprir insuficiências de recursos na cobertura mensal das despesas administrativas, bem como, recebe as sobras de recursos na gestão dos planos de benefícios.

15. Retirada de Patrocínio

15.1. Plano de Benefícios II – Tropical

O processo de retirada de patrocínio do Plano de Benefícios II – Tropical que estava em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, conforme protocolo de 06/10/2004 sob o nº SPC/15312791/2004, teve o seu prosseguimento interrompido, em virtude do descumprimento de obrigações e exigências por parte das patrocinadoras, Companhia Tropical de Hotéis e Companhia Tropical de Hotéis da Amazônia.

Com o agravamento da situação do plano de benefícios e a falta de cumprimento de obrigações assumidas pelos patrocinadores, foi decretado o regime especial de liquidação extrajudicial, por meio da Portaria nº 413, de 27/07/2012, da Superintendência Nacional de Previdência

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Complementar – PREVIC, publicada no Diário Oficial da União nº 146, de 30/07/2012, seção 1, página 106. Vide mais informações na Nota 16 – Liquidação Extrajudicial.

16. Liquidação Extrajudicial de Planos de Benefícios

16.1. Contexto geral e procedimentos aplicáveis aos planos de benefícios em liquidação extrajudicial

De modo geral a liquidação extrajudicial é decretada em razão da situação de insolvência e incapacidade de cumprimento de obrigações pelo plano de benefícios com seus participantes. A insolvência decorre, principalmente, pela falta de cumprimento dos compromissos contratuais de custeio assumidos pela patrocinadora, inclusive, os referentes ao déficit técnico (insuficiência patrimonial).

O processo de liquidação extrajudicial é disciplinado pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001 e, subsidiariamente, pela Lei nº 6.024, de 13/03/1974, nos termos do artigo 62 da própria LC 109/2001, além das demais normas emanadas pelo órgão governamental competente responsável pela supervisão e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

As competências atribuídas à Secretaria de Previdência Complementar – SPC foram transferidas para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23/12/2009, órgão agora vinculado ao Ministério da Previdência Social.

Para a condução do processo de liquidação extrajudicial é nomeado pelo órgão de supervisão e fiscalização das EFPCs um liquidante, que tem plenos poderes de administração, representação e liquidação sobre a massa, na forma da LC 109/2001.

Nos termos do artigo 51 da LC 109/2001 serão obrigatoriamente levantados na data da decretação da liquidação extrajudicial, o balanço geral de liquidação e as demonstrações contábeis e atuariais necessárias à determinação do valor das reservas individuais.

Decretada a liquidação extrajudicial, o liquidante, na forma do artigo 50 da LC 109/2001, organizará o quadro geral de credores, realizará o ativo e liquidará passivo.

Na forma do artigo 52 da Lei Complementar nº 109/2001, a liquidação extrajudicial de plano de benefícios poderá, a qualquer tempo, ser levantada, desde que constatados fatos supervenientes que viabilizem a recuperação do equilíbrio financeiro e atuarial do mesmo.

A organização do Quadro Geral de Credores de cada plano de benefícios em liquidação extrajudicial, na forma do artigo 50, da Lei Complementar nº 109/2001 é de responsabilidade do liquidante. Desta forma, e consoante os dispositivos legais vigentes, o Quadro Geral de Credores foi organizado nas seguintes classes e níveis de privilégio:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1ª classe - Créditos tributários da União, Estados e Municípios e encargos da massa.

2ª classe - Créditos dos participantes – privilégio especial.

- 1º privilégio – reserva matemática dos participantes aposentados e pensionistas, apurada na data do decreto da liquidação extrajudicial.
- 2º privilégio – correção monetária da reserva matemática dos participantes aposentados e pensionistas, apurada na data do decreto de liquidação extrajudicial.
- 3º privilégio – reserva matemática dos participantes ativos e ex-participantes, apurada na data do decreto de liquidação extrajudicial.
- 4º privilégio – correção monetária da reserva matemática dos participantes ativos e ex-participantes, apurada na data do decreto de liquidação extrajudicial.

3ª classe - Créditos quirografários (ações judiciais de caráter previdenciário, juros, etc.)

Os créditos de natureza previdenciária equivalem em sua grande maioria, às reservas matemáticas individuais de concurso a serem habilitadas no Quadro Geral de Credores de cada plano de benefícios em liquidação extrajudicial.

A reserva matemática individual dos participantes e assistidos (aposentados e pensionistas), em observação às determinações legais, é calculada por empresa de assessoria atuarial, com responsável técnico registrado no IBA – Instituto Brasileiro de Atuária. A data-base dos cálculos atuariais observará, para cada um dos planos, a respectiva data da publicação no Diário Oficial da União do ato que determinou a liquidação extrajudicial do plano de benefícios (artigo 51, LC 109/2001).

Para todos os planos de benefícios em liquidação extrajudicial, está disponibilizada no *site* do AERUS www.aerus.com.br a respectiva nota técnica atuarial de liquidação e seus responsáveis técnicos.

De maneira a não agravar ainda mais a situação econômica e social dos participantes e assistidos (aposentados e pensionistas) dos planos de benefícios em liquidação extrajudicial, para os planos de benefícios que ainda não possuem o Quadro Geral de Credores em sua forma definitiva, foram liberadas antecipações de rateio de créditos. Essas antecipações de rateio de créditos, entre os assistidos (aposentados e pensionistas), observam a proporcionalidade de concurso existente entre o principal das reservas matemáticas individuais desta classe de participantes.

Para que a realização de antecipações de rateio de créditos fosse possível foram provisionados antecipadamente os créditos devidos à 1ª classe.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As eventuais distorções que poderão ser causadas, face às antecipações de rateio de créditos realizadas, serão corrigidas durante o transcorrer do processo, a partir da execução da 2ª, 3ª e 4ª fase.

As antecipações de rateio de crédito entre os assistidos (aposentados e pensionistas) buscam observar:

(a) A proporcionalidade de concurso das reservas matemáticas individuais, determinada pelo artigo 51, da Lei Complementar nº 109/2001.

(b) O privilégio de concurso dos assistidos e equiparados aos assistidos estabelecidos no § 3º, do artigo 50, da Lei Complementar nº 109/2001 para rateio dos recursos do patrimônio previdenciário.

(c) A independência e segregação patrimonial entre os planos de benefícios administrados pelo AERUS exigidos na forma da legislação aplicável.

O Quadro Geral de Credores de cada plano de benefícios em liquidação extrajudicial é realizado em quatro fases distintas, a saber:

1ª fase – Aviso aos credores para declaração de créditos.

2ª fase – Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP.

3ª fase – Quadro Geral de Credores Definitivo – QGCD.

4ª fase – Rateio Final de Créditos.

Na forma estabelecida na Lei nº 6.024/74, para realização de cada uma das três primeiras fases acima mencionadas são feitas publicações, com antecedência, no Diário Oficial da União – DOU e em jornal de grande circulação do local da sede da Entidade.

1ª fase: trata de dar cumprimento ao ritual legal determinado no artigo 50 da LC 109/2001 e no artigo 22, da Lei nº 6.024/74, que denominamos de 1ª fase. A Lei nº 6.024/74, na forma do artigo 62, da Lei Complementar nº 109/2001 é aplicada subsidiariamente ao processo.

2ª fase: trata de dar cumprimento ao estabelecido no artigo 50, da Lei Complementar nº 109/2001, e nos artigos 25 e 26, da Lei nº 6.024/74, ou seja, a realização do Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP.

3ª fase: trata do Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD, na forma do § 4º, do artigo 26, da Lei nº 6.024/74.

4ª fase: trata do rateio do patrimônio previdenciário, observadas as classes e níveis de privilégio. O AERUS tinha como objetivo principal instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma da Lei Complementar nº. 109/2001, não tem fins lucrativos e não tem patrimônio próprio. Todo o patrimônio administrado pelo AERUS de forma fiduciária pertence,

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

na proporcionalidade devida, a cada um dos planos de benefícios administrados, que são segregados entre si. Isto, em síntese, implica em dizer que todos os ativos existentes no AERUS, como exemplo “uma cadeira” pertencem, na proporcionalidade devida de cada, aos planos de benefícios administrados e, conseqüentemente, aos seus participantes.

16.2. Estágio da liquidação extrajudicial de planos de benefícios administrados pelo AERUS

16.2.1. Planos de Benefícios I e II – Varig – Em Liquidação Extrajudicial

Em virtude do processo de recuperação judicial da Varig, a Secretaria de Previdência Complementar - SPC, através da Portaria nº. 204, de 01/07/2005, nomeou Administrador Especial dos Planos I e II, patrocinados pela Varig S.A., para acompanhamento e defesa dos interesses dos referidos planos no curso no processo. Devido ao agravamento da situação dos planos e da situação da patrocinadora Varig foi decretada a liquidação extrajudicial dos Planos de Benefícios I e II – Varig, registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB, respectivamente sob o nº. 20.020.042-18 e nº. 20.020.044-47, através da Portaria nº. 371, de 11/04/2006 (DOU de 12/04/2006).

16.2.1.1. Histórico da dívida da patrocinadora Varig com os Planos de Benefícios I e II – Varig

Em 10/04/2003 a Varig e o AERUS celebraram o Instrumento Particular de Consolidação e Repactuação de Dívidas, com Pacto Suspensivo de Exigibilidade, Amortizáveis a Termo Certo e Oferecimento de Garantias, cuja atualização é a variação do IGP-M (FGV), acrescida de juros de 6% a.a.

A partir de abril/2004 a Varig iniciou o pagamento das parcelas relativas ao contrato firmado com o AERUS em 10/04/2003, tendo pagado 13 (treze) parcelas, sendo a última de vencimento em 30/04/2005.

Em 17/06/2005 a Varig entrou com pedido de recuperação judicial, suspendendo os pagamentos das prestações ao AERUS, devidas no período de maio a dezembro/2005. Em 19/12/2005 a Assembleia Geral de Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial da Varig, no qual o saldo dos créditos vencidos e não pagos ao AERUS desde maio/2005 até 31/12/2005 foi incorporado ao saldo devedor, aplicando-lhe todas as condições do correspondente instrumento de repactuação. Somente a parcela com vencimento em 31/01/2006 foi quitada. As demais parcelas mensais subsequentes não foram pagas e foram reajustadas em conformidade com o critério estabelecido no caput da Cláusula Terceira do instrumento de repactuação anteriormente aludido.

Como garantia do contrato celebrado em abril/2003 a Varig oferecia ao AERUS a utilização preferencial dos recursos que seriam creditados em sua conta corrente 411437-X, junto ao Banco do Brasil S.A., agência 1755-8 (Corporate), oriundos de venda de passagens aéreas efetuadas

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

através do cartão de crédito American Express (AMEX), da modalidade à vista, para quitação de todo e qualquer débito previsto no referido contrato.

Adicionalmente a Varig oferecia como garantia: (i) caução de 5% das ações que detinha no capital das empresas Varig Logística S.A. e Varig Engenharia e Manutenção S.A.; (ii) caução de parte do seu direito de crédito contra a União Federal reconhecido nos autos da Ação Ordinária nº 93.00.02252-0 (defasagem tarifária), à época em curso no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, atualmente no Supremo Tribunal Federal, até o limite do valor pactuado no instrumento.

No instrumento de consolidação e detalhamento do Plano de Recuperação Judicial de 08/05/2006 foi estendido o prazo de pagamento previsto no instrumento de repactuação para 377 (trezentos e setenta e sete) parcelas mensais, vencíveis a partir de agosto/2006. Ficou acordado ainda que as parcelas mensais vencidas entre fevereiro e abril/2006, bem como, aquelas vincendas entre maio e agosto/2006 seriam reajustadas em conformidade com o critério estabelecido no instrumento de repactuação e seriam pagas em agosto/2006.

No Plano de Recuperação Judicial, consolidado e aprovado em 17/07/2006, foi conferida, pela arrematante da Unidade Produtiva Varig (UPV), através de Proposta-Base, como contrapartida à alienação, a emissão de debênture única, sem custo, não transferível e conversível em participação acionária.

Ainda de acordo com este plano, foi aprovada a constituição de sociedade anônima de propósito específico (SPE), com capital social integralmente detido pelas Companhias em recuperação judicial (Varig, Rio Sul e Nordeste). A SPE emitiria debêntures conferindo aos seus titulares direitos de créditos contra a mesma, em montante igual ao total da dívida das companhias à época, com vencimento em 17/07/2026 e amortizações em 30/06 e 31/12 de cada ano, com valor de face unitário igual a um centavo.

As debêntures SPE seriam emitidas em 16 (dezesesseis) diferentes séries, cada uma com valor equivalente à dívida do grupo ao qual foi destinada cada série. O AERUS está no grupo das debêntures Série B (Classe II – com garantia) e Série J (Classe III – com privilégio especial).

Debêntures de série B - emitidas com referência no valor da dívida com garantia real (penhor) sobre a Ação da Defasagem Tarifária. Poderão ser amortizadas total ou parcialmente, conforme o caso, no dia imediatamente seguinte ao do recebimento pelas Companhias do crédito atinente à Defasagem Tarifária.

Debêntures de série J – emitidas com referência no valor das dívidas com privilégio especial, conforme definido em Lei (em especial na Lei Complementar nº 109/2001) constituídas anteriormente a 17/06/2005.

O valor do pagamento devido em cada um dos vencimentos de cada uma das séries de debêntures será determinado pelo valor a que a referida série de debêntures faz jus, de acordo

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com critérios de rateio referidos em cada período de apuração, tendo como limite o valor total da dívida consubstanciada na Debênture SPE.

Foram aprovadas ainda como dação em pagamento, as ações de emissão da VarigLog, objeto de penhor em favor do AERUS, pelo valor de R\$ 24.000 mil e 5% das ações de emissão da VEM Manutenção e Engenharia S.A. (“VEM”), pelo valor pró-rata equivalente ao preço de aquisição por ação pago pela AERO-LB Participações S.A., na aquisição do controle da VEM.

Ficou acertado que o AERUS apresentaria relatório produzido pela empresa de consultoria atuarial Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda., demonstrando o valor atualizado do déficit atuarial dos planos patrocinados pela Varig, para validação por esta última. Havendo qualquer dissonância acerca do referido cálculo, a Varig e o AERUS contratariam atuário escolhido de comum acordo para revisar os cálculos pertinentes, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Ficaram integralmente ressalvados os direitos do AERUS contra os demais coobrigados signatários do “Instrumento Particular de Consolidação e Repactuação de Dívidas, com Pacto Suspensivo de Exigibilidade, Amortizáveis a Termo Certo e Oferecimento de Garantias”, datado de 10/04/2003, conforme prevê o parágrafo 1º do art. 49 da LRE, nos exatos termos e condições contratados.

Foi contratada pela Varig uma empresa de consultoria atuarial (SETAT – Serviços Técnicos e Atuariais) para atestar os números calculados pela consultoria atuarial Towers, Perrin. A SETAT concluiu em 20/03/2007 que os critérios, premissas e procedimentos de cálculos das provisões matemáticas para efeito de liquidação extrajudicial adotados estavam de acordo com as normas legais pertinentes.

Em 15/05/2007 foi celebrado entre a S.A. Viação Aérea Rio-Grandense e o AERUS, o Instrumento de Validação dos Créditos Concurais do Instituto Aerus de Seguridade Social – sob Intervenção, em atendimento ao Plano de Recuperação Judicial da S.A. Viação Aérea Rio-Grandense, homologado pelo Juízo da 1ª Vara Empresarial em 17/05/2007, reconhecendo a empresa recuperando o total do crédito concursal, no valor de R\$ 3.078.863 mil, atualizado até 17/07/2006.

Em virtude da situação financeira da Varig, o valor a receber desta patrocinadora foi totalmente provisionado. O AERUS recebeu em função do PRJ aprovado em 17/07/2006, 5% das ações da VEM e 5% da Varig Logística S/A. As ações da VarigLog foram vendidas à própria VarigLog, no valor de R\$ 24.000 mil, pagos em 12 parcelas, mensais e sucessivas, no valor de R\$ 2.000 mil cada, garantidas por Notas Promissórias. O AERUS recebeu a última parcela em julho/2007.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial – PRJ, foi conferido aos credores, como contrapartida pelo arrematante da chamada “Unidade Produtiva Varig – UPV”, duas debêntures, no total de R\$ 100.000 mil, conversíveis em participação na sociedade adquirente da UPV, sendo uma debênture para os credores da Classe I e outras compartilhada entre as Classes II e III (os créditos do AERUS estão na Classe II e III).

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures tinham prazo de resgate ou conversão de 10 (dez) anos e remuneração fixa de 8,4% a.a., com opção de resgate antecipado pelo arrematante, mediante deságio de 17,04%, opção não exercida no prazo estipulado no Edital de Alienação Judicial.

Em 19/12/2007 foi aprovada pela “Assembleia Especial de Credores Beneficiários das Debêntures UPV” a proposta de resgate antecipado dos títulos, nas condições originais do PRJ.

Em 28/12/2007 foi efetuado o resgate pelo valor de R\$ 82.962 mil, com o deságio aprovado no PRJ. Foram depositados em conta do juízo os rendimentos das debêntures correspondentes ao período de agosto/2006 a dezembro/2007.

Em 11/04/2008 foi liberado pelo juízo da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro e recebido pelo AERUS R\$ 31.457 mil, referente ao principal e juros da debênture destinada à quitação de créditos do AERUS classificados na Classe II, para ser rateado entre os planos de benefícios I e II – Varig.

O rateio do valor da debênture e dos juros recebidos pelo AERUS em nome dos Planos de Benefícios I e II – Varig observou o critério de proporcionalidade do crédito recebido em relação aos valores devidos pela Varig a cada um dos planos. Na determinação do critério de proporcionalidade, foram apurados os valores devidos na data da liquidação extrajudicial dos referidos planos de benefícios e constantes do Quadro Geral de Credores tratados no PRJ da Varig como Classe II (Dívida da Varig, com garantia real, oriunda de contribuições da patrocinadora e déficit atuarial de benefícios concedidos aos assistidos e equiparados).

Com base na proporcionalidade apurada coube ao Plano de Benefícios I – Varig a quantia de R\$ 21.481 mil, equivalente a 68,29% do valor recebido e os restantes R\$ 9.976 mil ao Plano de Benefícios II – Varig, correspondente a 31,71%.

16.2.1.2. Processo de falência da Varig, Rio Sul e Nordeste

Em agosto/2010, as empresas S.A. Viação Aérea Rio-Grandense, Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e Nordeste Linhas Aéreas S.A., representadas pelo Administrador Judicial, que exerce também a função de Gestor Judicial, ingressaram com pedido de falência (processo nº 0260447-16.2010.8.19.0001), nos termos do art. 65 da Lei 11.101/2005, considerando que durante o período de Recuperação Judicial não foi alcançado o ponto de equilíbrio econômico e financeiro necessário, e que as empresas sempre operaram sob prejuízo, não se vislumbrando qualquer possibilidade de equilíbrio da situação patrimonial e financeira das sociedades.

Em 24/08/2010 foi publicada sentença que decretou a falência das empresas S.A. Viação Aérea Rio-Grandense, Rio Sul Linhas Aéreas S.A., Nordeste Linhas Aéreas S.A., ficando determinado que as atividades de treinamento de aeronautas deveriam continuar e que as operações de rádio seriam suspensas e transferidas para outra Cia. Foi mantido no cargo de Administrador Judicial Licks Contadores Associados Ltda., representada por Gustavo Licks. Ficou determinado que

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

uma vez confirmada a sentença de encerramento, o quadro de credores da recuperação judicial deveria ser aproveitado, sendo deferido um prazo de 15 (quinze) dias para os credores não incluídos, apresentarem suas habilitações de crédito.

Os controladores das empresas recuperadas/falidas interpuseram Agravo de Instrumento contra a decisão que decretou a falência, mas a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 15/09/2010, manteve a sentença de encerramento da Recuperação Judicial das empresas recuperadas e, em 17/11/2010, manteve a decisão que decretou a falência das mesmas, negando provimento ao Agravo interposto pela Fundação Ruben Berta e outros.

O AERUS interpôs Embargos de Declaração, considerando que na Sentença proferida não se verificou o pronunciamento quanto a se tratar de convocação da recuperação em falência ou decretação de falência.

Em 01/12/2010 foi proferido despacho, relativo aos Embargos de Declaração interpostos pelo AERUS, em que os mesmos não foram admitidos, tendo em vista a perda de objeto, ou seja, os mesmos foram considerados prejudicados, considerando a decisão proferida no agravo de instrumento, que confirmou a decretação da falência das empresas envolvidas.

Em 24/01/2011 foi publicada decisão do Juízo, reconhecendo erro material na sentença, a fim de excluir do dispositivo o inciso III do art. 94 da Lei 11.101/05, fundamentando o decreto de falência apenas no inciso I do mesmo artigo. Também foi determinada a expedição de ofício ao Juízo da 28ª Vara do Trabalho / RJ nos autos nº 0077000-28.2009.5.01.0028, comunicando que a falência da empresa Rio Sul Linhas Aéreas S/A foi decretada em 20/08/2010, pelo que é nulo qualquer ato de alienação judicial de bem da falida, ordenado por outro juízo que não o falimentar, após o decreto da falência. Foram fixados os honorários do Administrador Judicial em 3% (três por cento) do ativo imobilizado, a ser pago em 24 parcelas, considerado o valor contábil e, ao final, o pagamento da diferença entre o valor contábil histórico e o efetivamente apurado nas alienações judiciais.

Nos autos da falência consta que em 15/12/2011 foi realizado leilão de ativos (obras de arte) de propriedade da massa falida, com a alienação de partes dos bens ofertados. Não há informações sobre o destino dos recursos arrecadados. Com a falência da Varig o crédito do AERUS permanece inalterado, aguardando a realização dos ativos para o pagamento aos credores.

O AERUS move uma execução contra a VPSC (processo nº 0039379-33.2006.8.19.0001), porém, diante da decisão de falência ficam suspensas todas as execuções contra as falidas. (acórdão publicado no dia 19/07/19).

Foi sugerido, pelo escritório externo de advocacia, que o AERUS constitua advogado para se fazer representar nessa falência em relação ao crédito que até agora vinha sendo cobrado na ação de execução de título extrajudicial.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O AERUS apresentou habilitação de crédito junto à falência nº. 00565719020178190001, em trâmite na 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 1.497.677.925,60 em relação ao crédito da VPSC e 1.607.132,48 em relação ao crédito da Companhia Tropical de Hotéis. A habilitação foi negada pelo Administrador Judicial e o AERUS apresentou impugnação.

O Administrador Judicial concordou em habilitar o crédito da Companhia Tropical de Hotéis e o Aerus está na espera do julgamento da impugnação da VPSC.

16.2.1.3. Plano de Benefícios I – Varig (CNPB nº. 20.020.042-18) – Em Liquidação Extrajudicial

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano I - Varig	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com as eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 31/12/2023 R\$ 1.941.085 mil, correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos - aposentados e pensionistas, apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 12/04/2006, conforme quadro a seguir:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2006	67,421,566.74	67,421,566.74	-	3.55%
Ano de 2007	36,402,098.60	103,823,665.34	-	5.47%
Ano de 2008	30,789,436.95	134,613,102.29	-	7.10%
Ano de 2009	23,167,126.84	157,780,229.13	2,521,509.24	8.45%
Ano de 2010	21,761,120.22	179,541,349.35	3,750,614.95	9.66%
Ano de 2011	22,055,037.34	201,596,386.69	4,927,372.67	10.88%
Ano de 2012	21,828,630.32	223,425,017.01	6,158,574.96	12.08%
Ano de 2013	21,856,286.73	245,281,303.74	7,238,031.24	13.29%
Ano de 2014	22,214,110.36	267,495,414.10	8,712,315.26	14.54%
Ano de 2015	270,139,927.51	537,635,341.61	38,671,399.25	30.35%
Ano de 2016	294,817,166.17	832,452,507.78	11,439,820.73	44.45%
Ano de 2017	254,920,727.58	1,087,373,235.36	9,907,722.71	57.80%
Ano de 2018	246,789,847.48	1,334,163,082.84	7,318,540.81	70.66%
Ano de 2019	203,461,920.35	1,537,625,003.19	8,558,528.15	81.44%
Ano de 2020	91,075,171.41	1,628,700,174.60	6,651,183.62	86.14%
Ano de 2021	22,762,584.14	1,651,462,758.74	6,541,397.35	87.33%
Ano de 2022	12,363,559.41	1,663,826,318.15	6,364,991.79	86.04%
Ano de 2023	7,077,441.20	1,670,903,759.35	6,063,360.00	86.39%
Ano de 2024	3,024,590.39	1,673,928,349.74	5,659,305.84	86.53%

Valores em reais.

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

– O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 86,53% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas - 2ª classe 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios, na data-base de 31/12/2024, R\$ 87.307 mil (Em 2023, R\$ 81.097 mil) de patrimônio previdenciário (Ativo Líquido) para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	R\$ - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano I - Varig	73.969.554,80	13.337.107,63	87.306.662,43

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 13.337 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente 31/12/2024, no valor de R\$ 87.307 mil, poderá permitir cumprir mais 4,50% ($R\$ 87.306.662,43 \div R\$ 1.941.084.978,11 \times 100$) do valor principal total dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) habilitados na 2ª classe – 1º privilégio, do Quadro Geral de Credores.

(b) Que nos próximos exercícios, a partir da realização dos ativos financeiros sem liquidez, a possibilidade de que o valor principal dos créditos dos participantes assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) seja honrado em no máximo 91,03% (86,53% + 4,50%).

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios I – Varig – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência patrimonial abrange todos os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes credores habilitados no Quadro Geral de Credores) e, também, os credores participantes ativos habilitados na 2ª classe, 3º e 4º privilégios do Quadro Geral de Credores, além dos créditos da 3ª classe.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios I – Varig, na referida data, é de R\$ 10.830.212 mil (Em 2023, R\$ 10.065.805 mil). O aumento da insuficiência patrimonial decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), estas serão levadas a rateio de créditos, observadas as classes e níveis de privilégios de concurso.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial

Varig Plano I	Posição Patrimonial em 31/12/2024.	
1. Ativos Totais	152.780.655,80	
Realizável	152.780.655,80	
Gestão Previdencial	5.829.971,67	
Gestão Administrativa	19.220.475,63	
Investimentos	127.730.208,50	
2. Exigíveis e Fundos	(65.473.993,37)	
Exigível Operacional	(36.410.640,52)	
Gestão Previdencial	(36.270.795,18)	
Investimentos	(139.845,34)	
Exigível Contingencial	(8.445.180,11)	
Gestão Previdencial	(7.803.473,22)	
Investimentos	(641.706,89)	
Fundos	(20.618.172,74)	
Previdenciais	(1.397.697,11)	
Administrativos	(19.220.475,63)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)	87.306.662,43	
4. Passivo Atuarial	(10.917.518.212,54)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)	(10.917.518.212,54)	
Aposentados e Pensionistas - Principal	(261.497.322,53)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária	(1.028.505.035,72)	
Aposentados e Pensionistas - Juros	(7.939.211.567,71)	
Ativos - Principal	(34.632.648,67)	
Ativos - Correção Monetária	(356.517.439,29)	
Ativos - Juros	(1.192.641.547,29)	
Demais Credores - Principal	(12.939.809,63)	
Demais Credores - Correção Monetária	(22.971.178,48)	
Demais Credores - Juros	(68.601.663,22)	
5. Déficit/Superávit Técnico (3 - 4)	(10.830.211.550,11)	
6. Investimentos	126.948.918,91	
Renda Fixa Mercado	119.579.608,41	
Renda Variável Especiais	11.065,95	
Investimentos Imobiliários	5.034.532,41	
Empréstimos a Participantes	2.323.712,14	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial	73.969.554,80	
Recursos Líquidos	119.579.608,41	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências	(45.610.053,61)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial	%	Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)
Compromissos Totais	0,80%	Compromissos Totais
Aposentados e Pensionistas - Principal	33,39%	Aposentados e Pensionistas
		0,68%
		0,80%

16.2.1.4. Plano de Benefícios II – Varig (CNPB 20.020.044-47) – Em Liquidação Extrajudicial

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano II - Varig	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com as eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em 31/12/2024 e 31/12/2023 R\$ 1.339.538 mil, correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos - aposentados e pensionistas, apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 12/04/2006, conforme quadro a seguir:

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2006	52,159,276.65	52,159,276.65		3.91%
Ano de 2007	55,780,633.22	107,939,909.87		8.09%
Ano de 2008	62,022,765.04	169,962,674.91		12.74%
Ano de 2009	69,755,603.68	239,718,278.59	2,618,911.73	18.16%
Ano de 2010	64,105,157.77	303,823,436.36	3,365,057.08	23.02%
Ano de 2011	69,551,353.91	373,374,790.27	4,365,256.71	28.30%
Ano de 2012	71,595,575.48	444,970,365.75	5,668,522.08	33.75%
Ano de 2013	71,600,354.96	516,570,720.71	6,828,448.20	39.22%
Ano de 2014	71,571,880.29	588,142,601.00	8,120,915.22	44.65%
Ano de 2015	176,581,449.29	764,724,050.29	109,270,058.52	65.49%
Ano de 2016	316,213,168.52	1,080,937,218.81	12,340,467.30	81.93%
Ano de 2017	173,004,566.60	1,253,941,785.41	10,845,048.85	94.78%
Ano de 2018	43,767,604.74	1,297,709,390.15	6,308,626.09	97.72%
Ano de 2019	4,597,187.23	1,302,306,577.38	7,558,359.05	98.16%
Ano de 2020	1,895,628.84	1,304,202,206.22	5,841,871.16	98.17%
Ano de 2021	2,856,770.46	1,307,058,976.68	5,386,296.29	98.35%
Ano de 2022	2,147,218.58	1,309,206,195.26	5,075,295.60	98.11%
Ano de 2023	1,710,726.17	1,310,916,921.43	5,117,289.56	98.25%
Ano de 2024	1,735,660.82	1,312,652,582.25	5,036,797.68	98.37%

Valores em reais.

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 98,37% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas - 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios na data-base de 31/12/2024, R\$ 413.818 mil (Em 2023, R\$ 381.240 mil) de patrimônio previdenciário (Ativo Líquido) para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	RS - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	RS - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	RS - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano II - Varig	388,753,757.07	25,064,220.55	413,817,977.62

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 25.064 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 413.818 mil, poderá permitir cumprir mais 30,89% ($R\$ 413.817.977,62 \div R\$ 1.339.538.906,15 \times 100$) do valor principal total dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) habilitados na 2ª classe – 1º privilégio, do Quadro Geral de Credores.

(b) Que nos próximos exercícios, a partir da realização dos ativos financeiros sem liquidez, a possibilidade de que o valor principal dos créditos dos participantes assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) seja honrado em sua totalidade.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios II – Varig – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência patrimonial abrange todos os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes credores habilitados no Quadro Geral de Credores) e, também, os credores participantes ativos habilitados na 2ª classe, 3º e 4º privilégios do Quadro Geral de Credores, além dos créditos da 3ª classe.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios II – Varig na referida data é de R\$ 5.242.910 mil (Em 2023, R\$ 4.966.831 mil). O aumento da insuficiência patrimonial decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), estas serão levadas a rateio de créditos, observadas as classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial

Varig Plano II		Posição Patrimonial em 31/12/2024.	
1. Ativos Totais		519.452.260,87	
Realizável		519.452.260,87	
Gestão Previdencial		4.213.457,94	
Gestão Administrativa		23.469.775,90	
Investimentos		491.769.027,03	
2. Exigíveis e Fundos		(105.634.283,25)	
Exigível Operacional		(28.597.171,58)	
Gestão Previdencial		(28.080.848,09)	
Investimentos		(516.323,49)	
Exigível Contingencial		(5.920.059,91)	
Gestão Previdencial		(2.850.801,35)	
Investimentos		(3.069.258,56)	
Fundos		(71.117.051,76)	
Previdenciais		(47.647.275,86)	
Administrativos		(23.469.775,90)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)		413.817.977,62	
4. Passivo Atuarial		(5.656.728.130,00)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)		(5.656.728.130,00)	
Aposentados e Pensionistas - Principal		(21.849.526,22)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária		(155.437.791,70)	
Aposentados e Pensionistas - Juros		(3.921.162.631,39)	
Ativos - Principal		(51.631.789,56)	
Ativos - Correção Monetária		(330.714.365,76)	
Ativos - Juros		(1.099.574.316,41)	
Demais Credores - Principal		(9.327.920,46)	
Demais Credores - Correção Monetária		(16.616.523,73)	
Demais Credores - Juros		(50.413.264,77)	
5. Déficit/Superávit Técnico (3 - 4)		(5.242.910.152,38)	
6. Investimentos		488.186.339,39	
Renda Fixa Mercado		467.844.090,05	
Renda Variável Especiais		94.146,26	
Investimentos Imobiliários		18.823.817,56	
Empréstimos a Participantes		1.424.285,52	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial		388.753.757,07	
Recursos Líquidos		467.844.090,05	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências		(79.090.332,98)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial	%	Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	%
Compromissos Totais	7,32%	Compromissos Totais	6,87%
Aposentados e Pensionistas - Principal	1893,94%	Aposentados e Pensionistas	9,49%

16.2.2. Planos de Benefícios I e II – Transbrasil – Em Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial dos Planos de Benefícios I e II – Transbrasil, inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB, respectivamente sob o nº. 19.820.017-47 e nº. 19.940.039-11, foi decretada por meio da Portaria SPC nº 346, de 15/03/2006, publicada no Diário Oficial da União de 16/03/2006, basicamente, em razão do desequilíbrio atuarial e financeiro dos referidos planos e diante da situação de insolvência da patrocinadora Transbrasil S.A. – Linhas Aéreas, com falência decretada em 16/04/2002.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2.2.1. Histórico da dívida da patrocinadora Transbrasil com os Planos de Benefícios I e II - Transbrasil

No período de março/1991 a outubro/1994 foram firmados os Termos de Acordo em 14/03/1991, 05/04/1991 e 21/10/1991, o Instrumento Particular de Novação de Dívida em 31/03/1993 e o Instrumento Particular de Novação e Consolidação com Pacto Suspensivo de Exigibilidade de Dívidas Vencidas e Vincendas, Amortizáveis a Termo Certo em 18/10/1994. Em cada novo instrumento firmado houve novação e consolidação do saldo remanescente de dívida não paga relativa ao instrumento anterior, além da inclusão de débitos de contribuições em atraso ainda não contratadas.

Em 22/05/1996 foi celebrado o Segundo Instrumento Particular de Novação e Consolidação com Pacto Suspensivo de Exigibilidade de Dívidas Vencidas e Vincendas, Amortizáveis a Termo Certo, com a novação do saldo remanescente da dívida confessada no Instrumento firmado em 18/10/1994, acrescido dos débitos de contribuições das competências de janeiro, fevereiro e março/1996 e das contribuições das competências de abril/1996 a agosto/1997 (contribuições posteriores à assinatura do instrumento), consolidadas e confessadas e com pacto de suspensão da exigibilidade dos débitos até o décimo dia útil do mês setembro/1997.

O Segundo Instrumento, celebrado em 22/05/1996, não foi cumprido integralmente e o saldo remanescente da dívida foi repactuado através do Terceiro Instrumento Particular de Novação e Consolidação de Dívidas, com Pacto Suspensivo de Exigibilidade, Amortizáveis a Termo Certo, celebrado em 15/06/1999, e consolidado com os débitos de contribuições em atraso, das competências de dezembro/1997 a maio/1999, confessadas no referido termo.

Os valores pactuados no contrato celebrado em 15/06/1999 são atualizados pela variação do INPC e acrescidos de juros de 1% a.m.

Em 16/05/2001 foi celebrado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Dação em Pagamento com Cessão de Transferência de Quotas em Pagamento de Parte de Dívida, Direito de Recompra e Outras Avenças, para pagamento de débitos de contribuições de responsabilidade da patrocinadora, das competências de junho/1999 a janeiro/2001, e de contribuições retidas de participantes, do período de agosto/1999 a janeiro/2001, exceto julho, agosto e setembro/2000, que atualizadas até a data do Instrumento, montava R\$ 16.690 mil. Pelo referido Instrumento, a Transbrasil confessou a dívida e assumiu o compromisso de liquidar a parcela do débito relativa às contribuições retidas dos participantes, no valor total de R\$ 12.937 mil, através de “dação em pagamento”, com cessão e transferência para o Instituto de 12.384.150 quotas, representativas de 15% (quinze por cento) do capital social da empresa Amadeus Brasil Ltda., passando a pertencer aos Planos de Benefícios I e II – Transbrasil.

Foi reservado à Transbrasil, pelo prazo de 36 meses, o direito de recompra das quotas de participação no capital social da empresa Amadeus Brasil Ltda., pelo preço avaliado na operação

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de “dação em pagamento”, atualizado pela variação do INPC e juros de 1% a.m., direito este não exercido.

O pagamento do saldo remanescente, no valor total de R\$ 3.753 mil, relativo ao débito de contribuições de responsabilidade da patrocinadora, foi firmado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas pela variação do INPC e acrescidas de juros de 1% a.m.

A Transbrasil não honrou os compromissos estabelecidos no Segundo Instrumento e não pagava as contribuições mensais, o que levou o AERUS ao ajuizamento de ação de cobrança na 27ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro (Proc. nº 1998.001.090243-0), julgada procedente, com decisão transitada em julgado, em que foi determinada a inclusão dos débitos de contribuições vencidas até a liquidação do julgado. Até o início da liquidação da sentença, a Transbrasil realizou o pagamento de parcela dos débitos objeto da sentença, sendo que outra parcela foi objeto do contrato firmado em 15/06/1999 (Terceiro Instrumento).

Dessa forma, abatidos os pagamentos efetuados, a sentença resultou no montante de R\$ 9.503 mil, atualizado até 07/03/2002, data de início da liquidação da sentença, conforme Laudo Pericial de 18/11/2002, homologado judicialmente. O valor apurado no Laudo engloba os honorários de sucumbência do processo e custas judiciais (R\$ 2.237 mil), as contribuições mensais vencidas de responsabilidade da patrocinadora, das competências de junho/2001 a janeiro/2002 e as retidas de participantes, das competências de junho a setembro/2001 (R\$ 2.224 mil) e as parcelas vencidas e vincendas do contrato firmado em 16/05/2001 (R\$ 5.042 mil) todos atualizados até 07/03/2002. A liquidação da sentença foi suspensa em razão da decretação da falência da Transbrasil em 16/04/2002. Os valores são atualizados pela variação do INPC (IBGE) e acrescidos de juros de 1% a.m.

Dada à situação financeira e operacional da patrocinadora foi constituída provisão para perda do total do saldo a receber, excluindo-se o saldo das quotas da Amadeus, classificadas em Investimentos.

As quotas representativas do capital social da empresa Amadeus Brasil Ltda. estão classificadas em Investimentos no grupo Outros Realizáveis. Em 31/12/2024 o valor corrigido das quotas Amadeus monta R\$ 787.829 mil. Entendendo que o cenário demonstra que o crédito em questão é de liquidação duvidosa, tendo em vista que as quotas Amadeus, de propriedade do AERUS, na qualidade de administrador fiduciário do patrimônio pertencente aos Planos de Benefícios I e II - Transbrasil, foram penhoradas em ação de execução movida pela GE Brasil em face da Transbrasil e, de acordo com a orientação da assessoria jurídica do AERUS e adotando postura conservadora, o valor foi integralmente provisionado. Há ainda, em face da Transbrasil, ação executiva tendo por objeto o Terceiro Instrumento (Proc. nº 2003.001.026069-3) celebrado com a empresa. Nessa ação foi deferida a penhora do crédito da Transbrasil decorrente da ação de indenização movida contra a General Electric, na qual a Transbrasil obteve êxito em primeira instância. A execução foi suspensa, em razão da decretação da falência da Transbrasil.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Transbrasil, que teve a falência decretada em 16/04/2002, após período de suspensão, deu prosseguimento ao processo falimentar com a convocação dos credores para habilitação dos créditos.

Em 28/11/2008, o AERUS apresentou para habilitação na massa falida, o crédito total de R\$ 359.665 mil, atualizado até 30/09/2008, correspondente aos valores pactuados no contrato assinado em 15/06/1999 - “Terceiro Instrumento”, e aos valores da sentença proferida no processo nº 1998.001.090243-0, relativa à ação de cobrança transitada em julgado. Os valores foram atualizados pelo INPC (IBGE), acrescidos de juros de mora de 1% a.m. Foi incluída a multa pelo descumprimento dos contratos e os honorários de sucumbência. O valor apresentado pelo AERUS e a classificação do crédito pleiteada estão sendo questionados pelo Síndico da massa falida.

Além da habilitação do crédito, o AERUS ingressou com pedido de restituição das contribuições retidas de participantes pela Transbrasil e não repassadas aos planos de benefícios patrocinados por ela, no valor de R\$ 2.353 mil, atualizado até 30/09/2008 pelo INPC (IBGE). As contribuições são relativas aos meses de junho a setembro/2001. O pedido de restituição foi julgado improcedente e o AERUS interpôs recurso de apelação e aguarda o julgamento.

O processo de habilitação de crédito e de restituição de valores está em curso na 19ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo sob o nº 583.00.2001.079104-3.

16.2.2.2. Plano de Benefícios I – Transbrasil (CNPB 19.820.017-47) – Em Liquidação Extrajudicial

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano I - Transbrasil	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com as eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 31/12/2023 R\$ 191.804 mil, correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos – aposentados e pensionistas, apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 16/03/2006 e conforme quadro a seguir:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2006	10,664,304.49	10,664,304.49	-	5.63%
Ano de 2007	9,695,971.08	20,360,275.57	-	10.76%
Ano de 2008	9,463,067.55	29,823,343.12	-	15.76%
Ano de 2009	9,104,616.83	38,927,959.95	351,120.06	20.75%
Ano de 2010	8,226,097.78	47,154,057.73	562,052.46	25.21%
Ano de 2011	8,656,345.86	55,810,403.59	1,110,693.63	30.07%
Ano de 2012	8,530,751.23	64,341,154.82	1,636,430.65	34.84%
Ano de 2013	8,786,063.36	73,127,218.18	1,926,300.02	39.64%
Ano de 2014	8,898,638.94	82,025,857.12	2,503,038.92	44.64%
Ano de 2015	25,928,330.93	107,954,188.05	7,741,065.33	61.10%
Ano de 2016	30,182,894.49	138,137,082.54	2,946,886.42	74.51%
Ano de 2017	23,458,184.17	161,595,266.71	2,834,762.49	86.84%
Ano de 2018	9,763,413.69	171,358,680.40	2,417,341.64	91.78%
Ano de 2019	1,311,657.08	172,670,337.48	2,569,743.96	92.55%
Ano de 2020	1,318,724.29	173,989,061.77	2,191,769.71	93.05%
Ano de 2021	660,956.05	174,650,017.82	1,870,851.11	93.23%
Ano de 2022	17,193.94	174,667,211.76	1,853,253.33	92.03%
Ano de 2023	29,961.42	174,697,173.18	1,823,291.91	92.03%
Ano de 2024	647,932.32	175,345,105.50	1,626,244.83	92.27%

Valores em reais.

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 92,27% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios na data base de 31/12/2024, R\$ 23.199 mil (Em 2023, R\$ 21.352 mil) de patrimônio previdenciário (Ativo Líquido) para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	R\$ - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano I - Transbrasil	21,195,765.77	2,003,142.11	23,198,907.88

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 2.003 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 23.199 mil, poderá permitir cumprir mais 12,10% ($R\$ 23.198.907,88 \div R\$ 191.804.109,44 \times 100$) do valor principal total dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) habilitados na 2ª classe – 1º privilégio, do Quadro Geral de Credores.

(b) Que nos próximos exercícios, a partir da realização dos ativos financeiros sem liquidez, a possibilidade de que o valor principal dos créditos dos participantes assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) seja honrado em sua totalidade.

A dívida da patrocinadora Transbrasil para com o Plano de Benefícios I – Transbrasil encontra-se em habilitação em seu processo de falência e, em caso de recebimento parcial ou integral da mesma, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios I – Transbrasil – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência patrimonial abrange todos os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes credores habilitados no Quadro Geral de Credores) e, também, os credores participantes ativos habilitados na 2ª classe, 3º e 4º privilégios do Quadro Geral de Credores, além dos créditos da 3ª classe.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios I – Transbrasil é de R\$ 619.530 mil (Em 2023, R\$ 582.984 mil). O aumento da insuficiência patrimonial decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), as mesmas serão levadas a rateio de créditos observado as classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial		Posição Patrimonial em 31/12/2024.	
Transbrasil Plano I			
1. Ativos Totais		37.454.947,48	
Realizável		37.454.947,48	
Gestão Previdencial		26.773,34	
Gestão Administrativa		2.640.997,53	
Investimentos		34.787.176,61	
2. Exigíveis e Fundos		(14.256.039,60)	
Exigível Operacional		(4.223.059,68)	
Gestão Previdencial		(4.177.339,29)	
Investimentos		(45.720,39)	
Exigível Contingencial		(295.163,30)	
Investimentos		(295.163,30)	
Fundos		(9.737.816,62)	
Previdenciais		(7.096.819,09)	
Administrativos		(2.640.997,53)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)		23.198.907,88	
4. Passivo Atuarial		(642.729.086,73)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)		(642.729.086,73)	
Aposentados e Pensionistas - Principal		(14.832.759,11)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária		(49.657.890,92)	
Aposentados e Pensionistas - Juros		(575.129.487,91)	
Ativos - Principal		(271.951,11)	
Ativos - Correção Monetária		(486.499,45)	
Ativos - Juros		(1.503.112,36)	
Demais Credores - Principal		(101.919,73)	
Demais Credores - Correção Monetária		(182.308,47)	
Demais Credores - Juros		(563.157,67)	
5. Déficit / Superávit Técnico (3 - 4)		(619.530.178,85)	
6. Investimentos		34.446.378,31	
Renda Fixa Mercado		32.515.189,30	
Renda Variável Especiais		4.406,34	
Investimentos Imobiliários		1.923.426,39	
Empréstimos a Participantes		3.356,28	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial		21.195.765,77	
Recursos Líquidos		32.515.189,30	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências		(11.319.423,53)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial	%	Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	%
Compromissos Totais	3,61%	Compromissos Totais	3,30%
Aposentados e Pensionistas - Principal	156,40%	Aposentados e Pensionistas	3,31%

16.2.2.3. Plano de Benefícios II – Transbrasil (CNPB 19.940.039-11) – Em Liquidação Extrajudicial

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano II - Transbrasil	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com as eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 31/12/2023 R\$ 129.015 mil, correspondente à somatória das reservas

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

matemáticas individuais dos assistidos – aposentados e pensionistas, apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 16/03/2006 e conforme quadro a seguir:

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2006	6,272,893.18	6,272,893.18	-	4.91%
Ano de 2007	6,147,435.67	12,420,328.85	-	9.72%
Ano de 2008	7,366,873.17	19,787,202.02	-	15.48%
Ano de 2009	7,201,163.64	26,988,365.66	31,353.53	21.14%
Ano de 2010	6,499,610.56	33,487,976.22	92,325.86	26.08%
Ano de 2011	7,362,857.50	40,850,833.72	98,770.76	31.80%
Ano de 2012	7,124,387.42	47,975,221.14	147,070.16	37.34%
Ano de 2013	7,237,490.56	55,212,711.70	90,341.86	42.96%
Ano de 2014	7,107,450.34	62,320,162.04	152,542.01	48.52%
Ano de 2015	16,950,111.02	79,270,273.06	10,318,101.03	69.58%
Ano de 2016	30,922,906.73	110,193,179.79	769,972.55	86.18%
Ano de 2017	15,301,659.97	125,494,839.76	447,275.35	97.82%
Ano de 2018	1,709,740.59	127,204,580.35	158,450.31	98.92%
Ano de 2019	176,082.04	127,380,662.39	270,081.80	99.15%
Ano de 2020	65,617.24	127,446,279.63	124,472.87	99.09%
Ano de 2021	83,627.01	127,529,906.64	124,472.87	99.16%
Ano de 2022	131,576.83	127,661,483.47	124,472.87	99.05%
Ano de 2023	169,606.42	127,831,089.89	124,472.87	99.18%
Ano de 2024	35,454.88	127,866,544.77	122,948.99	99.20%

Valores em reais.

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 99,20% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios, na data-base de 31/12/2024, R\$ 28.235 mil (Em 2023, R\$ 25.937 mil) de patrimônio previdenciário (Ativo Líquido), para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	RS - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	RS - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	RS - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano II - Transbrasil	26,259,953.95	1,975,479.84	28,235,433.79

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 1.975 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 28.235 mil, poderá permitir cumprir mais 21,89% ($R\$ 28.235.433,79 \div R\$ 129.015.872,92 \times 100$) do valor principal total dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) – 2ª classe – 1º privilégio.

(b) Que nos próximos exercícios, a partir da realização dos ativos financeiros sem liquidez, a possibilidade de que o valor principal dos créditos dos participantes assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) seja honrado em sua totalidade.

A dívida da patrocinadora Transbrasil para com o Plano de Benefícios II – Transbrasil encontra-se em habilitação em seu processo de falência e, caso haja recebimento parcial ou integral da mesma, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios II – Transbrasil – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência abrange os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes – 2ª classe, 1º e 2º privilégios) e, também, os credores participantes ativos (2ª classe – 3º e 4º privilégios), além dos créditos da 3ª classe.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios II – Transbrasil é de R\$ 349.208 mil (Em 2023, R\$ 334.244 mil). O aumento da insuficiência decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), as mesmas serão levadas a rateio de créditos observadas as classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial		Posição Patrimonial em 31/12/2024.	
Transbrasil Plano II			
1. Ativos Totais		40.542.101,71	
Realizável		40.542.101,71	
Gestão Previdencial		903,00	
Gestão Administrativa		1.893.630,07	
Investimentos		38.647.568,64	
2. Exigíveis e Fundos		(12.306.667,92)	
Exigível Operacional		(2.143.936,11)	
Gestão Previdencial		(2.095.078,69)	
Investimentos		(48.857,42)	
Exigível Contingencial		(309.148,70)	
Investimentos		(309.148,70)	
Fundos		(9.853.583,11)	
Previdenciais		(7.959.953,04)	
Administrativos		(1.893.630,07)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)		28.235.433,79	
4. Passivo Atuarial		(377.443.866,60)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)		(377.443.866,60)	
Aposentados e Pensionistas - Principal		(1.026.379,16)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária		(10.334.327,46)	
Aposentados e Pensionistas - Juros		(356.179.839,79)	
Ativos - Principal		(273.667,46)	
Ativos - Correção Monetária		(489.555,52)	
Ativos - Juros		(1.512.463,15)	
Demais Credores - Principal		(921.452,33)	
Demais Credores - Correção Monetária		(1.640.983,19)	
Demais Credores - Juros		(5.065.198,54)	
5. Déficit / Superávit Técnico (3 - 4)		(349.208.432,81)	
6. Investimentos		38.289.797,38	
Renda Fixa Mercado		36.363.473,35	
Renda Variável Especiais		9.530,62	
Investimentos Imobiliários		1.905.686,90	
Empréstimos a Participantes		11.106,51	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial		26.259.953,95	
Recursos Líquidos		36.363.473,35	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências		(10.103.519,40)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial	%	Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	%
Compromissos Totais	7,48%	Compromissos Totais	6,96%
Aposentados e Pensionistas - Principal	2750,97%	Aposentados e Pensionistas	7,14%

16.2.3. Planos de Benefícios I e II – Rio Sul – Em Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial dos Planos de Benefícios I e II – Rio Sul, inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB, respectivamente sob o nº. 20.020.027-38 e nº. 20.020.034-83, foi decretada por meio da Portaria SPC nº 2.740 e Portaria SPC nº 2.741, respectivamente, ambas de 10/02/2009, publicadas no Diário Oficial da União de 12/02/2009, basicamente, em razão do desequilíbrio atuarial e financeiro dos referidos planos e diante da precária situação econômica e financeira da patrocinadora Rio Sul Linhas Aéreas, em Recuperação Judicial desde 2005.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a decretação da liquidação extrajudicial foram levantados, para cada um dos planos de benefícios, o balanço geral de liquidação e as demonstrações contábeis e atuariais necessárias à determinação do valor das reservas individuais, na forma do art. 51 da LC 109/01.

O AERUS havia proposto ação ordinária de cobrança em face da patrocinadora Rio Sul Linhas Aéreas (processo nº. 2008.001.070906-4) para o recebimento de contribuições em atraso, relativas aos Planos de Benefícios I e II – Rio Sul. Com a liquidação extrajudicial, o AERUS ingressou com a cobrança do déficit técnico (insuficiência patrimonial) apurado no Balanço de Liquidação dos planos de benefícios. O processo está na fase de perícia para apuração do valor do déficit.

Concomitantemente à propositura da ação, o AERUS habilitou na falência o crédito relativo ao déficit técnico apurado na liquidação extrajudicial dos Planos.

O Juízo de 1ª instância julgou procedente o pedido para condenar a Ré ao pagamento de R\$ 37.622 mil, corrigidos monetariamente pelos índices da Corregedoria Geral de Justiça a partir de 12/02/2009, acrescidos dos juros legais a partir da citação.

Vide informações sobre a falência da patrocinadora Rio Sul Linhas Aéreas nas notas explicativas sobre a falência da Varig.

16.2.3.1. Plano de Benefícios I – Rio Sul (CNPB 20.020.027-38) – Em Liquidação Extrajudicial

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano I - Rio Sul	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com as eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 31/12/2023 R\$ 45.407 mil, correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos (aposentados e pensionistas), apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 12/02/2009, conforme quadro a seguir:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2009	1,945,370.07	1,945,370.07	55,773.39	4.41%
Ano de 2010	1,977,883.97	3,923,254.04	149,534.12	8.97%
Ano de 2011	2,264,144.98	6,187,399.02	134,700.82	13.92%
Ano de 2012	2,264,318.32	8,451,717.34	190,859.96	19.03%
Ano de 2013	17,552,587.08	26,004,304.42	1,408,985.34	60.37%
Ano de 2014	10,420,990.79	36,425,295.21	1,476,414.37	83.47%
Ano de 2015	4,182,111.88	40,607,407.09	843,040.24	91.29%
Ano de 2016	225,352.71	40,832,759.80	666,659.18	91.39%
Ano de 2017	2,771,612.34	43,604,372.14	1,258,976.54	98.80%
Ano de 2018	131,152.85	43,735,524.99	1,127,823.69	98.80%
Ano de 2019	-	43,735,524.99	1,127,823.69	98.80%
Ano de 2020	477,378.14	44,212,903.13	1,193,977.42	100.00%
Ano de 2021	40,157.87	44,253,061.00	1,153,819.55	100.00%
Ano de 2022	3,170.31	44,256,231.31	1,150,649.24	100.00%
Ano de 2023	4,978.09	44,261,209.40	1,145,671.15	100.00%
Ano de 2024	34,391.08	44,295,600.48	1,111,280.07	100.00%

Valores em reais.

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 100% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios na data-base de 31/12/2024, R\$ 2.374 mil (Em 2023, R\$ 3.712 mil) de patrimônio previdenciário (Ativo Líquido) para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	RS - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	RS - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	RS - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano I - Rio Sul	836,610.21	1,536,914.81	2,373,525.02

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 1.537 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2024, no valor de R\$ 2.374 mil, permitirá cumprir parte do valor de correção monetária dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) habilitados na 2ª classe – 2º privilégio, do Quadro Geral de Credores.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios I – Rio Sul – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência patrimonial abrange todos os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes credores habilitados no Quadro Geral de Credores) e, também, os credores participantes ativos habilitados na 2ª classe, 3º e 4º privilégios do Quadro Geral de Credores, além dos créditos da 3ª classe.

Em caso de recebimento parcial ou total do déficit do plano, de responsabilidade da patrocinadora, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios I – Rio Sul na referida data é de R\$ 105.655 mil (Em 2023, R\$ 94.744 mil). O aumento da insuficiência patrimonial decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), estas serão levadas a rateio de créditos observado às classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial

Rio Sul Plano I

Posição Patrimonial em 31/12/2024.

1. Ativos Totais		11.767.023,48	
Realizável		11.767.023,48	
Gestão Previdencial		34.553,87	
Gestão Administrativa		661.500,53	
Investimentos		11.070.969,08	
2. Exigíveis e Fundos		(9.393.498,46)	
Exigível Operacional		(5.469.609,58)	
Gestão Previdencial		(5.435.141,88)	
Investimentos		(34.467,70)	
Exigível Contingencial		(195.697,92)	
Investimentos		(195.697,92)	
Fundos		(3.728.190,96)	
Previdenciais		(3.066.690,43)	
Administrativos		(661.500,53)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)		2.373.525,02	
4. Passivo Atuarial		(108.028.508,11)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)		(108.028.508,11)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária		(17.740.446,63)	
Aposentados e Pensionistas - Juros		(86.822.282,45)	
Ativos - Principal		(358.838,05)	
Ativos - Correção Monetária		(510.225,30)	
Ativos - Juros		(1.317.298,50)	
Demais Credores - Principal		(209.985,21)	
Demais Credores - Correção Monetária		(298.574,04)	
Demais Credores - Juros		(770.857,93)	
5. Déficit / Superávit Técnico (3 - 4)		(105.654.983,09)	
6. Investimentos		10.840.929,60	
Renda Fixa Mercado		9.372.880,50	
Renda Variável Especiais		7.305,73	
Investimentos Imobiliários		1.460.743,37	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial		836.610,21	
Recursos Líquidos		9.372.880,50	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências		(8.536.270,29)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial	%	Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	%
Compromissos Totais	2,20%	Compromissos Totais	0,77%
Aposentados e Pensionistas - Principal	0,00%	Aposentados e Pensionistas	0,80%

16.2.3.2. Plano de Benefícios II – Rio Sul (CNPB 20.020.034-83) – Em Liquidação Extrajudicial

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano II - Rio Sul	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com as eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 2023 R\$ 29.829 mil, correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos (aposentados e pensionistas), apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 12/02/2009, conforme quadro a seguir:

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2009	1,280,908.06	1,280,908.06	4,799.60	4.35%
Ano de 2010	1,355,015.00	2,635,923.06	-	8.91%
Ano de 2011	1,465,369.45	4,101,292.51	-	13.86%
Ano de 2012	1,530,996.07	5,632,288.58	-	18.95%
Ano de 2013	17,049,885.74	22,682,174.32	-	76.34%
Ano de 2014	6,432,154.10	29,114,328.42	596,722.64	100.00%
Ano de 2015	229,392.80	29,343,721.22	364,713.42	100.00%
Ano de 2016	2,548.83	29,346,270.05	476,637.78	100.00%
Ano de 2017	167,641.34	29,513,911.39	308,996.44	100.00%
Ano de 2018	61,505.39	29,575,416.78	247,491.05	100.00%
Ano de 2019	247,491.05	29,822,907.83	-	100.00%
Ano de 2020 a 2024	-	29,822,907.83	6,369.18	100.00%

Valores em reais.

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 100,00% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios na data-base de 31/12/2024, R\$ 3.644 mil (Em 2023, R\$ 2.953 mil) de patrimônio previdenciário (Ativo Líquido) para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	R\$ - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano II - Rio Sul	2,479,410.88	1,164,117.08	3,643,527.96

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 1.164 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente em 31/12/2024, no valor R\$ 3.644 mil, permitirá cumprir parte do valor de correção monetária dos

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) habilitados na 2ª classe – 2º privilégio, do Quadro Geral de Credores.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios II – Rio Sul – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência patrimonial abrange todos os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes credores habilitados no Quadro Geral de Credores) e, também, os credores participantes ativos habilitados na 2ª classe, 3º e 4º privilégios do Quadro Geral de Credores, além dos créditos da 3ª classe.

Em caso de recebimento parcial ou total do déficit do plano, de responsabilidade da patrocinadora, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios II – Rio Sul na referida data é de R\$ 44.037 mil (Em 2023, R\$ 39.376 mil). O aumento da insuficiência patrimonial decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), estas serão levadas a rateio de créditos observadas as classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial

Rio Sul Plano II		Posição Patrimonial em 31/12/2024.	
1. Ativos Totais		9.831.592,62	
Realizável		9.831.592,62	
Gestão Previdencial		16.158,33	
Gestão Administrativa		680.271,51	
Investimentos		9.135.162,78	
2. Exigíveis e Fundos		(6.188.064,66)	
Exigível Operacional		(2.644.200,44)	
Gestão Previdencial		(2.606.198,68)	
Investimentos		(38.001,76)	
Exigível Contingencial		(358.435,48)	
Gestão Previdencial		(200.747,78)	
Investimentos		(157.687,70)	
Fundos		(3.185.428,74)	
Previdenciais		(2.505.157,23)	
Administrativos		(680.271,51)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)		3.643.527,96	
4. Passivo Atuarial		(47.680.493,02)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)		(47.680.493,02)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária		(157.203,19)	
Aposentados e Pensionistas - Juros		(43.944.119,22)	
Ativos - Principal		(343.065,89)	
Ativos - Correção Monetária		(487.780,57)	
Ativos - Juros		(1.259.281,41)	
Demais Credores - Principal		(244.442,23)	
Demais Credores - Correção Monetária		(347.525,66)	
Demais Credores - Juros		(897.074,85)	
5. Déficit / Superávit Técnico (3 - 4)		(44.036.965,06)	
6. Investimentos		8.939.576,53	
Renda Fixa Mercado		7.829.489,35	
Renda Variável Especiais		5.506,32	
Investimentos Imobiliários		1.101.015,23	
Empréstimos a Participantes		3.565,63	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial		2.479.410,88	
Recursos Líquidos		7.829.489,35	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências		(5.350.078,47)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial		Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	
	%		%
Compromissos Totais	7,64%	Compromissos Totais	5,20%
Aposentados e Pensionistas - Principal	0,00%	Aposentados e Pensionistas	5,62%

16.2.4. Planos de Benefícios I e II – Sata – Em Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial dos Planos de Benefícios I e II – Sata, inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB, respectivamente, sob o nº. 20.020.028-19 e nº 20.020.035-56, foi decretada por meio da Portaria SPC nº 2.737 e Portaria SPC nº 2.738, ambas de 10/02/2009, publicadas no Diário Oficial da União de 12/02/2009, basicamente, em razão do desequilíbrio atuarial e financeiro dos referidos planos, aliado à ausência de medidas concretas da patrocinadora Sata – Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A. para o equacionamento do déficit técnico (insuficiência patrimonial).

Com a decretação da liquidação extrajudicial foram levantados, para cada um dos planos de benefícios, o balanço geral de liquidação e as demonstrações contábeis e atuariais necessárias à determinação do valor das reservas individuais, na forma do art. 51 da LC 109/01.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O déficit técnico (insuficiência patrimonial) dos Planos de Benefícios I e II – Sata – Em Liquidação Extrajudicial, apurado na data da liquidação extrajudicial, de responsabilidade da patrocinadora SATA – Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A. – Em Recuperação Judicial foi habilitado em seu Plano de Recuperação Judicial - PRJ, conforme teores da carta SATALIQ 012/09, de 02/10/2009.

A habilitação da dívida consta do PRJ da Sata, conforme itens 6.1 e 6.2, aprovada pela totalidade dos credores presentes na Assembleia Geral de Credores, conforme descrito a seguir:

“6.1. INSTITUTO AERUS DE SEGURIDADE SOCIAL

6.1.1 – As condições de pagamento aplicáveis aos CRÉDITOS detidos pelos Planos de Benefícios I e II – SATA, regidos pela legislação específica (Lei Complementar 109/2001), administrados pelo Instituto Aerus de Seguridade Social, restaram acordadas da seguinte forma, sem renúncia de direito adquirido por legislação anterior.

(i) Considerando a decretação da liquidação extrajudicial dos planos de benefícios SATA I e II, inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB, respectivamente sob os números 20.020.028-19 e 20.020.035-56, conforme portarias 2.737 e 2.738, ambas de 10/02/2009, publicadas no DOU de 12.02.2009, expedidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social – SPC/MPS;

(ii) Considerando que tais planos de benefícios, patrocinados pela Recuperanda, em favor do universo restrito de seus empregados e diretores são operados e administrados pelo Instituto Aerus de Seguridade Social, na forma da Lei Complementar 109/01;

(iii) Considerando que os recursos administrados pelo Instituto Aerus de Seguridade Social, pertencentes aos aposentados e empregados participantes da Recuperanda nos referidos planos de benefícios, são indisponíveis na forma da Lei, do regulamento do plano, e demais disposições contratuais aplicáveis ao Déficit Técnico dos planos de benefícios posicionados na data das publicações dos respectivos decretos de liquidação extrajudicial pelo órgão governamental fiscalizador.

(iv) Considerando que a descrição e documentação referentes aos déficits técnicos, apurados na data do decreto de liquidação extrajudicial dos referidos planos de benefícios, no valor de R\$ 30.624.426,03 (trinta milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e três centavos) foram encaminhados para a patrocinadora (recuperanda) através da carta SATALIQ 012/09, datada de 02 de outubro de 2009, observando, no tocante aos compromissos previdenciários, o dimensionamento de acordo com as normas técnicas e legislação vigente conforme constam das respectivas notas técnicas atuariais elaboradas pelo escritório técnico, legalmente habilitado, Atuas Atuários Associados S/C Ltda.;

6.1.2 – Fica estabelecido no presente Plano de Recuperação Judicial da SATA:

(i) Que o CRÉDITO do Instituto Aerus, no valor de R\$ 30.624.426,03 observará, desde a data base da sua apuração (12/02/2009), até o efetivo pagamento de cada uma das parcelas previstas no item seguinte, a forma de correção estabelecida nas bases técnicas atuariais constante na avaliação atuarial de liquidação, ou seja, INPC – IBGE acrescidos dos juros de 6% ao ano.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) *Que o pagamento dos CRÉDITOS do Instituto Aerus será realizado em 120 (cento e vinte) parcelas sucessivas, sendo a primeira parcela devida em agosto de 2011.*

(iii) *Que as partes podem, após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a qualquer tempo, e de comum acordo, contratar empresa de assessoria atuarial de renome nacional, para avaliar a pertinência de adoção de fluxo financeiro de pagamento diferente ao previsto no subitem (ii) acima, visando à satisfação dos CRÉDITOS previstos neste item 6.1.2.*

6.2 – A Recuperanda se reserva ao direito de contratar assessoria de renome nacional para que no prazo de 1 (um) ano, contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial possa avaliar os valores considerados como CRÉDITOS do Instituto Aerus de Seguridade Social, sendo que eventuais divergências, após sanadas entre as partes, serão apresentadas ao juízo responsável pelo processo de recuperação judicial, sem renunciar ao direito legítimo e legal de se fazerem os ajustes necessários ao processo de liquidação dos Planos, se for o caso.”

O início do pagamento do crédito do AERUS habilitado no PRJ estava previsto para agosto/2011, mas não houve recebimento de valor referente ao crédito habilitado no Plano de Recuperação Judicial da Sata.

A falência da Sata foi requerida pelo Administrador Judicial. Sendo decretada com base no art. 73, inciso IV da Lei nº. 11.101/05, em 09/05/2013.

16.2.4.1. Plano de Benefícios I – Sata (CNPB 20.020.028-19) – Em Liquidação Extrajudicial

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano I - Sata	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 31/12/2023 R\$ 15.831 mil, correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos – aposentados e pensionistas, apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 12/02/2009 e conforme quadro a seguir:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2009	667,805.77	667,805.77	44,881.36	4.50%
Ano de 2010	718,516.53	1,386,322.30	93,360.02	9.34%
Ano de 2011	822,394.98	2,208,717.28	156,526.45	14.93%
Ano de 2012	894,868.34	3,103,585.62	187,158.12	20.77%
Ano de 2013	868,627.65	3,972,213.27	243,767.25	26.63%
Ano de 2014	8,145,771.65	12,117,984.92	2,168,052.92	90.22%
Ano de 2015	971,113.73	13,089,098.65	1,811,522.55	94.13%
Ano de 2016	141,578.53	13,230,677.18	1,670,210.53	94.13%
Ano de 2017	704,987.77	13,935,664.95	1,894,938.01	100.00%
Ano de 2018	29,279.44	13,964,944.39	1,865,658.57	100.00%
Ano de 2019	123,692.06	14,088,636.45	1,741,966.51	100.00%
Ano de 2020	61,084.91	14,149,721.36	1,680,881.60	100.00%
Ano de 2021	-	14,149,721.36	1,680,881.60	100.00%
Ano de 2022	29,974.23	14,179,695.59	1,650,907.37	100.00%
Ano de 2023	81,047.45	14,260,743.04	1,569,859.92	100.00%
Ano de 2024	16,283.13	14,277,026.17	1,553,576.79	100.00%

Valores em reais.

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 100,00% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios, na data base de 31/12/2024, R\$ 1.708 mil (Em 2023, R\$ 2.218 mil) de patrimônio previdenciário total (Ativo Líquido), para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	R\$ - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano I - Sata	1,269,770.25	438,068.80	1,707,839.05

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 438 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente em

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2024, no valor de R\$ 1.708 mil, permitirá cumprir parte do valor de correção monetária dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) habilitados na 2ª classe – 2º privilégio, do Quadro Geral de Credores.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios I – Sata – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência abrange os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes – 2ª classe, 1º e 2º privilégios) e, também, os credores participantes ativos (2ª classe – 3º e 4º privilégios), além dos créditos da 3ª classe.

Em caso de recebimento parcial ou total do déficit do plano, de responsabilidade da patrocinadora, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios I – Sata – Em Liquidação Extrajudicial na referida data é de R\$ 40.559 mil (Em 2023, R\$ 36.372 mil). O aumento da insuficiência decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), as mesmas serão levadas a rateio de créditos observadas as classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial

Sata Plano I		Posição Patrimonial em 31/12/2024.	
1. Ativos Totais		7.550.428,45	
Realizável		7.550.428,45	
Gestão Administrativa		871.761,74	
Investimentos		6.678.666,71	
2. Exigíveis e Fundos		(5.842.589,40)	
Exigível Operacional		(4.126.468,98)	
Gestão Previdencial		(4.116.361,48)	
Investimentos		(10.107,50)	
Exigível Contingencial		(68.754,68)	
Investimentos		(68.754,68)	
Fundos		(1.647.365,74)	
Previdenciais		(775.604,00)	
Administrativos		(871.761,74)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)		1.707.839,05	
4. Passivo Atuarial		(42.266.341,93)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)		(42.266.341,93)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária		(5.444.490,73)	
Aposentados e Pensionistas - Juros		(33.151.021,52)	
Ativos - Principal		(565.123,26)	
Ativos - Correção Monetária		(803.477,02)	
Ativos - Juros		(2.074.162,76)	
Demais Credores - Principal		(37.440,86)	
Demais Credores - Correção Monetária		(53.228,63)	
Demais Credores - Juros		(137.397,15)	
5. Déficit/ Superávit Técnico (3 - 4)		(40.558.502,88)	
6. Investimentos		6.599.906,11	
Renda Fixa Mercado		6.171.842,20	
Renda Variável Especiais		2.130,27	
Investimentos Imobiliários		425.933,64	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial		1.269.770,25	
Recursos Líquidos		6.171.842,20	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências		(4.902.071,95)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial	%	Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	%
Compromissos Totais	4,04%	Compromissos Totais	3,00%
Aposentados e Pensionistas - Principal	0,00%	Aposentados e Pensionistas	3,29%

16.2.4.2. Plano de Benefícios II – Sata (CNPB 20.020.035-56) – Em Liquidação Extrajudicial

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano II - Sata	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 31/12/2023 R\$ 29.963 mil, correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos – aposentados e pensionistas, apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 12/02/2009 e conforme quadro a seguir:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2009	1,032,250.54	1,032,250.54	94,491.89	3.76%
Ano de 2010	1,231,205.70	2,263,456.24	248,849.53	8.40%
Ano de 2011	1,481,525.45	3,744,981.69	272,171.29	13.42%
Ano de 2012	1,518,453.67	5,263,435.36	326,567.10	18.65%
Ano de 2013	1,502,767.47	6,766,202.83	397,036.82	23.91%
Ano de 2014	12,865,651.12	19,631,853.95	2,767,619.95	74.78%
Ano de 2015	3,207,417.35	22,839,271.30	1,932,954.40	82.70%
Ano de 2016	116,480.49	22,955,751.79	1,816,473.91	82.68%
Ano de 2017	2,006,984.68	24,962,736.47	2,322,702.65	91.07%
Ano de 2018	96,714.84	25,059,451.31	2,226,819.67	91.07%
Ano de 2019	157,002.17	25,216,453.48	2,069,817.50	91.07%
Ano de 2020	411,436.22	25,627,889.70	2,386,406.98	93.50%
Ano de 2021	376,531.35	26,004,421.05	2,521,019.89	95.20%
Ano de 2022	-	26,004,421.05	2,521,428.41	95.21%
Ano de 2023	473,244.35	26,477,665.40	2,739,307.08	97.51%
Ano de 2024	449,346.23	26,927,011.63	3,035,821.53	100.00%

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 100% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios, na data base de 31/12/2024, R\$ 1.867 mil (Em 2023, R\$ 2.947 mil) de patrimônio previdenciário total, para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	R\$ - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano II - Sata	622,459.64	1,244,864.10	1,867,323.74

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 1.245 mil, o patrimônio previdenciário total (Ativo Líquido) ainda existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 1.867 mil, poderá permitir cumprir mais 6,23% ($R\$ 1.867.323,74 \div R\$ 29.962.833,16 \times 100$) do valor principal total dos compromissos

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) – 2ª classe – 1º privilégio.

(b) Que nos próximos exercícios, a partir da realização dos ativos financeiros sem liquidez, a possibilidade de que o valor principal dos créditos dos participantes assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) seja honrado em sua totalidade.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios II – Sata – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência abrange os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes – 2ª classe, 1º e 2º privilégios) e, também, os credores participantes ativos (2ª classe – 3º e 4º privilégios), além dos créditos da 3ª classe.

Em caso de recebimento parcial ou total do déficit do plano, de responsabilidade da patrocinadora, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios II – Sata – Em Liquidação Extrajudicial na referida data é de R\$ 111.816 mil (Em 2023 R\$ 99.831 mil). O aumento da insuficiência decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), as mesmas serão levadas a rateio de créditos observadas as classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial

Sata Plano II		Posição Patrimonial em 31/12/2024.	
1. Ativos Totais			10.864.657,50
Realizável			10.864.657,50
Gestão Previdencial			11.889,12
Gestão Administrativa			4.317.881,47
Investimentos			6.534.886,91
2. Exigíveis e Fundos			(8.997.333,76)
Exigível Operacional			(4.298.107,73)
Gestão Previdencial			(4.266.079,22)
Investimentos			(32.028,51)
Exigível Contingencial			(198.720,47)
Gestão Previdencial			(50.308,79)
Investimentos			(148.411,68)
Fundos			(4.500.505,56)
Previdenciais			(182.624,09)
Administrativos			(4.317.881,47)
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)			1.867.323,74
4. Passivo Atuarial			(113.683.056,71)
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)			(113.683.056,71)
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária			(21.329.472,43)
Aposentados e Pensionistas - Juros			(67.706.568,47)
Ativos - Principal			(3.629.630,24)
Ativos - Correção Monetária			(5.160.352,71)
Ativos - Juros			(13.320.761,02)
Demais Credores - Principal			(416.734,64)
Demais Credores - Correção Monetária			(592.171,07)
Demais Credores - Juros			(1.527.366,13)
5. Déficit / Superávit Técnico (3 - 4)			(111.815.732,97)
6. Investimentos			6.354.629,46
Renda Fixa Mercado			5.153.595,94
Renda Variável Especiais			4.682,72
Investimentos Imobiliários			936.353,61
Empréstimos a Participantes			259.997,19
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial			622.459,64
Recursos Líquidos			5.153.595,94
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências			(4.531.136,30)
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial	%	Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	%
Compromissos Totais	1,64%	Compromissos Totais	0,55%
Aposentados e Pensionistas - Principal	0,00%	Aposentados e Pensionistas	0,70%

16.2.5. Planos de Benefícios I – Nordeste – Em Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial dos Planos de Benefícios I – Nordeste, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº. 20.020.026-65, foi decretada por meio da Portaria SPC nº 2.742 de 10/02/2009, publicadas no Diário Oficial da União de 12/02/2009, basicamente, em razão do desequilíbrio atuarial e financeiro do referido plano e diante da precária situação econômica e financeira da patrocinadora Nordeste Linhas Aéreas Regionais, em Recuperação Judicial desde 2005.

Com a decretação da liquidação extrajudicial foram levantados o balanço geral de liquidação e as demonstrações contábeis e atuariais necessárias à determinação do valor das reservas individuais, na forma do art. 51 da LC 109/01.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O AERUS havia proposto ação ordinária de cobrança em face da patrocinadora Nordeste Linhas Aéreas Regionais (processo nº 2008.001.074502-0) para o recebimento de contribuições em atraso, relativas ao Plano de Benefícios I - Nordeste. Com a liquidação extrajudicial, o AERUS ingressou com a cobrança do déficit técnico (insuficiência patrimonial) apurado no Balanço de Liquidação do plano de benefícios. A ação foi julgada procedente em parte e reformada em sede de recurso para reconhecer o valor total do déficit a ser apurado pela perícia na fase de execução.

Foi requerida expedição de certidão de crédito que foi julgada procedente, determinando a habilitação de crédito nº 0283274-98.2022.8.19.0001 no valor de R\$ 4.477 mil.

Vide informações sobre a falência da patrocinadora Nordeste Linhas Aéreas nas notas explicativas sobre a falência da Varig.

16.2.5.1. Plano de Benefícios I – Nordeste (CNPB 20.020.026-65) – Em Liquidação Extrajudicial

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano I - Nordeste	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com as eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024, R\$ 5.111 mil (em 31/12/2023 R\$ 5.037 mil), correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos (aposentados e pensionistas), apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 12/02/2009, conforme quadro a seguir:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2009	209,679.13	209,679.13	-	4.16%
Ano de 2010	215,446.00	425,125.13	4,414.56	8.53%
Ano de 2011	233,897.44	659,022.57	9,659.63	13.27%
Ano de 2012	238,479.13	897,501.70	18,021.66	18.17%
Ano de 2013	1,669,936.45	2,567,438.15	225,156.82	55.44%
Ano de 2014	-	2,567,438.15	225,156.82	54.64%
Ano de 2015	127,554.29	2,694,992.44	225,156.82	57.14%
Ano de 2016	-	2,694,992.44	223,802.55	57.95%
Ano de 2017	1,016,330.69	3,711,323.13	386,315.73	81.35%
Ano de 2018	185,885.24	3,897,208.37	200,430.49	81.35%
Ano de 2019	-	3,897,208.37	200,430.49	81.35%
Ano de 2020	278,677.04	4,175,885.41	306,978.32	89.00%
Ano de 2021	426,095.15	4,601,980.56	434,945.14	100.00%
Ano de 2022 e 2023	-	4,601,980.56	434,945.14	100.00%
Ano de 2024	(31,062.87)	4,570,917.69	466,008.01	100.00%

Valores em reais.

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 100,00% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios na data-base de 31/12/2024, R\$ 433 mil (Em 2023, R\$ 267 mil) de patrimônio previdenciário (Ativo Líquido) para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	R\$ - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano I - Nordeste	293,809.26	138,727.15	432,536.41

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 139 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente 31/12/2024, no valor de R\$ 433 mil, permitirá cumprir parte do valor de correção monetária dos

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) habilitados na 2ª classe – 2º privilégio, do Quadro Geral de Credores.

Em caso de recebimento parcial ou total do déficit do plano, de responsabilidade da patrocinadora, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios I – Nordeste – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência patrimonial abrange todos os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes credores habilitados no Quadro Geral de Credores) e, também, os créditos da 3ª classe. Não há credores da 2ª classe, 3º e 4º privilégios, no Plano de Benefícios I – Nordeste.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios I – Nordeste na referida data é de R\$ 12.819 mil (Em 2023, R\$ 12.112 mil). O aumento da insuficiência patrimonial decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), estas serão levadas a rateio de créditos observadas as classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial

Nordeste Plano I		Posição Patrimonial em 31/12/2024.	
1. Ativos Totais		1.444.243,02	
Realizável		1.444.243,02	
Gestão Administrativa		110.091,32	
Investimentos		1.334.151,70	
2. Exigíveis e Fundos		(1.011.706,61)	
Exigível Operacional		(881.141,64)	
Gestão Previdencial		(877.973,12)	
Investimentos		(3.168,52)	
Exigível Contingencial		(19.284,68)	
Investimentos		(19.284,68)	
Fundos		(111.280,29)	
Previdenciais		(1.188,97)	
Administrativos		(110.091,32)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)		432.536,41	
4. Passivo Atuarial		(13.251.210,60)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)		(13.251.210,60)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária		(2.257.140,88)	
Aposentados e Pensionistas - Juros		(10.994.069,72)	
5. Déficit / Superávit Técnico (3 - 4)		(12.818.674,19)	
6. Investimentos		1.311.710,07	
Renda Fixa Mercado		1.176.131,88	
Renda Variável Especiais		670,46	
Investimentos Imobiliários		134.059,70	
Empréstimos a Participantes		848,03	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial		293.809,26	
Recursos Líquidos		1.176.131,88	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências		(882.322,62)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial	%	Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	%
Compromissos Totais	3,26%	Compromissos Totais	2,22%
Aposentados e Pensionistas - Principal	0,00%	Aposentados e Pensionistas	2,22%

16.2.7. Planos de Benefícios I e II – Aeromot – Em Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial dos Planos de Benefícios I e II – Aeromot, inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB, respectivamente, sob o nº. 19.820.013-56 e nº 19.940.033-83, foi decretada por meio da Portaria SPC nº 3.165 e Portaria SPC nº 3.164, ambas de 18/11/2009, publicadas no Diário Oficial da União de 19/11/2009, basicamente, em razão do desequilíbrio atuarial e financeiro dos referidos planos e da situação financeira dos patrocinadores.

A liquidação Extrajudicial do Plano de Benefícios I – Aeromot envolve tão somente a parcela do patrimônio pertencente aos participantes empregados e diretores das empresas Aeromot Aeronaves e Motores S/A e Aeromot Indústria Mecânico Metalúrgica S/A., não alcançando a parcela do patrimônio pertencente aos empregados e diretores da empresa Aeroeletrônica Indústria de Componentes Aviônicos S.A., que teve a quebra de solidariedade com as demais empresas patrocinadoras do referido plano, referendada no 4º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão do Plano de Benefícios I – Aeromot, aprovado por meio da Portaria SPC – Diretoria de Análise Técnica, de nº. 2.159, de 27/03/2009, publicada no Diário Oficial da União de 28/03/2009.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação Extrajudicial do Plano de Benefícios II – Aeromot envolve tão somente a parcela do patrimônio pertencente aos participantes empregados e diretores das empresas Aeromot Aeronaves e Motores S/A, Aeromot Indústria Mecânico Metalúrgica S/A e Aeroespaço Serviços e Representações Ltda., não alcançando a parcela do patrimônio pertencente aos empregados e diretores da empresa Aeroeletrônica Indústria de Componentes Aviônicos S.A., que teve a quebra de solidariedade com as demais empresas patrocinadoras do referido plano, referendada no 3º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão do Plano de Benefícios II – Aeromot, aprovado por meio da Portaria SPC – Diretoria de Análise Técnica, de nº. 2.158, de 27/03/2009, publicada no Diário Oficial da União de 28/03/2009.

Posteriormente, por meio do Despacho nº. 61, de 19/10/2009, publicado no Diário Oficial da União de 20/10/2009, a Secretaria de Previdência Complementar, através da Diretoria de Análise Técnica, aprovou o processo 44000.001604/2009-95, homologando o pedido de retirada de patrocínio da empresa Aeroeletrônica Indústria de Componentes Aviônicos S.A. dos Planos de Benefícios I e II – Aeromot.

Desta maneira os processos de liquidação dos Planos de Benefícios I e II – Aeromot, não envolvem os ativos e passivos inerentes à massa de participantes empregados da Aeroeletrônica.

Com a decretação da liquidação extrajudicial foram levantados, para cada um dos planos de benefícios, o balanço geral de liquidação e as demonstrações contábeis e atuariais necessárias à determinação do valor das reservas individuais, na forma do art. 51 da LC 109/01.

O déficit técnico (insuficiência patrimonial) dos Planos de Benefícios I e II – Aeromot – Em Liquidação Extrajudicial, apurado na data da liquidação extrajudicial, foi habilitado no Plano de Recuperação Judicial - PRJ das empresas patrocinadoras Aeromot Indústria Mecânica Metalúrgica S/A e Aeroespaço Serviços e Representações Ltda.

Além da habilitação acima citada foi proposta em face da empresa Aeromot Aeronaves e Motores S.A., que não se encontra em recuperação judicial, ação de cobrança dos mesmos valores habilitados no plano de recuperação das empresas Aeromot Indústria Mecânica Metalúrgica S/A e Aeroespaço Serviços e Representações Ltda., a qual foi distribuída sob o nº. 0023098-26-2011.8.19.0001, em trâmite na 25ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

Em 16/01/2018, foi proferida sentença julgando procedente a pretensão autoral e condenando o grupo AEROMOT ao pagamento da quantia de R\$ 3.427 mil, com correção monetária conforme os índices de atualização fixados pela Corregedoria Geral de Justiça Estadual acrescido de juros moratórios legais a partir de 19/11/2009.

As empresas Aeromot Aeronaves e Motores S.A., Aeromot Indústria Mecânico Metalúrgica S.A. e Aeroespaço Serviços e Representações Ltda., na forma dos termos de convênios vigentes, são solidárias para com a dívida do Plano de Benefícios II – Aeromot.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

É de se registrar que os valores habilitados contemplavam apenas as contribuições em atraso e não o déficit no Plano de Recuperação Judicial das empresas Aeromot Indústria Mecânica Metalúrgica Ltda e Aeroespço Serviços e Representações Ltda. Entretanto, o AERUS entrou com impugnação sendo julgada parcialmente procedente, deixando de contemplar os valores devidos pela Aeromot Aeronaves e Motores S.A.

Além da habilitação acima citada foi proposta em face da empresa Aeromot Aeronaves e Motores S.A, que não se encontra em recuperação judicial, ação de cobrança dos mesmos valores habilitados no plano de recuperação das empresas Aeromot Indústria Mecânica Metalúrgica Ltda e Aeroespço Serviços e Representações Ltda.

Aguardando julgamento que se encontra em face de perícia.

16.2.7.1. Plano de Benefícios I – Aeromot (CNPB 19.820.013-56) – Em Liquidação Extrajudicial

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano I - Aeromot	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com as eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 31/12/2023, R\$ 845 mil, correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos – aposentados e pensionistas, apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 19/11/2009 e conforme quadro a seguir:

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2009	5,207.54	5,207.54	-	0.62%
Ano de 2010	30,287.65	35,495.19	4,715.21	4.76%
Ano de 2011	32,406.09	67,901.28	10,751.71	9.31%
Ano de 2012	32,873.64	100,774.92	16,881.08	13.93%
Ano de 2013	32,873.64	133,648.56	22,997.18	18.55%
Ano de 2014	244,563.49	378,212.05	208,407.15	69.45%
Ano de 2015	157,543.06	535,755.11	90,839.82	74.19%
Ano de 2016 e 2017	-	535,755.11	91,151.11	74.23%
Ano de 2018 a 2024	-	535,755.11	90,839.82	74.19%

Valores em reais.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 74,19% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios, na data base de 31/12/2024, R\$ 375 mil (Em 2023, R\$ 338 mil) de patrimônio previdenciário total (Ativo Líquido), para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	R\$ - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano I - Aeromot	359,391.60	15,539.16	374,930.76

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 16 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 375 mil, poderá permitir cumprir mais 44,39% ($R\$ 374.930,76 \div R\$ 844.598,25 \times 100$) do valor principal total dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) – 2ª classe – 1º privilégio.

(b) Que nos próximos exercícios, a partir da realização dos ativos financeiros sem liquidez, a possibilidade de que o valor principal dos créditos dos participantes assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) seja honrado em sua totalidade.

Em caso de recebimento parcial ou total do déficit do plano, de responsabilidade da patrocinadora, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios I – Aeromot – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência abrange os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes – 2ª classe, 1º e 2º privilégios) e, também, os credores participantes ativos (2ª classe – 3º e 4º privilégios), além dos créditos da 3ª classe.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios I – Aeromot – Em Liquidação Extrajudicial apurada na referida data é de

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$ 3.006 mil (Em 2023, R\$ 2.695 mil). O aumento da insuficiência decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), as mesmas serão levadas a rateio de créditos observadas as classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial

Grupo Aeromot Plano I		Posição Patrimonial em 31/12/2024.	
1. Ativos Totais		633.740,64	
Realizável		633.740,64	
Gestão Administrativa		146.973,80	
Investimentos		486.766,84	
2. Exigíveis e Fundos		(258.809,88)	
Exigível Operacional		(91.202,49)	
Gestão Previdencial		(90.839,82)	
Investimentos		(362,67)	
Exigível Contingencial		(2.542,95)	
Investimentos		(2.542,95)	
Fundos		(165.064,44)	
Previdenciais		(18.090,64)	
Administrativos		(146.973,80)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)		374.930,76	
4. Passivo Atuarial		(3.381.169,15)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)		(3.381.169,15)	
Aposentados e Pensionistas - Principal		(218.003,32)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária		(697.048,52)	
Aposentados e Pensionistas - Juros		(1.921.837,22)	
Ativos - Principal		(95.954,89)	
Ativos - Correção Monetária		(130.055,66)	
Ativos - Juros		(318.269,54)	
5. Déficit/Superávit Técnico (3 - 4)		(3.006.238,39)	
6. Investimentos		483.865,26	
Renda Fixa Mercado		468.680,99	
Renda Variável Especiais		75,56	
Investimentos Imobiliários		15.108,71	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial		359.391,60	
Recursos Líquidos		468.680,99	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências		(109.289,39)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial		Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	
Compromissos Totais	11,09%	Compromissos Totais	10,63%
Aposentados e Pensionistas - Principal	171,98%	Aposentados e Pensionistas	12,67%

16.2.7.2. Plano de Benefícios II – Aeromot (CNPB 19.940.033-83) – Em Liquidação Extrajudicial

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano II - Aeromot	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com as eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 31/12/2023 R\$ 5.823 mil correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos – aposentados e pensionistas, apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 19/11/2009 e conforme quadro a seguir:

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2009	35,392.28	35,392.28	2,060.82	0.65%
Ano de 2010	215,677.57	251,069.85	14,779.94	4.61%
Ano de 2011	235,934.72	487,004.57	28,722.68	8.92%
Ano de 2012	239,621.21	726,625.78	42,858.62	13.31%
Ano de 2013	239,621.21	966,246.99	56,994.56	17.70%
Ano de 2014	4,813,800.13	5,780,047.12	-	100.00%
Ano de 2015	-	5,780,047.12	42,131.72	100.00%
Ano de 2016 a 2024	-	5,780,047.12	42,991.56	100.00%

Valores em reais.

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 100,00% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios, na data base de 31/12/2024, R\$ 1.736 mil (Em 2023, R\$ 1.618 mil) de patrimônio previdenciário total (Ativo Líquido), para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	RS - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	RS - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	RS - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano II - Aeromot	1,564,256.22	171,944.58	1,736,200.80

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 172 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 1.736 mil, permitirá cumprir parte do valor de correção monetária dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) habilitados na 2ª classe – 2º privilégio, do Quadro Geral de Credores.

Em caso de recebimento parcial ou total do déficit do plano, de responsabilidade da patrocinadora, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios II – Aeromot – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência abrange os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes – 2ª classe, 1º e 2º privilégios) e, também, os credores participantes ativos (2ª classe – 3º e 4º privilégios), além dos créditos da 3ª classe.

Em 2016, foi assinado termo de quitação entre o AERUS e alguns dos participantes assistidos do Plano de Benefícios II – Aeromot, dando quitação total aos valores, sem liquidez, ainda provisionado no passivo no plano. Com isso foi desabilitado do QGC o valor total de R\$ 2.414 mil.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios II – Aeromot – Em Liquidação Extrajudicial na referida data é de R\$ 5.114 mil (Em 2023, R\$ 4.540 mil). O aumento da insuficiência decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), as mesmas serão levadas a rateio de créditos observadas as classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial

Grupo Aeromot Plano II

Posição Patrimonial em 31/12/2024.

1. Ativos Totais		2.078.684,87	
Realizável		2.078.684,87	
Gestão Administrativa		140.286,18	
Investimentos		1.938.398,69	
2. Exigíveis e Fundos		(342.484,07)	
Exigível Operacional		(58.620,71)	
Gestão Previdencial		(54.679,29)	
Investimentos		(3.941,42)	
Exigível Contingencial		(28.914,51)	
Investimentos		(28.914,51)	
Fundos		(254.948,85)	
Previdenciais		(114.662,67)	
Administrativos		(140.286,18)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)		1.736.200,80	
4. Passivo Atuarial		(6.849.797,25)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)		(6.849.797,25)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária		(65.780,08)	
Aposentados e Pensionistas - Juros		(2.192.433,81)	
Ativos - Principal		(759.211,98)	
Ativos - Correção Monetária		(1.029.012,01)	
Ativos - Juros		(2.518.144,74)	
Demais Credores - Principal		(50.295,70)	
Demais Credores - Correção Monetária		(68.159,39)	
Demais Credores - Juros		(166.759,54)	
5. Déficit / Superávit Técnico (3 - 4)		(5.113.596,45)	
6. Investimentos		1.905.598,18	
Renda Fixa Mercado		1.737.565,81	
Renda Variável Especiais		833,62	
Investimentos Imobiliários		166.553,14	
Empréstimos a Participantes		645,61	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial		1.564.256,22	
Recursos Líquidos		1.737.565,81	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências		(173.309,59)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial	%	Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	
Compromissos Totais	25,35%	Compromissos Totais	22,84%
Aposentados e Pensionistas - Principal	0,00%	Aposentados e Pensionistas	69,27%

16.2.8. Plano de Benefícios II – Interbrasil (CNPB – 19.940.038-47) – Em Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial do Plano de Benefícios II – Interbrasil, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº. 19.940.038-47, foi decretada por meio da Portaria SPC nº 392, de 04/05/2006, publicada no Diário Oficial da União de 08/05/2006, basicamente, em razão do desequilíbrio atuarial e financeiro do referido plano e diante da situação de insolvência da patrocinadora InterBrasil Star S.A., com falência decretada em 12/07/2002.

Com a decretação da liquidação extrajudicial foram levantados o balanço geral de liquidação e as demonstrações contábeis e atuariais necessárias à determinação do valor das reservas individuais, na forma do art. 51 da LC 109/01.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Histórico da dívida da patrocinadora Interbrasil com o Plano de Benefícios II - Interbrasil

A dívida da Interbrasil é relativa às contribuições destinadas ao custeio do Plano de Benefícios II – Interbrasil, de responsabilidade da patrocinadora, das competências de agosto/2001 a janeiro/2002 e às contribuições retidas dos participantes e não repassadas ao plano de benefícios, das competências de agosto e setembro/2001.

Com a falência da Interbrasil foi habilitado o crédito do plano de benefícios, relativo às contribuições vencidas, no valor de R\$ 89 mil, atualizado pelo INPC (IBGE) e juros de 1% a.m. em 15/07/2002, data da falência. Inicialmente o crédito foi habilitado como quirografário, mas em 02/08/2005 foi julgado procedente o pedido de revisão da classificação para crédito privilegiado. O processo de habilitação na massa falida corre na 32ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo sob o nº 2001.320445-9/05. O valor habilitado, atualizado em 31/12/2023 monta em R\$ 4.458 mil (Em 2022, R\$ 3.808 mil), considerando o principal, correção monetária pelo INPC (IBGE) e juros de 1% a.m.

Com a liquidação extrajudicial do plano de benefícios, o déficit técnico (insuficiência patrimonial) do Plano de Benefícios II – Interbrasil – Em Liquidação Extrajudicial, de responsabilidade da patrocinadora Interbrasil, foi apurado na data da liquidação extrajudicial e encontra-se em habilitação em seu processo de falência.

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano II - Interbrasil	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com as eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 31/12/2023, R\$ 1.100 mil, correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos – aposentados e pensionistas, apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 08/05/2006 e conforme quadro a seguir:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2006	47,702.42	47,702.42	4.34%
Ano de 2007	55,791.93	103,494.35	9.41%
Ano de 2008	66,131.03	169,625.38	15.42%
Ano de 2009	59,059.56	228,684.94	20.79%
Ano de 2010	60,655.74	289,340.68	26.31%
Ano de 2011	65,752.38	355,093.06	32.28%
Ano de 2012	66,262.03	421,355.09	38.30%
Ano de 2013	66,299.28	487,654.37	44.33%
Ano de 2014	377,635.73	865,290.10	78.67%
Ano de 2015	234,616.08	1,099,906.18	100.00%
Ano de 2016 a 2024	-	1,099,906.18	100.00%

Valores em reais.

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 100,00% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios, na data base de 31/12/2024, R\$ 441 mil (Em 2023, R\$ 405 mil) de patrimônio previdenciário total, para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	RS - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	RS - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	RS - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano II - Interbrasil	409,282.83	32,003.00	441,285.83

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

(a) Que a partir da realização o patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 32 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 441 mil, permitirá cumprir parte do valor de correção monetária dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) habilitados na 2ª classe – 2º privilégio, do Quadro Geral de Credores.

Em caso de recebimento parcial ou total do déficit do plano, de responsabilidade da patrocinadora, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios II – Interbrasil – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

abrange os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes – 2ª classe, 1º e 2º privilégios) e, também, os credores participantes ativos (2ª classe – 3º e 4º privilégios), além dos créditos da 3ª classe.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios II – Interbrasil – Em Liquidação Extrajudicial na referida data é de R\$ 4.975 mil (Em 2023 R\$ 4.468 mil). O aumento da insuficiência decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), as mesmas serão levadas a rateio de créditos observadas as classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial		Posição Patrimonial em 31/12/2024.		
Interbrasil Plano II				
1. Ativos Totais			751.588,78	
Realizável			751.588,78	
Gestão Administrativa			75.666,05	
Investimentos			675.922,73	
2. Exigíveis e Fundos			(310.302,95)	
Exigível Operacional			(743,61)	
Investimentos			(743,61)	
Exigível Contingencial			(20.514,97)	
Gestão Previdencial			(15.600,00)	
Investimentos			(4.914,97)	
Fundos			(289.044,37)	
Previdenciais			(213.378,32)	
Administrativos			(75.666,05)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)			441.285,83	
4. Passivo Atuarial			(5.415.805,25)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)			(5.415.805,25)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária			(797.476,60)	
Aposentados e Pensionistas - Juros			(3.460.900,12)	
Ativos - Principal			(26.675,26)	
Ativos - Correção Monetária			(47.430,33)	
Ativos - Juros			(144.723,93)	
Demais Credores - Principal			(114.433,13)	
Demais Credores - Correção Monetária			(203.454,64)	
Demais Credores - Juros			(620.711,24)	
5. Déficit / Superávit Técnico (3 - 4)			(4.974.519,42)	
6. Investimentos			670.270,92	
Renda Fixa Mercado			639.000,91	
Investimentos Imobiliários			31.205,10	
Empréstimos a Participantes			64,91	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial			409.282,83	
Recursos Líquidos			639.000,91	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências			(229.718,08)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial		%	Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	%
Compromissos Totais		8,15%	Compromissos Totais	7,56%
Aposentados e Pensionistas - Principal		0,00%	Aposentados e Pensionistas	9,61%

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2.9. Plano de Benefícios II – FRB (CNPB 20.020.032-38) – Em Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial do Plano de Benefícios II – FRB, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº. 20.020.032-38, foi decretada por meio da Portaria SPC nº 3.163, de 18/11/2009, publicada no Diário Oficial da União de 19/11/2009, basicamente, em razão do desequilíbrio atuarial e financeiro do referido plano e da ausência de medidas concretas da patrocinadora Fundação Ruben Berta para a cobertura do déficit técnico do plano.

Com a decretação da liquidação extrajudicial foram levantados o balanço geral de liquidação e as demonstrações contábeis e atuariais necessárias à determinação do valor das reservas individuais, na forma do art. 51 da LC 109/01.

O déficit técnico (insuficiência patrimonial) dos Planos de Benefícios II – FRB – Em Liquidação Extrajudicial, apurado na data da liquidação extrajudicial, de responsabilidade da patrocinadora Fundação Ruben Berta foi encaminhado através da CARTA FRBLIQ 001/2010 de 01/03/2010. Sem êxito na cobrança administrativa, o AERUS propôs ação de cobrança em 18/11/2011, em face da Fundação Ruben Berta, distribuída junto à 34ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro sob o nº. 0014908-74.2011.8.19.0001, no valor de R\$ 30.000 mil.

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano II - FRB	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com as eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 31/12/2023, R\$ 33.816 mil, correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos – aposentados e pensionistas, apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 19/11/2009 e conforme quadro a seguir:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2009	162,889.24	162,889.24	7,420.61	0.50%
Ano de 2010	989,851.03	1,152,740.27	50,970.66	3.56%
Ano de 2011	1,110,536.02	2,263,276.29	87,495.65	6.95%
Ano de 2012	1,117,913.78	3,381,190.07	134,173.60	10.39%
Ano de 2013	1,123,035.41	4,504,225.48	181,122.91	13.86%
Ano de 2014	1,136,273.05	5,640,498.53	214,769.28	17.31%
Ano de 2015	2,304,835.38	7,945,333.91	710,004.76	25.60%
Ano de 2016	1,187,122.08	9,132,455.99	709,836.02	29.11%
Ano de 2017	1,130,215.61	10,262,671.60	738,417.05	32.53%
Ano de 2018	1,136,927.68	11,399,599.28	771,915.03	35.99%
Ano de 2019	1,169,841.54	12,569,440.82	806,326.62	39.55%
Ano de 2020	1,349,235.55	13,918,676.37	860,930.29	43.71%
Ano de 2021	1,431,890.22	15,350,566.59	832,914.37	47.86%
Ano de 2022	615,331.01	15,965,897.60	876,635.92	49.81%
Ano de 2023	236,563.91	16,202,461.51	1,014,906.52	50.91%
Ano de 2024	646,072.41	16,848,533.92	1,936,224.28	55.55%

Valores em reais.

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios II – FRB “em liquidação extrajudicial” pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 55,55% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios, na data base de 31/12/2024, R\$ 920 mil (Em 2023, R\$ 1.923 mil) de patrimônio previdenciário total (Ativo Líquido), para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	RS - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	RS - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	RS - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano II - FRB	190,810.72	729,099.26	919,909.98

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 729 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente em

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2024, no valor de R\$ 920 mil, poderá permitir cumprir mais 2,72% ($R\$ 919.909,98 \div R\$ 33.816.405,98 \times 100$) do valor principal total dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) – 2ª classe – 1º privilégio.

(b) Que nos próximos exercícios, a partir da realização dos ativos financeiros sem liquidez, a possibilidade de que o valor principal dos créditos dos participantes assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) seja honrado em no máximo 58,27% (55,55% +2,72%).

Em caso de recebimento parcial ou total do déficit do plano, de responsabilidade da patrocinadora, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios II – FRB – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência abrange os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes – 2ª classe, 1º e 2º privilégios) e, também, os credores participantes ativos (2ª classe – 3º e 4º privilégios), além dos créditos da 3ª classe.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios II – FRB - Em Liquidação Extrajudicial na referida data é de R\$ 144.655 mil (Em 2023, R\$ 130.405 mil). O aumento da insuficiência decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), as mesmas serão levadas a rateio de créditos observadas as classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial

FRB Plano II		Posição Patrimonial em 31/12/2024.	
1. Ativos Totais		7.978.216,56	
Realizável		7.978.216,56	
Gestão Previdencial			130.556,15
Gestão Administrativa			1.596.039,81
Investimentos			6.251.620,60
2. Exigíveis e Fundos		(7.058.306,58)	
Exigível Operacional		(3.452.636,01)	
Gestão Previdencial			(3.438.295,05)
Investimentos			(14.340,96)
Exigível Contingencial		(85.159,70)	
Investimentos			(85.159,70)
Fundos		(3.520.510,87)	
Previdenciais			(1.924.471,06)
Administrativos			(1.596.039,81)
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)		919.909,98	
4. Passivo Atuarial		(145.574.780,84)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)			(145.574.780,84)
Aposentados e Pensionistas - Principal			(15.031.647,78)
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária			(35.702.688,51)
Aposentados e Pensionistas - Juros			(92.474.726,53)
Ativos - Principal			(371.152,24)
Ativos - Correção Monetária			(503.034,30)
Ativos - Juros			(1.230.949,33)
Demais Credores - Principal			(45.975,73)
Demais Credores - Correção Monetária			(62.284,66)
Demais Credores - Juros			(152.321,76)
5. Déficit / Superávit Técnico (3 - 4)		(144.654.870,86)	
6. Investimentos		6.152.191,97	
Renda Fixa Mercado			5.567.897,24
Renda Variável Especiais			2.856,17
Investimentos Imobiliários			571.111,24
Empréstimos a Participantes			10.327,32
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial		190.810,72	
Recursos Líquidos			5.567.897,24
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências			(5.377.086,52)
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial		Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	
	%		%
Compromissos Totais	0,63%	Compromissos Totais	0,13%
Aposentados e Pensionistas - Principal	6,12%	Aposentados e Pensionistas	0,13%

16.2.10. Plano de Benefícios II – VarigLog (CNPB 20.020.037-18) – Em Liquidação Extrajudicial

O Plano de Benefícios II – VarigLog, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº. 20.020.037-18, teve a liquidação extrajudicial decretada por meio da Portaria SPC nº 2.739, de 10/02/2009, publicada no Diário Oficial da União de 12/02/2009, basicamente, em razão do desequilíbrio atuarial e financeiro do referido plano.

Com a decretação da liquidação extrajudicial foram levantados, para cada um dos planos de benefícios, o balanço geral de liquidação e as demonstrações contábeis e atuariais necessárias à determinação do valor das reservas individuais, na forma do art. 51 da LC 109/01.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Inicialmente o AERUS ingressou com ação ordinária de cobrança (processo nº. 2008.001.063401-5) referente às contribuições em atraso. A ação foi suspensa posteriormente em virtude do pedido de recuperação judicial da VarigLog.

Com a liquidação extrajudicial, o déficit técnico (insuficiência patrimonial) do Plano de Benefícios II – VarigLog – Em Liquidação Extrajudicial, apurado na data da liquidação, de responsabilidade da patrocinadora Varig Logística S/A – Em Recuperação Judicial foi habilitado em seu plano de recuperação judicial, conforme teores da carta VARIGLOG LIQ 006/09, datada de 13/08/2009.

A dívida da patrocinadora Varig Logística S.A. foi aprovada em seu Plano de Recuperação Judicial, nos seguintes termos, conforme extrato do PRJ:

“5.5. AERUS: As condições de pagamentos aplicáveis aos Créditos detidos pelo Plano de Benefícios II – VarigLog, administrado pelo Instituto Aerus de Seguridade Social, identificado na relação de Credores como Fundo de Previdência Privada Aerus, restaram acordadas das seguintes formas:

5.5.1. Considerando a decretação da liquidação extrajudicial do Plano de Benefícios II – VarigLog, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB, sob o número 20.020.037-18, conforme Portaria nº 2.739, publicada no DOU de 12.02.2009, expedida pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social – SPC/MPS, patrocinado pela Recuperanda em favor do universo restrito de seus empregados e diretores, operado e administrado pelo Instituto Aerus de Seguridade Social na forma da Lei Complementar 109/2001.

5.5.2. Considerando que o Crédito do Instituto Aerus de Seguridade Social na qualidade de representante e administrador de recursos financeiros indisponíveis de terceiros pertencentes aos aposentados, pensionistas e empregados participantes da Recuperanda no referido Plano de Benefícios II – VarigLog corresponde, na forma da Lei, do Regulamento do Plano e demais disposições contratuais ao déficit técnico do Plano de Benefícios II – VarigLog, posicionado na data da decretação da sua liquidação extrajudicial pelo órgão governamental competente atualizado até a data da homologação em juízo do pedido de Recuperação Judicial.

5.5.3. Considerando que tal déficit é do conhecimento da Patrocinadora (Recuperanda) através da carta VarigLiq 006/2009 encaminhada pelo Instituto Aerus de Seguridade Social, datada de 13/08/2009.

5.5.4. Fica estabelecido no presente Plano de Recuperação Judicial da Varig Logística S.A.:

5.5.4.1. Que o valor do Crédito do Instituto Aerus observará até o seu efetivo pagamento, a forma de correção necessária ao cumprimento das obrigações previstas no regulamento do Plano de Benefícios II – VarigLog.

5.5.4.2. Que o pagamento efetivo dos Créditos do Instituto Aerus será realizado em 120 (cento e vinte) parcelas, corrigidas na forma prevista no subitem 5.5.4.1, sendo a primeira parcela devida após 12 (doze) meses após a Data de Homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.5.4.3. *Que as partes podem, após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a qualquer tempo, e de comum acordo, contratar empresa de assessoria atuarial de renome nacional, para avaliar a pertinência de adoção de fluxo financeiro de pagamento diferente ao previsto no subitem 5.5.4.2.*

5.5.5. *A Recuperanda se reserva ao direito de contratar empresa de assessoria atuarial de renome nacional, para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial possa auditar os valores considerados como Créditos do Instituto Aerus de Seguridade Social, sendo que eventuais divergências, após sanadas entre as partes, serão apresentadas ao juízo responsável pelo processo de recuperação judicial.”*

Em novembro/2011 a VarigLog efetuou o pagamento de R\$ 188 mil como parte do crédito habilitado no PRJ em favor do AERUS, pertencente ao plano de benefícios por ela patrocinado.

O AERUS apresentou impugnação ao valor do crédito habilitado, haja vista que para efeitos de habilitação, foi utilizado o cálculo do déficit provisório efetuado à época do prazo de habilitação.

A Impugnação de Crédito nº. 0040518-77.2010.8.26.0100, apresentada pelo AERUS por ocasião da Recuperação Judicial, teve seus autos entregues em definitivo ao Administrador Judicial, devido à convalidação em falência.

Em decisão proferida em 20/10/2017, o MM. Juízo nomeou como perito atuarial a Expertise mais Serviços Contábeis e Administrativos, com posterior manifestação informando seus honorários periciais.

Por fim, as partes foram intimadas a se manifestarem acerca dos honorários periciais.

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano II - VarigLog	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 31/12/2023, R\$ 43.349 mil, correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos – aposentados e pensionistas (2ª classe – 1º privilégio), apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 12/02/2009 e conforme quadro a seguir:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2009	1,698,154.21	1,698,154.21	102,823.16	4.15%
Ano de 2010	2,000,158.49	3,698,312.70	120,623.24	8.81%
Ano de 2011	2,238,384.34	5,936,697.04	101,431.17	13.94%
Ano de 2012	12,000,001.56	17,936,698.60	1,976,618.46	45.94%
Ano de 2013	2,708,997.91	20,645,696.51	559,559.18	48.92%
Ano de 2014	4,633,307.47	25,279,003.98	349,961.88	59.12%
Ano de 2015	3,513,782.66	28,792,786.64	259,737.59	67.02%
Ano de 2016	2,422,067.20	31,214,853.84	399,601.84	72.93%
Ano de 2017	1,976,153.04	33,191,006.88	433,733.49	77.57%
Ano de 2018	1,112,589.94	34,303,596.82	494,073.38	80.27%
Ano de 2019	-	34,303,596.82	494,073.38	80.27%
Ano de 2020	12,396.11	34,315,992.93	481,677.27	80.27%
Ano de 2021	1,235,525.82	35,551,518.75	488,612.11	83.14%
Ano de 2022	106,585.87	35,658,104.62	382,026.24	83.14%
Ano de 2023	911,077.39	36,569,182.01	528,672.95	85.58%
Ano de 2024	1,087,571.88	37,656,753.89	737,246.71	88.57%

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 88,57% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios, na data base de 31/12/2024, R\$ 1.438 mil (Em 2023, R\$ 2.133 mil) de patrimônio previdenciário total (Ativo Líquido), para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	R\$ - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano II - VarigLog	250,366.42	1,187,792.39	1,438,158.81

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

(a) Que a partir da realização o patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 1.188 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 1.438 mil, poderá permitir cumprir mais 3,32% (R\$ 1.438.158,81 ÷ R\$

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

43.349.349,91 x 100) do valor principal total dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) – 2ª classe – 1º privilégio.

(b) Que nos próximos exercícios, a partir da realização dos ativos financeiros sem liquidez, a possibilidade de que o valor principal dos créditos dos participantes assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) seja honrado em no máximo 91,89% (88,57% + 3,32%).

Em caso de recebimento parcial ou total do déficit do plano, de responsabilidade da patrocinadora, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios II – VarigLog – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência abrange os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes – 2ª classe, 1º e 2º privilégios) e, também, os credores participantes ativos (2ª classe – 3º e 4º privilégios), além dos créditos da 3ª classe.

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios II – VarigLog – Em Liquidação Extrajudicial na referida data é de R\$ 205.507 mil (Em 2023, R\$ 185.230 mil). O aumento da insuficiência decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), as mesmas serão levadas a rateio de créditos observadas as classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial

Varig Log Plano II

Posição Patrimonial em 31/12/2024.

1. Ativos Totais		6.150.466,47	
Realizável		6.150.466,47	
Gestão Previdencial		55.833,71	
Gestão Administrativa		1.532.498,06	
Investimentos		4.562.134,70	
2. Exigíveis e Fundos		(4.712.307,66)	
Exigível Operacional		(2.682.234,62)	
Gestão Previdencial		(2.656.483,76)	
Investimentos		(25.750,86)	
Exigível Contingencial		(181.418,16)	
Investimentos		(181.418,16)	
Fundos		(1.848.654,88)	
Previdenciais		(316.156,82)	
Administrativos		(1.532.498,06)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)		1.438.158,81	
4. Passivo Atuarial		(206.945.307,50)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)		(206.945.307,50)	
Aposentados e Pensionistas - Principal		(4.955.349,31)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária		(29.938.190,86)	
Aposentados e Pensionistas - Juros		(92.689.670,68)	
Ativos - Principal		(5.307.474,29)	
Ativos - Correção Monetária		(7.546.418,31)	
Ativos - Juros		(19.482.600,07)	
Demais Credores - Principal		(7.574.089,08)	
Demais Credores - Correção Monetária		(10.841.224,87)	
Demais Credores - Juros		(28.610.290,03)	
5. Déficit/Superávit Técnico (3 - 4)		(205.507.148,69)	
6. Investimentos		4.355.044,30	
Renda Fixa Mercado		3.248.781,46	
Renda Variável Especiais		3.328,64	
Investimentos Imobiliários		1.093.941,42	
Empréstimos a Participantes		8.992,78	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial		250.366,42	
Recursos Líquidos		3.248.781,46	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências		(2.998.415,04)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial	%	Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	%
Compromissos Totais	0,69%	Compromissos Totais	0,12%
Aposentados e Pensionistas - Principal	29,02%	Aposentados e Pensionistas	0,20%

16.2.12. Planos de Benefícios II – Tropical – Em Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial do Plano de Benefícios II – Tropical, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o n°. 20.020.043-74, foi decretada por meio da Portaria n° 413, de 27/07/2012, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicada no Diário Oficial da União n° 146, de 30/07/2012, seção 1, página 106.

O regime especial de liquidação extrajudicial foi decretado, basicamente, em razão do desequilíbrio atuarial e financeiro do referido plano e da ausência de medidas concretas da patrocinadora Companhia Tropical de Hotéis para a cobertura do déficit técnico do plano.

Com a decretação da liquidação extrajudicial foram levantados o balanço geral de liquidação e as demonstrações contábeis e atuariais necessárias à determinação do valor das reservas individuais, na forma do art. 51 da LC 109/01.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O AERUS apresentou habilitação de crédito junto à falência nº. 00565719020178190001, em trâmite na 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 3.758.799,69 (três milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos).

A habilitação inicialmente foi negada pelo Administrador Judicial e o AERUS apresentou as impugnações de crédito, requerendo a habilitação do crédito no valor de R\$ 1.607.132,48 da Companhia Tropical de Hotéis e R\$ 1.497.677.925,60 em relação ao crédito da VPSC.

O Administrador Judicial concordou em habilitar o crédito da companhia Tropical de Hotéis e estamos aguardando julgamento da impugnação da VPSC.

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos - 4ª fase
Plano II - Tropical	Concluído	Concluído	Concluído	Em andamento

O valor principal do total de compromissos do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio), apurado na data da liquidação extrajudicial, com eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força das disposições legais, monta em 31/12/2024 e 31/12/2023, R\$ 1.705 mil, correspondente à somatória das reservas matemáticas individuais dos assistidos – aposentados e pensionistas (2ª classe – 1º privilégio), apuradas pelo atuário, na forma do artigo 51, da LC 109/2001, conforme Quadro Geral de Credores Definitivo.

As antecipações e/ou rateios de créditos entre os credores assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) foram realizados a partir de 02/09/2012 e conforme quadro a seguir:

Antecipação ou Rateio	Valor Distribuído	Valor Distribuído Acumulado	Valor Retido Acumulado	% de Isonomia após Rateio
Ano de 2012	17,204.70	17,204.70	-	1.01%
Ano de 2013	44,736.22	61,940.92	-	3.63%
Ano de 2014	42,417.63	104,358.55	16,218.11	7.07%
Ano de 2015	71,870.96	176,229.51	16,453.84	11.30%
Ano de 2016	39,590.25	215,819.76	29,580.84	14.39%
Ano de 2017	40,551.68	256,371.44	33,706.47	17.01%
Ano de 2018	18,268.59	274,640.03	36,071.06	18.22%
Ano de 2019 a 2024	-	274,640.03	36,071.06	18.22%

Valores em reais.

O “valor retido acumulado” refere-se aos pagamentos de rateios de créditos bloqueados ou reservados contabilmente, aguardando solução de pendências por parte de credores (recadastramento, inventário, decisões judiciais, etc.).

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O percentual de isonomia acumulado em 31/12/2024 equivale a dizer que o plano de benefícios pagou ou reservou contabilmente para pagamento até a referida data 18,22% do valor principal dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio).

Restam ainda no referido plano de benefícios, na data base de 31/12/2024, R\$ 200 mil (Em 2023, R\$ 205 mil) de patrimônio previdenciário total (Ativo Líquido), para ser rateado aos credores previdenciários, observadas as classes e níveis de privilégio de concurso. Esse patrimônio previdenciário é formado de ativos financeiros com liquidez e sem liquidez imediata, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	R\$ - Patrimônio Previdenciário com Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário sem Liquidez 31.12.2024	R\$ - Patrimônio Previdenciário Total 31.12.2024
Plano II - Tropical	83,009.46	116,574.79	199,584.25

O quadro acima permite depreender as seguintes expectativas:

(a) Que a partir da realização do patrimônio previdenciário sem liquidez existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 117 mil, o patrimônio previdenciário total ainda existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 200 mil, poderá permitir cumprir mais 11,70% ($R\$ 199.584,25 \div R\$ 1.705.232,61 \times 100$) do valor principal total dos compromissos previdenciários com os participantes assistidos credores (aposentados e pensionistas) – 2ª classe – 1º privilégio.

(b) Que nos próximos exercícios, a partir da realização dos ativos financeiros sem liquidez, a possibilidade de que o valor principal dos créditos dos participantes assistidos (aposentados e pensionistas – 2ª classe – 1º privilégio) seja honrado em no máximo 29,92% (18,22% + 11,70%).

Em caso de recebimento parcial ou total do déficit do plano, de responsabilidade da patrocinadora, as expectativas acima poderão ser alteradas.

Não existe patrimônio previdenciário suficiente no Plano de Benefícios II – Tropical – Em Liquidação Extrajudicial para pagamento integral dos credores previdenciários. A insuficiência abrange os credores participantes assistidos (aposentados e pensionistas, que têm na forma do § 3º, do artigo 50, privilégio sobre os demais participantes – 2ª classe, 1º e 2º privilégios) e, também, os credores participantes ativos (2ª classe – 3º e 4º privilégios), além dos créditos da 3ª classe.

Tramita na 40ª. Vara Cível da Comarca de São Paulo ação de cobrança nº 1085244-46.2015.8.26.0100, visando à satisfação da dívida oriunda do déficit técnico apurado na data de publicação do decreto de liquidação extrajudicial do Plano de Benefícios II no valor de R\$ 1.929 mil.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme pode ser verificada na posição patrimonial em 31/12/2024, a insuficiência patrimonial do Plano de Benefícios II – Tropical – Em Liquidação Extrajudicial na referida data é de R\$ 6.838 mil (Em 2023, R\$ 6.154 mil). O aumento da insuficiência decorre, principalmente, da apropriação da correção monetária e juros dos compromissos previdenciários.

Havendo sobras de recursos de valores financeiros provisionados para pagamento dos exigíveis (classe superior à dos participantes credores), as mesmas serão levadas a rateio de créditos observado às classes e níveis de privilégios de concurso.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial		Posição Patrimonial em 31/12/2024.	
Grupo Tropical Plano II			
1. Ativos Totais		883.886,13	
Realizável		883.886,13	
Gestão Previdencial		3.632,13	
Gestão Administrativa		628.750,28	
Investimentos		251.503,72	
2. Exigíveis e Fundos		(684.301,88)	
Exigível Operacional		(44.506,42)	
Gestão Previdencial		(36.071,06)	
Investimentos		(8.435,36)	
Exigível Contingencial		(11.045,18)	
Investimentos		(11.045,18)	
Fundos		(628.750,28)	
Administrativos		(628.750,28)	
3. Ativo Líquido - Patrimônio de Cobertura dos Planos (1 - 2)		199.584,25	
4. Passivo Atuarial		(7.037.305,63)	
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)		(7.037.305,63)	
Aposentados e Pensionistas - Principal		(1.394.521,52)	
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária		(1.556.513,19)	
Aposentados e Pensionistas - Juros		(2.939.256,45)	
Ativos - Principal		(289.983,74)	
Ativos - Correção Monetária		(295.875,95)	
Ativos - Juros		(552.358,12)	
Demais Credores - Principal		(4.224,92)	
Demais Credores - Correção Monetária		(1.849,97)	
Demais Credores - Juros		(2.721,77)	
5. Déficit/Superávit Técnico (3 - 4)		(6.837.721,38)	
6. Investimentos		232.026,57	
Renda Fixa Mercado		127.517,15	
Renda Variável Especiais		204,01	
Investimentos Imobiliários		66.058,97	
Empréstimos a Participantes		38.246,44	
7. Liquidez para Cobertura do Passivo Atuarial		83.009,46	
Recursos Líquidos		127.517,15	
(-) Exigíveis e Fundos, deduzidos da Participação no PGA e dos Depósitos Judiciais c/ Provisão p/ Contingências		(44.507,69)	
Nível de Cobertura do Passivo Atuarial		Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	
Compromissos Totais		2,84%	
Aposentados e Pensionistas - Principal		14,31%	
Compromissos Totais		1,18%	
Aposentados e Pensionistas		1,41%	

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2.13. Plano de Benefícios - PPCHT (CNPB 19.840.003-65) – Em Liquidação Extrajudicial

A Secretaria de Previdência Complementar - SPC, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, devido à insuficiência do patrimônio previdenciário do Plano de Benefícios – PPCHT (Pecúlio por Perda do Certificado de Habilitação Técnica), patrocinado pelos próprios participantes, decretou a liquidação extrajudicial do referido plano de benefícios, através da Portaria SPC nº. 585, de 28/07/2006, publicada do Diário Oficial da União de 31/07/2006. O plano está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 19.840.003-65.

Ainda tramitam ações judiciais movidas por participantes requerendo sua inclusão no plano, o jurídico do AERUS está no aguardo do trânsito em julgado, para invocar o artigo 53 da Lei Complementar 109/01.

Plano de Benefícios "Em liquidação extrajudicial"	Aviso aos credores para declaração de créditos - 1ª fase	Quadro Geral de Credores Provisório - QGCP - 2ª fase	Quadro Geral de Credores Definitivo - QGCD - 3ª fase	Rateio de créditos 4ª fase
PPCHT	Concluído	Concluído	Concluído	Não existe patrimônio previdenciário a ratear

O valor principal dos créditos apurados na data da liquidação extrajudicial, com eventuais alterações ocorridas por decisões judiciais e/ou por força de disposições legais totalizava em 31/12/2024 R\$ 3.855 mil, sendo R\$ 3.847 mil com privilégio especial e R\$ 8 mil quirografários.

Em cumprimento de decisões judiciais foram pagos R\$ 232 mil, relativo ao principal dos créditos com privilégio especial (2ª classe – 1º privilégio). Em virtude do esgotamento do patrimônio, o AERUS obteve decisões favoráveis à suspensão dos pagamentos.

Em 2018 o AERUS reconheceu e registrou contabilmente os valores referentes à correção monetária e juros do Quadro Geral de Credores dos participantes do Pecúlio por Perda do Certificado de Habilitação Técnica.

Para o PPCHT, em razão do patrimônio previdenciário inexistente (passivo a descoberto), não há rateio de crédito.

Em 31/12/2024 o passivo a descoberto (insuficiência patrimonial) é de R\$ 28.686 mil.

A posição patrimonial em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto AERUS de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial

PPCHT

Posição Patrimonial em 31/12/2024.

4. Passivo Atuarial	(28.686.243,34)
Liquidação Extrajudicial (Quadro Geral de Credores)	(28.686.243,34)
Aposentados e Pensionistas - Principal	(3.846.536,21)
Aposentados e Pensionistas - Correção Monetária	(6.300.446,04)
Aposentados e Pensionistas - Juros	(18.471.590,16)
Demais Credores - Principal	(8.335,50)
Demais Credores - Correção Monetária	(14.805,76)
Demais Credores - Juros	(44.529,67)
5. Déficit/Superávit Técnico (3 - 4)	(28.686.243,34)

Nível de Cobertura do Passivo Atuarial	%	Nível de Liquidez (Passivo Atuarial)	%
Compromissos Totais	0,00%	Compromissos Totais	0,00%
Aposentados e Pensionistas - Principal	0,00%	Aposentados e Pensionistas	0,00%

17. Transferência de gerenciamento

Em 26/11/2010 a TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A., sucessora da VEM – Varig Engenharia e Manutenção S.A., comunicou a decisão de transferir o gerenciamento do Plano de Benefícios II – VEM (CNPB nº 2002.0038-74) por ela patrocinado, para a Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros. A data-base utilizada na formalização do processo de transferência foi 31/12/2010.

A transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios II – VEM para a Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros foi aprovada por meio da Portaria nº 92, de 17/02/2012, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicada no Diário Oficial da União nº 36, de 22/02/2012, seção 1, página 21.

Com a aprovação do órgão competente, o patrimônio (conjunto de bens, direitos e obrigações) do Plano foi apurado na data da efetiva transferência e repassado à Petros, que ficou responsável pelo gerenciamento do respectivo Plano.

Os termos e condições para a transferência do gerenciamento do Plano e as obrigações do AERUS, da TAP e da Petros foram firmados no Termo de Transferência de Gestão em 19 de outubro de 2011 e aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O Ativo Líquido, que corresponde aos ativos totais, deduzidos dos exigíveis e fundos não previdenciais, apurado em 31/05/2012, está demonstrado a seguir:

Ativo total	261.577
(-) Exigível operacional	(4.034)
(-) Exigível contingencial	(26.104)
(-) Fundo administrativo	(6.204)
Ativo líquido	225.235

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme disposições do Termo de Transferência de Gestão os recursos do Plano aplicados em investimentos sem liquidez imediata (imóveis e empréstimos) foram sub-rogados à TAP e não foram transferidos à Petros, devendo a patrocinadora TAP proceder ao aporte dos recursos correspondentes diretamente no Plano, em moeda corrente do país, no mesmo prazo estabelecido para a transferência dos recursos do Plano pelo AERUS à Petros.

O Ativo Líquido do Plano transferido à Petros foi ajustado pelos valores a receber da gestão previdencial, exceto depósitos judiciais/recursais e tributos retidos a recuperar, pelos investimentos sem liquidez imediata (imóveis e empréstimos), sub-rogados à TAP, e pelas obrigações de responsabilidade do AERUS não passíveis de transferência (retenção tributárias e custos diretos da administração dos investimentos), além de obrigações vencíveis no período de 1º a 15 de junho de 2012. O Ativo Líquido Ajustado transferido à Petros está demonstrado a seguir:

Ativo líquido	225.235
(-) Realizável da gestão previdencial	(1.961)
(+) IRRF a recuperar/compensar – gestão previdencial	-
(+) Depósitos judiciais/recursais – gestão previdencial	40
(-) Proventos (dividendos e juros s/ cap. próprio) – ações	(1.046)
(-) Venda de ações a liquidar – investimentos	(304)
(+) Exigível operacional – gestão previdencial	3.441
(-) Folha de benefícios ref. maio/12 – gestão previdencial	(939)
(-) Pensão alimentícia ref. maio/12 – gestão previdencial	(6)
(-) Tributos retidos a recolher – gestão previdencial	(108)
(+) Fundo administrativo	6.204
(-) Investimentos imobiliários	(4.955)
(-) Empréstimos	(14)
Ativo líquido ajustado	225.587

A composição do valor transferido à Petros, referente ao Ativo Líquido Ajustado do Plano é como segue:

Recursos do Plano em moeda corrente (resgate de fundos de investimento)	190.932
Recursos do Plano referente à participação no fundo administrativo – PGA	6.204
Transferência de valores mobiliários (titularidade de ações na CBLC)	28.451
Total de recursos transferidos	225.587

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recursos do Plano aplicados em fundos de investimentos e os recursos do Plano referente à participação no fundo administrativo do PGA foram resgatados e transferidos, em moeda corrente do país, em 15 de junho de 2012.

A transferência de titularidade das ações correspondente à participação do Plano foi efetivada em 22 de junho de 2012.

Conforme Termo de Transferência de Gestão a TAP assume o compromisso da transferência de R\$ 4.970 mil, em moeda corrente do país, diretamente à Petros correspondente ao aporte e cobertura dos recursos do Plano aplicados em investimentos sem liquidez imediata (imóveis e empréstimos), como segue:

Investimentos imobiliários	4.956
Empréstimos a participantes	14
Total recursos sem liquidez imediata	4.970

Os recursos sub-rogados à TAP serão repassados quando da realização efetiva, de acordo com os termos e condições firmados em instrumento particular entre as partes, conforme prevê o Termo de Transferência de Gestão homologado pela PREVIC.

O Ativo Líquido Ajustado, apurado em 31 de maio de 2012, foi acrescido ou deduzido da movimentação financeira do Plano, ocorrida no período de 1º a 26 de junho de 2012, e repassado à Petros para incorporação ao patrimônio do Plano. Os ajustes produziram um resíduo no valor de R\$ 1.835 mil, transferido à Petros em 29 de junho de 2012.

Permanecerão em poder do AERUS os recursos retidos para o cumprimento de obrigações intransferíveis, em nome da Entidade e de responsabilidade do Plano que ora se transfere.

Os procedimentos, termos e condições para a devolução/repasse ao Plano de valores retidos ou recuperados, bem como, a cobrança de valores insuficientes para o cumprimento de demandas relativas ao Plano foram disciplinados no Termo de Transferência de Gestão homologado pela PREVIC.

Em 11/10/2012 e 18/06/2013, dando continuidade ao disposto no Termo de Transferência de Gestão, o AERUS transferiu para Petros os valores de R\$ 144 mil e R\$ 752 mil, respectivamente, correspondente as ações envolvendo ex-participantes do plano de benefício II - VEM em que ocorreu a substituição processual para a Petros.

Em 24/09/2013 atendendo ao disposto na clausula 1ª, parágrafo 1º do Instrumento Particular de Transferência de Valores e Outros Pactos, firmado entre o AERUS e a TAP em 27 de setembro de 2012, o AERUS transferiu para TAP o valor de R\$ 1.828 mil, onde R\$ 1.318 mil é correspondente a participação de 14,22% na alienação do imóvel Flamengo Park Towers,

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ocorrida em agosto/2013 e R\$ 510 mil é correspondente a participação de 14,22% nos aluguéis recebidos do imóvel Centro Empresarial Varig, no período de 01/06/2012 a 20/08/2013.

Em virtude da exigência da PREVIC no tocante ao encerramento da transferência de gerenciamento (Ofício nº 2342/CGTR/DITEC/PREVIC, de 15/07/2014), o AERUS efetuou em 31/08/2014 a transferência dos saldos remanescentes de ativos e passivos do Balancete do Plano de Benefícios II – VEM (TAPMEPREV) para o Plano de Gestão Administrativa – PGA, com a adoção de controles gerenciais para a correta apuração e destinação dos recursos remanescentes (imóveis, empréstimos, ações judiciais específicas e genéricas e recursos garantidores dessas obrigações) seja para a patrocinadora, seja para o Plano atualmente administrado pela Petros.

A conclusão do processo de transferência foi comunicada formalmente à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, com o pedido de aprovação e homologação da conclusão da transferência de gerenciamento do Plano TAPMEPREV na data de 31/08/2014.

Em 07/11/2016 atendendo ao disposto na cláusula 1ª, parágrafo 1º do Instrumento Particular de Transferência de Valores e Outros Pactos, firmado entre o AERUS e a TAP em 27 de setembro de 2012. O AERUS transferiu para TAP o valor de R\$ 1.309.056,99, correspondente a participação de 14,22% nos aluguéis recebidos do imóvel Centro Empresarial Varig, no período de 21/08/2013 a 28/04/2016.

Em 15/08/2017 dando continuidade ao disposto no Termo de Transferência de Gestão do Plano de Benefícios II – VEM do AERUS para Fundação PETROS. O AERUS transferiu para PETROS o valor de R\$ 15.145 mil referente à participação do plano nos processos judiciais nº 2007.51.01.021456-6 – IOF e nº 2007.51.01.500607-8 – PIS.

Em 27/02/2019 atendendo ao disposto na cláusula 1ª, parágrafo 1º do Instrumento Particular de Transferência de Valores e Outros Pactos, firmado entre o AERUS e a TAP em 27 de setembro de 2012. O AERUS transferiu para TAP o valor de R\$ 927.947,22, correspondente a participação de 14,22% nos aluguéis recebidos do imóvel Centro Empresarial Varig, no período de 29/04/2016 a 20/12/2018.

Em 04/02/2021 atendendo ao disposto na cláusula 1ª, parágrafo 1º do Instrumento Particular de Transferência de Valores e Outros Pactos, firmado entre o AERUS e a TAP em 27 de setembro de 2012. O AERUS transferiu para TAP o valor de R\$ 242.728,03, correspondente a participação de 14,22% nos aluguéis recebidos do imóvel Centro Empresarial Varig, no período de 21/12/2018 a 31/12/2020.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Liquidação Extrajudicial da Entidade

Em fevereiro de 2014 foi decretada a liquidação extrajudicial da Entidade, por meio da Portaria PREVIC/MPS nº 41, de 03/02/2014, publicada no Diário Oficial da União nº 24, de 04/02/2014, seção 1, página 18.

O regime especial de liquidação extrajudicial determina a organização do Quadro Geral de Credores, a realização do ativo (transformação em dinheiro) e a liquidação do passivo (pagamento das obrigações) pelo liquidante nomeado pela PREVIC, conforme dispõe o artigo 50 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001.

Com isso, foram obrigatoriamente levantadas na data da decretação da liquidação, as demonstrações contábeis e organizado o Quadro Geral de Credores (QGC).

O Balanço Patrimonial e o Quadro Geral de Credores posicionados em 31/12/2024 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

INSTITUTO AERUS DE SEGURIDADE SOCIAL - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Consolidado

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO)

(Em milhares de reais)

ATIVO	DEZ/ 2024	DEZ/ 2023	PASSIVO	DEZ/ 2024	DEZ/ 2023
DISPONÍVEL	7	6	CRÉDITOS PREFERÊNCIAIS	213,668	216,056
			Trabalhistas	2,949	2,857
			Provisões	2,949	2,857
REALIZÁVEL	826,693	792,048	Tributários	16,293	22,549
Gestão Previdencial	10,324	7,696	Tributos Retidos	9,919	9,477
Gestão Administrativa	7,070	7,575	Contingências Tributárias	6,374	13,072
Investimentos	809,299	776,777	Encargos e dívida da massa	194,426	190,651
Créditos Privados e Depósitos	-	-	Fundos	186,857	183,095
Ações	150	639	Obrigações c/ Terceiros Adm	7,438	7,496
Fundos de Investimento	757,050	706,893	Obrigações c/ Terceiros Invest	131	60
Investimentos Imobiliários	41,525	58,597			
Empréstimos	4,204	4,332	CRÉDITOS PRIVILEGIADOS	2,590,502	2,791,488
Depósitos Judiciais/Recursais	6,370	6,315	Obrigações correntes/Benefícios	28,926	27,617
Outros Realizáveis	-	-	Participantes Assistidos	1,690,574	1,837,074
			Participantes Ativos	871,003	926,796
PERMANENTE	170	214			
Imobilizado	138	146	CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS	15,778,226	14,376,532
Intangível	32	68	Créditos Participantes/Beneficiários	15,726,127	14,327,156
			Juros	15,715,177	14,314,485
			Contingências Previdenciárias	10,951	12,671
			Demais Credores	52,098	49,376
			Patrocinadores	46,510	41,844
			Outros	5,589	7,532
			(+/-) Excesso / Insuficiência	(17,755,526)	(16,591,808)
TOTAL DO ATIVO	826,871	792,268	TOTAL DO PASSIVO	826,871	792,268

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto Aerus de Seguridade Social - Em Liquidação Extrajudicial	
Composição do Quadro Geral de Credores	Em Reais (R\$)
Posição em 31/12/2024	CONSOLIDADO
1ª Classe - Trabalhista, Tributário e Encargos e Dívidas da Massa	213,667,631.81
Créditos Trabalhistas/ Encargos Sociais	2,954,736.24
Encargos Sociais a Recolher	6,202.97
Provisão p/ Férias e Encargos	539,871.97
Provisão p/ Indenizações Trabalhistas	2,408,661.30
Créditos Tributários	16,286,442.43
Tributos Retidos a Recolher	9,857,238.99
Gestão Previdencial	9,581,949.43
Gestão Administrativa	270,590.46
Investimentos	4,699.10
Tributos Próprios a Recolher	59,621.53
PIS/Cofins	59,621.53
Contingências Tributárias/Fiscais (União)	6,369,581.91
IRPJ	3,841,876.13
PIS	2,527,705.78
Contingências Tributárias/Fiscais (Municípios)	-
Imposto Predial (IPTU Crystal)	-
Encargos e Dívidas da Massa	194,426,453.14
Fundo p/ Cobertura Gastos / Aporte	128,870,733.78
Fundo Administrativo (custeio encargos da massa)	57,986,599.88
Obrigações c/ Terceiros - Gestão Administrativa	7,436,836.80
Fundo Invest/Obrigações c/ Terceiros - Empréstimos	119,084.24
Obrigações c/ Terceiros - Reposição fdo fixo	1,017.29
Obrigações c/ Terceiros - Investimentos (custódia e taxas)	12,181.15
2ª Classe - Privilégio Especial (Créditos de Natureza Previdenciária)	2,590,502,476.35
Compromisso com Participantes/Beneficiários	2,590,502,476.35
Obrigações Correntes - Gestão Previdencial	1,546,502.81
Benefícios a Pagar	993,998.36
Pensão Alimentícia/Convênios	552,504.45
Crédito Rateado (isonomia liquidação extrajudicial)	27,379,178.05
Participantes Assistidos e Equiparados	27,379,178.05
Crédito dos Participantes Assistidos e Equiparados	1,690,573,988.62
Principal	324,652,045.16
Correção Monetária	1,365,921,943.46
Crédito dos Participantes Ativos e Ex-Participantes	871,002,806.87
Principal	123,079,741.60
Correção Monetária	747,923,065.27
3ª Classe - Demais Créditos (quirografários)	15,778,225,917.71
Compromisso com Participantes/Beneficiários	15,726,127,464.63
Crédito dos Participantes Assistidos e Equiparados	13,248,452,003.15
Juros	13,248,452,003.15
Crédito dos Participantes Ativos e Ex-Participantes	2,466,724,598.84
Juros	2,466,724,598.84
Contingências Previdenciárias	10,950,862.64
Participantes Plano	10,950,862.64
Demais Credores	52,098,453.08
VarigLog	46,465,917.72
Crédito habilitado	46,465,917.72
Obrigações c/ Terceiros	5,588,945.49
Garantia Locatícia - Investimentos	953,011.86
Receitas Antecipadas - Gestão Administrativa	3,545,558.48
Demais Obrigações - Gestão Administrativa	1,090,375.15
Recursos de terceiros Patrocinadora/Participantes	43,589.87
Crédito Patrocinador	43,589.87
Total Geral	18,582,396,025.87

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Contingências Ativas e Passivas Relevantes

19.1. Ação da terceira fonte

Continua tramitando na Justiça Federal de Brasília ação movida pelo AERUS que questiona da União a responsabilidade pelo fim da chamada “Terceira Fonte” de arrecadação. Essa fonte de receita para o AERUS vinha de 3% das tarifas de passagens aéreas do mercado doméstico e foi extinta pelo Departamento de Aviação Civil (DAC) em 1991, apenas nove anos após sua criação. Na criação do fundo de pensão dos funcionários da aviação comercial brasileira foi levado em consideração que, além da contribuição de participantes e patrocinadores, ocorreria à manutenção dessa receita por 30 anos.

Após exames dos aspectos jurídicos que envolveram esse ato do DAC, concluiu-se que ele afronta princípios constitucionais e legais e que não poderia ter sido praticado, tendo gerado um grande dano para os planos de benefícios administrados pelo AERUS, que precisa ser reparado. Ressalta-se, também, que o pedido formulado na ação já ajuizada contempla os valores passados, que, por força da decisão do DAC, não ingressaram nos cofres do AERUS que, por sua vez, nunca deixou de pagar os compromissos que assumiu com base na terceira fonte de custeio. O Juízo decretou a prescrição da pretensão deduzida, entendendo que a ação deveria ter sido ajuizada no quinquênio subsequente à extinção da exação. O AERUS interpôs apelação.

Em 17/03/2014 o referido recurso foi julgado pela Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília, que por unanimidade “Negou Provimento à Apelação”. A alegação dos desembargadores foi a de que a ação havia prescrita, corroborando a decisão de primeira instância. O AERUS recorrendo de tal decisão entrou com Embargos de Declaração, suscitando diversas omissões do Tribunal no exame dos fundamentos do pedido recursal.

Os Embargos foram julgados em janeiro/16, porém a decisão da sexta turma foi de negar provimento ao recurso do AERUS.

Foram interpostos recurso especial e recurso extraordinário que aguardam juízo de admissibilidade.

Os Embargos de Declaração foram desprovidos e então interposemos recursos especial e extraordinário que receberam juízo negativo de admissibilidade.

Interposemos Agravos em Recurso Especial e Extraordinário.

A probabilidade de êxito é possível.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2. Ação da defasagem tarifária – Varig

Em 1993 a Varig propôs ação ordinária – processo nº. 93.0002252-0, contra a União Federal, pleiteando indenização devido ao congelamento tarifário ocorrido no período de fevereiro/1988 a janeiro/1992. O pedido foi julgado procedente em primeira instância e no Superior Tribunal de Justiça. Essa ação de defasagem tarifária foi ofertada em garantia da dívida de contribuições da Varig.

Em 22/09/2006 o AERUS foi admitido na lide. A União ingressou com recurso, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, tendo sido, entretanto, suspenso o julgamento, tendo em vista a possibilidade de acordo entre as partes (União, Varig e AERUS). Tendo transcorrido o prazo judicial conferido às partes para celebração de acordo.

Em 12/03/2014 o Supremo Tribunal Federal manteve a decisão do STJ, afirmando-se “a responsabilidade da União quanto aos prejuízos suportados pela recorrida em razão dos planos econômicos existentes no período objeto da ação”.

O processo tramitou no Supremo Tribunal Federal (RE 571.969), onde se aguardou o julgamento de Embargos de Declaração opostos pela União Federal contra o acórdão da Corte, que foi publicado em 18/09/2014, e negou provimento aos recursos da União Federal e do Ministério Público.

Com o êxito final da Varig no processo de conhecimento, os autos baixaram para a primeira instância para cumprimento de sentença, por conta do exposto, o Aerus postulou a substituição do polo ativo da execução com a exclusão da Varig e sua inclusão como credor.

Foi proferida decisão indeferindo o pleito de substituição do polo ativo requerido, o Aerus interpôs agravo de instrumento da decisão que indeferiu o pleito de substituição processual.

A União e a Massa falida da Varig realizou acordo no valor de R\$ 4.706.100.000,00, foi interposta Apelação da decisão que homologou o acordo.

19.3. Antecipação de Tutela (Aporte União Federal)

19.3.1. Participantes Assistidos

O Sindicato Nacional dos Aeroviários (SNA) e a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Transbrasil (AAPT), nos autos da apelação em Ação Civil Pública (Processo nº 0010295-77.2004.01.3400), formularam pedido de antecipação de tutela recursal, com fundamento no art. 273 do Código de Processo Civil, argumentando que a União foi condenada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal a pagar indenização para VARIG (Ação da Defasagem Tarifária, cujo processo está no Supremo Tribunal Federal, onde aguardou-se o julgamento de Embargos de Declaração opostos pela União Federal contra o acórdão da Corte, que negou provimento aos

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recursos da União Federal e do Ministério Público) e que a referida ação foi dada em garantia ao AERUS. Ou seja, os valores da condenação irreversível da UNIÃO em face da VARIG deverão ser repassados ao AERUS, eis que possuidor de garantia real e segundo a legislação de falência, após o pagamento das dívidas trabalhistas, tem preferência os créditos com garantia real.

Em 26/09/2014, após longa batalha judicial o desembargador federal, Daniel Paes Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região (TRF-1) publicou a decisão no Diário da justiça do Distrito Federal determinando que a UNIÃO FEDERAL e o AERUS mantenham os pagamentos de complementação de aposentadorias, pensões e auxílios-doença na exata forma como ocorriam às vésperas da liquidação dos denominados Planos Varig e Transbrasil, a partir de aportes mensais da UNIÃO FEDERAL ao AERUS nos valores necessários, mantendo em dia tais pagamentos.

Embora a determinação judicial tenha sido publicada em setembro/14, o primeiro aporte só chegou ao AERUS em fevereiro/15.

Com a decisão o AERUS, mensalmente, efetua o cálculo da FOPAG dos respectivos Planos de Benefícios e comunica/solicita o valor à UNIÃO, que tem efetuado os aportes regularmente e se encontra em dia com a obrigação.

Concessão de Ativos

19.3.2. Inclusão dos Ativos na indenização da União, em razão do processo de liquidação extrajudicial dos planos Varig e Transbrasil.

Em 13/07/2020, mediante decisão proferida pelo Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, parecer de força executória nº 00023/2020/CGAEST/PRU1R/PGU/AGU, processo judicial nº 1033052-38.2019.4.01.0000, processo principal Ação Civil Pública nº 0010295-77.2004.4.01.3400, este, determinou a inclusão de todos os participantes, sem distinção, inclusive em especial aqueles que tenham se aposentado desde abril de 2006 e venham a se aposentar de agora em diante, pagando-se a cada um deles mensalmente os valores do complemento de aposentadoria calculado sobre o total das contribuições que deveriam ser vertidas e não o foram até a data de cada aposentadoria.

A posição dos valores recebidos em 2024 e 2023 é como segue:

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mês Referência	2024	2023
JANEIRO	50,961	47,744
FEVEREIRO	49,563	47,860
MARÇO	49,650	46,164
ABRIL	50,856	49,566
MAIO	51,816	50,781
JUNHO	51,947	49,843
JULHO	52,876	52,262
AGOSTO	51,057	51,255
SETEMBRO	50,717	50,979
OUTUBRO	51,491	50,342
NOVEMBRO	102,443	98,939
DEZEMBRO	51,103	50,009
Total	664,480	645,744

19.4 Diferença de correção monetária em investimentos de Renda Fixa com rendimentos pós-fixados

Processo: 2003.001.007581-6 – Requerida a substituição do pólo passivo desta execução do Banco Econômico S.A. Em Liquidação Extrajudicial para o Banco Bradesco S.A. tendo em vista a sucessão patrimonial do primeiro pelo segundo. Autos aguardam conclusão após manifestação das partes sobre os cálculos elaborados por contador judicial, 13/11/2015.

A decisão que deferiu a substituição, no polo passivo desta ação, em sede de cumprimento de sentença, do Banco Econômico S. A. em Liquidação Extrajudicial pelo Banco Bradesco S.A., tendo em vista a sucessão patrimonial do primeiro pelo segundo, foi agravada pelo Bradesco S.A. que alegou nulidade em razão de a decisão não ter sido fundamentada. O agravo foi provido para que a inclusão do Bradesco fosse reanalisada. A substituição do Banco Econômico pelo Banco Bradesco foi mantida. Em razão disto, o Bradesco interpôs novo agravo que restou parcialmente provido para anulação da decisão, com o consequente retorno dos autos ao primeiro grau para a prolação de nova decisão, devidamente fundamentada, que analisasse as questões apresentadas, notadamente: se o crédito objeto do pedido de sucessão processual impugnado constou da transferência entre as instituições financeiras; e alegada ausência de sucessão universal entre instituições financeiras, considerando a existência de personalidades jurídicas distintas entre o Banco Alvorada – atual denominação do Banco Excel - e o Banco Bradesco S.A.,27.08.19. Nessa nova decisão, o juízo sentenciante indeferiu a substituição do polo passivo, razão pela qual o AERUS interpôs o agravo de instrumento nº 0051315- 67.2020.8.19.0000, que foi provido. Os autos foram remetidos ao STJ para julgar agravo em recurso especial interposto pelo Bradesco e está concluso para decisão do ministro Presidente desde 21.02.2022.

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Anteriormente foi habilitado o crédito judicial junto à massa do ECONOMICO, no valor inicial de R\$ 697 mil, em 01.04.2013, como crédito quirografário, a favor do Instituto Aerus de Seguridade Social. Em 31.12.2021 o valor atualizado equivalia a R\$ 1.028 mil.

19.5 Outras Contingências

Processo: 0156836-28.2002.8.19.0001 – Réu: Município do Rio de Janeiro – em 08/11/2017 foi recebido pelo AERUS o valor de R\$ 562 mil referente à impugnação da cobrança progressiva do IPTU, conjuntamente as taxas de coleta de lixo e limpeza pública e taxa de iluminação pública, dos imóveis situados no Rio de Janeiro, bem como da cobrança das chamadas taxas fundiárias, extintas pela Lei Municipal nº 2.687/98, com violação de normas legais e constitucionais.

Em 06/11/2019 foi recebido, por este instituto, o valor total de R\$ 329 mil relativo ao saldo remanescente do primeiro precatório de que trata o processo nº 0156836-28.2002.8.19.0001 de impugnação da cobrança progressiva do IPTU.

Em 27/04/2021 foi recebido, por este instituto, o valor de R\$ 91 mil referente ao precatório nº 2019.04598-7.

Processo: 0415112-24.1996.8.26.0053 - Réu: Município de São Paulo – em 13/08/2020 foi recebido pelo AERUS o valor de R\$ R\$ 517 mil referente à restituição de importâncias recolhidas indevidamente a título de IPTU nos exercícios de 1992, 1993, 1994 e 1995.

O processo não foi encerrado, pois está sendo postulada diferença de juros.

AÇÕES QUE ENVOLVEM DIFERENÇA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO PLANO REAL - INVESTIMENTOS EM RDB E CDB.

O STF proferiu decisão em benefício da tese dos bancos na ADPF 77, negando, por maioria, o direito à diferença de correção monetária do Plano Real. Referida decisão já transitou em julgado em maio de 2020 e, com isso, todas as ações individuais que os investidores moveram contra os bancos em busca dessa diferença deverão ser julgadas improcedentes.

Processos que envolvem o AERUS

1- Processo nº 0011450-59.2005.8.19.0001 - Banco Banerj e Banco Itau – Valor da causa R\$3.348 mil em 31/01/2005.

A sentença julgou improcedentes os pedidos e condenou o Aerus ao pagamento de honorários sucumbenciais, mas a cobrança fica suspensa ante a gratuidade de justiça deferida. Processo arquivado definitivamente

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2- Processo nº 0148547-38.2004.8.19.0001 - Banco Safra – Valor da causa R\$681 mil em 15/12/2004.

Diante do risco de execução envolvendo o pagamento de honorários de sucumbência aos advogados do Banco Safra, em 16 de agosto de 2024 **foi celebrado acordo** em que a entidade desistiu do objeto da demanda, e constando cláusula específica que cada parte arcaria com os honorários de seus advogados.

A desistência foi homologada através de Sentença proferida em 02/09/2024. Em 04/12/2024 foi certificado o trânsito em julgado e na mesma data o processo foi encaminhado para Central de Arquivamento

3- Processo nº 0000943-39.2005.8.19.0001 - Banco Icatu Holding – Valor da causa R\$1.021 mil em 07/01/2005.

Em 03/10/2007, sentença de improcedência com condenação ao pagamento de 10% de honorários sobre o valor da causa, tendo sido acrescida de honorários recursais de 5% sobre o valor da causa no julgamento da apelação.

Foi pedido de gratuidade de justiça após a sentença, porém o pedido não foi apreciado ao ensejo do julgamento da apelação, razão pela qual interpusemos recurso especial, que foi inadmitido. O Aerus pretende interpor Agravo em Recurso Especial.

4- Processo nº 0000935-62.2008.8.19.0001 - Banco Econômico e Banco Alvorada – Valor da causa R\$1.908 mil em 07/01/2005 (sem sentença).

5- Processo nº 0154233-74.2005.8.19.0001 - Banco Bradesco Cartões – Valor da causa R\$539 mil em 05/12/2005 (sentença procedente aguardando julgamento de Embargos de Declaração no Tribunal).

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido e o Tribunal, em julgamento de apelação, deu parcial provimento ao recurso do Aerus e parcial provimento ao recurso do banco, para afastar o IGP-M no cálculo da correção do crédito, determinando a utilização da UFIR. Aguarda-se julgamento no STJ de Agravo em Recurso Especial interposto pelo banco.

O Aerus fez pedido de gratuidade de justiça nas contrarrazões ao recurso especial, e aguarda apreciação.

6- Processo nº 0148561-22.2004.8.19.0001 - Banco BMG – Valor da causa R\$571 mil em 17/12/2004

Em 16 de dezembro de 2022 foi celebrado acordo entre o BMG e o Aerus, visando pôr fim ao litígio existente nos autos da ação judicial nº 2004.001.150811-1 (0148561-22.2004.8.19.0001),

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

proposta pelo Aerus em 2004 e distribuída à 12ª Vara Cível da Capital do Rio de Janeiro, na qual postulou a condenação do réu ao pagamento da quantia que equivaleria à diferença verificada entre o valor pago na data do resgate (diferença de rendimento de CDB pós-fixado).

Em decisão da Ministra Relatora Nancy Andrighi, datada de 10 de fevereiro de 2023, e publicada em 13 de fevereiro de 2023, conforme noticiado pelo STJ, foi homologada integralmente a transação celebrada pelo AERUS com o Banco BMG.

Assim, de acordo com o que foi estabelecido pelas partes, o BMG deveria depositar na conta do AERUS o valor de R\$22.300.000,00 (vinte e dois milhões e trezentos mil reais), acrescido da “correção monetária pelo IGP-M da FGV, incidente a partir de 03/01/2023” no prazo de 3 dias úteis a contar da ciência inequívoca da decisão. Acordo celebrado em 16/12/2022 e Decisão proferida em 10/02/2023, homologando o acordo.

Foi transferido para conta do Aerus no dia 14 de fevereiro de 2023 o valor de R\$ 22.346.830,00 (vinte e dois milhões trezentos e quarenta e seis mil oitocentos e trinta reais).

7- Processo: 0108486-42.2002.8.07.0001 – Autor: Condomínio Centro Empresarial Varig - Réu: Grupo OK

O Aerus vem recebendo anualmente, desde 2021, os valores indenizatórios referentes à vícios construtivos das unidades 804, 904, 1004, 1104, 1204, 1303 e 1404 do Ed. Centro Empresarial Varig (CEV):

1ª Distribuição em Mai/2021 e Set/2021, nos valores de R\$ 2.270 mil e R\$ 412 mil, respectivamente;

2ª Distribuição em Jun/2022, no valor de R\$ 1.692 mil;

3ª Distribuição em Dez/2022 no valor de R\$ 423 mil;

4ª Distribuição em Jul/2023 no valor de R\$ 340 mil;

5ª Distribuição em Mar/2024 no valor de R\$ 559 mil e

6ª Distribuição em Jul/2024 no valor de R\$ 356 mil.

8- Processo: 0003627-43.2004.8.26.0011 – Réu: Banco Rural – em 21/07/2021 foi recebido pelo AERUS o valor de R\$ 4.550 mil, o processo em questão trata de ação de cobrança de “expurgos inflacionários” em aplicação em RDB (Recibo de Depósito Bancário), com rendimento pós-fixado, iniciada em 12.02.1990 cujo valor atualizado foi resgatado em agosto de 1990, moeda da época.

* * *

Instituto AERUS de Seguridade Social – Em liquidação Extrajudicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Luis Gustavo da Cunha Barbosa

CPF – 070.480.107-89

Liquidante do Instituto Aerus de Seguridade Social – em Liquidação Extrajudicial

Portaria PREVIC nº 1.181, de 20/12/2017 (DOU de 22/12/2017)

Liquidante dos Planos de Benefícios em Liquidação Extrajudicial

Jorge Luis Mello de Amorim

Coordenador de Contabilidade e Controle

CRC/RJ – 074.894/O-6

CPF – 023.048.287-28